

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E
TERRITORIALIDADES**

JAILTON DE ARAÚJO LIRA

**PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA E SEU DESDOBRAMENTO EM
NÍVEL MUNICIPAL, O CASO DE NOVA IGUAÇU:**
Acionamento da leitura como instrumento de política pública

**NITERÓI
2017**

JAILTON DE ARAÚJO LIRA

**PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA E SEU DESDOBRAMENTO EM
NÍVEL MUNICIPAL, O CASO DE NOVA IGUAÇU:**
Acionamento da leitura como instrumento de política pública

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Cultura e Territorialidades
(PPCULT) da Universidade Federal
Fluminense, como requisito parcial à
obtenção do Grau de Mestre.**

Orientadora: Prof. Dr. ^a Marisa Mello

**NITERÓI
2017**

JAILTON DE ARAÚJO LIRA

**PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA E SEU DESDOBRAMENTO EM
NÍVEL MUNICIPAL, O CASO DE NOVA IGUAÇU:**
Acionamento da leitura como instrumento de política pública

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Cultura e Territorialidades
(PPCULT) da Universidade Federal
Fluminense, como requisito parcial à
obtenção do Grau de Mestre.**

Orientadora: Prof. Dr. ^a Marisa Mello

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. ^a Marisa Mello (Orientadora)

Prof. Dr. ^a Elisa Machado (UNIRIO)

Prof. Dr. João Domingues (UFF)

Prof. Dr. ^a Rôssi Alves (UFF)

**NITERÓI
2017**

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar como os desdobramentos do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) se inserem na criação dos Planos Municipais do Livro e Leitura (PMLL), com base no estudo da implementação do Plano Municipal na cidade de Nova Iguaçu. A partir dessa experiência é possível perceber a importância da participação das bibliotecas comunitárias na liderança do processo de construção dos planos municipais. Através da atuação na condução desse processo evidencia-se como as bibliotecas comunitárias ampliam não apenas a participação política nesses espaços. Uma das conquistas da atuação política dos profissionais ligados às bibliotecas comunitárias foi dar mais visibilidade e importância para as bibliotecas e viabilizar a implementação dos planos municipais.

PALAVRAS-CHAVE: Política Cultural, Política Pública, Plano Nacional do Livro e da Leitura, Plano Municipal do Livro e da Leitura, Bibliotecas Comunitárias

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze how the National Book and Reading Plan (PNLL) unfold in the creation of the Municipal Book and Reading Plan (PMLL), based on the study of the implementation of the Municipal Plan in the city of Nova Iguaçu. From this experience it is possible to perceive the importance of the participation of the community libraries in the leadership of the process of construction of the municipal plan. Through the acting in the conduct of this process it is evident how the community libraries amplify not only the political participation in these spaces. One of the achievements of the political activity of professionals linked to community libraries was to give more visibility and importance to libraries and to enable the implementation of municipal plans

KEYWORDS: Cultural Policy, Public Policy, National Book and Reading Plan, Municipal Plans of Books and Reading, Community Libraries

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Literatura como direito humano como tema do V Seminário do Polo de Leitura Sou de Minas Uai!	65
Figura 2 - Municípios emancipados a partir de Nova Iguaçu.....	79
Figura 3 - Mapa da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro	81
Figura 4 - Infográfico com os Dados sobre Bibliotecas Públicas por Estado e sua relação com a população baseado no Levantamento feito pelo SNBP.....	84
Figura 5 - Mapa com disposição das Bibliotecas comunitária e da Biblioteca Pública	86
Figura 6 - Folder do I Simpósio do Plano do Livro e Leitura de Nova Iguaçu Ano 2011.	98
Figura 7 - Folder da I Conferência do PMLLB de Nova Iguaçu.....	98
Figura 8 - Vanessa Vieira falando sobre a importância da leitura no Café Literário, Nova Iguaçu, RJ.....	99
Figura 9 - I Parada do Livro no Calçadão de Nova Iguaçu.....	100
Figura 10 - Audiência Pública na Câmara de Vereadores, 2013.....	100
Figura 11 - Grupo discutindo os eixos do plano	101
Figura 12 - Grupo discutindo os eixos do plano	102
Figura 13 - Conferência Pública	103
Figura 14 - Entrega do documento final para elaboração do PMLLLB ao secretário de Cultura Wagner D'Almeida	104
Figura 15 - Vereador Ferreirinha participa da aprovação do documento final do PMLLLB	104
Figura 16 - Painel de votação com nome dos vereadores presentes na sessão que aprovou por unanimidade o PMLLLB	109
Figura 17 - Equipe do Baixada Literária e usuários das bibliotecas comunitárias...	110
Figura 18 - Vereador Ferreirinha comemora com a Rede Baixada Literária a aprovação do PMLLLB.....	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SILGAS

BC	Bibliotecas Comunitárias
BN	Biblioteca Nacional
CBL	Câmara Brasileira do Livro
CECOM	Centro Comunitário São Sebastião de Vila de Cava
CERLALC	Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe
CF	Constituição Federal
CNPC	Conselho Nacional de Políticas Culturais
COLTED	Comissão do Livro Técnico e Didático
CSLL	Câmara Setorial do Livro e Leitura
DLLL	Diretoria do Livro, Leitura, Literatura
DLLLB	Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas
EMFRAS	Emaús Fraternidade e Solidariedade
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FENIG	Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu
FNLIJ	Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil
GEIL	Grupo Executivo da Indústria do Livro
GT	Grupos Temáticos
IC&A	Instituto C&A
ILIMITA	Plano Ibero-americano de Leitura (Plan Iberoamericano de Lectura)
INL	Instituto Nacional do Livro
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
OEI	Organização dos Estados Ibero-americanos
PLIDECOM	Programa do Livro Didático do Ensino de Computação
PLIDEF	Programa do Livro Didático do Ensino Fundamental
PLIDEM	Programa do Livro Didático do Ensino Médio
PLIDES	Programa do Livro Didático do Ensino Superior
PLIDESU	Programa do Livro Didático do Ensino Supletivo
PMLL	Plano Municipal do Livro e Leitura
PMLLLB	Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca

PNC	Plano Nacional de Cultura
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
PPA	Plano Plurianual
PPL	Programa Prazer em Ler
PROLER	Programa Nacional de Incentivo à Leitura
PROTIAB	Programa de Treinamento Intensivo para auxiliares de bibliotecas
SEBP	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 HISTÓRIA E PARTICIPAÇÃO	17
1.1 HISTÓRIA POLÍTICA DO LIVRO E BIBLIOTECAS NO BRASIL	23
1.2 O GOVERNO PT E A CONSTRUÇÃO DO PNLL	33
1.3 BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	40
2 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS PMLLB	46
2.1 ATORES E SUAS RELAÇÕES COM A CRIAÇÃO DOS PMLLB	47
2.2 A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO ENTRE AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS	60
2.3 ADOÇÃO DE MODELO DE GOVERNANÇA	68
3 A EXPERIÊNCIA DE NOVA IGUAÇU	77
3.1 NOVA IGUAÇU E SEU TERRITÓRIO	78
3.1.1 Divisão em URGs	80
3.2 BAIXADA LITERÁRIA	82
3.2.1 História da formação do Polo Baixada Literária	88
3.2.2 História da relação entre o instituto e a leitura	91
3.3 O CAMINHO DO PMLLB IGUAÇUANO	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	117
ANEXO A	123
ANEXO B	128
ANEXO C	133

INTRODUÇÃO

No ano de 2006, o Ministério da Cultura (MinC) anunciou a criação do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), que tem por objetivo ser um conjunto de políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas pelo Estado com a Sociedade em prol do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil. O percurso de construção dessa política cultural é marcado pela confluência de um conjunto de contextos, que envolvem a América Latina, o cenário nacional e a realidade de cada município, onde esse Plano se desdobrou. Por isso, busco compreender sua importância enquanto marco histórico, suas principais diretrizes, bem como o seu legado e também suas limitações.

Garcia Canclini (2013) apresenta em suas análises sobre as contradições da modernização latino-americana similaridades com o modelo brasileiro e a compreensão do processo constitutivo de nossa inserção na modernidade nos dá ferramentas para entender as lacunas de nossa política de democratização cultural:

No final do século XIX e início do século XX, impulsionadas pela oligarquia progressista, pela alfabetização e pelos intelectuais europeizados; entre os anos 20 e 30 deste século, pela expansão do capitalismo e ascensão democratizadora dos setores médios e liberais, pela contribuição de migrantes e pela difusão em massa da escola, pela imprensa e pelo rádio; desde os anos 40, pela industrialização, pelo crescimento urbano, pelo maior acesso à educação média e superior, pelas novas indústrias culturais. Esses movimentos, entretanto, não puderam cumprir as operações da modernidade europeia. Não formaram mercados autônomos para cada campo artístico, nem conseguiram uma profissionalização ampla dos artistas e escritores, nem o desenvolvimento econômico capaz de sustentar os esforços de renovação experimental e democratização cultural. (GARCIA CANCLINI, 2013, p.67)

Renato Ortiz (1998) em sua obra *A moderna tradição brasileira* apresenta dados referente ao índice de analfabetismo brasileiro no período de 1890 a 1940. Os dados são alarmantes: 84% e 57% respectivamente, a baixa escolarização e

ausência de uma política com intuito de reduzir esse cenário são fatores que contribuíram para a permanência desses percentuais¹.

Outro elemento importante que contribuía para a manutenção desses índices era a baixa quantidade de bibliotecas públicas no território brasileiro². A virada desse cenário contou com a adesão de intelectuais e com a força política vigente no início dos anos 1930. As bibliotecas até fins dos anos 1920 não contribuíram para a expansão de uma base sólida educacional. Sua capilaridade em âmbito nacional era baixa e não havia uma preocupação com a formação de leitores, ou seja, não se construiu um projeto de nação em que a Biblioteca fosse agente ativo de um projeto de mudança. Nos termos de Oliveira:

Até os anos 30 as bibliotecas públicas tiveram como objetivos o apoio às atividades catequéticas e de ensino, a guarda e disseminação da cultura europeia, trazida para cá pelos colonizadores e servir como objeto de distinção intelectual para indivíduos ou grupos. Quaisquer que tenham sido estes objetivos, as bibliotecas públicas brasileiras constituíam um universo fragmentado e sem coordenação, atendendo a uma parcela reduzida da população e prestando um serviço de informação de limitada utilidade para uma sociedade em processo de mudança. Um serviço que no futuro seria confrontado pelos processos de comunicação e informação, dos emergentes meios de comunicação de massa. (OLIVEIRA, 1994, p.26)

Essa descrição quer indicar como no Brasil, diferente de outras experiências de políticas culturais, a Biblioteca não foi agente de transformação e sim uma instituição passiva, cumpridora de fazeres, ao longo dos anos, conforme as necessidades políticas de cada período.

O PNLL, por sua vez, nasce como desdobramento de um contexto latino-americano visando uma maior integração regional com intuito de fortalecer a questão do livro, leitura e bibliotecas como instrumentos de desenvolvimento humano. A construção de uma sociedade mais democrática requer da agenda pública uma concepção das políticas públicas pautada na interface educação e cultura como chave para essa transformação.

¹ O censo de 1890 considerou todas as faixas etárias para compor seu estudo. Ferrari (1985) sugere que os indicadores devem excluir a faixa etária de 0 a 4 anos na composição do percentual de analfabetismo, já a UNESCO indica a partir dos 15 anos ou mais.

² No período de 1890 a 1930 registrou-se a criação de apenas 27 bibliotecas públicas por estados e municípios segundo Gomes (1983).

A relevância do PNLL está na alteração do modelo de construção ao ampliar a participação social desde a formulação dessa política até sua implementação e tendo na sociedade civil a incumbência de executar o monitoramento dessas políticas para garantir o controle social dessa agenda.

Nesse sentido, o PNLL se difere do Instituto Nacional do Livro (INL), ao ultrapassar um modelo de centralização e controle sobre produção e distribuição do conhecimento, construído no país e observado na condução da política cultural do INL.

Isto posto, é relevante observar que o modelo adotado no INL não conseguiu através de suas ações garantir o enraizamento da prática leitora, tampouco criou as condições para que a biblioteca se tornasse um centro de difusão de cultura e conhecimento como se pensou ser possível através da distribuição de livros e o mais importante, isso não garantiu a formação de leitores.

Minha hipótese é que a descentralização proposta pelo PNLL através da instituição de planos estaduais e municipais de livro e leitura aliado a participação cada vez maior da sociedade civil na formulação e execução da política pública vem proporcionando avanços na atuação democrática em nosso país.

O reconhecimento da leitura enquanto instrumento de política pública aliada a uma efetiva descentralização na sua formulação produziu, além de uma maior participação da sociedade civil, o surgimento de um grupo liderando esse processo, na maioria dos casos analisados nessa pesquisa.

Pensar a política pública em torno do livro, leitura e a biblioteca enquanto parte integrante de um sistema simbólico de circulação da produção, representação, apreensão e divulgação do conhecimento é inseri-la em uma complexa rede de produtores e consumidores de uma vasta gama da produção cultural.

Pierre Bourdieu (1989) nos afirma que o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não sabem que estão sujeitos a ele ou mesmo que o exercem. O autor explica como se configura a dominação através do uso dos sistemas simbólicos:

[...] É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os <<sistemas simbólicos>> cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra

(violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a <<domesticação dos dominados>>.

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. (BOURDIEU, 1989, p. 11)

Foi no período Vargas que a *Cultura* percorreu seu processo de institucionalização e passou a ser considerada como elemento-chave do desenvolvimento nacional. A *Biblioteca*, em especial, a pública, foi utilizada como esse elo de propagação do discurso oficial, principalmente após a criação do INL.

Todavia, essa reprodução do discurso oficial se deu mediante a censura dos livros que foram produzidos pelo *Instituto*, cabendo às bibliotecas a função de simples depositárias dos livros em seus acervos, garantindo assim a reprodução da lógica do Estado.

O INL na posição de reguladora da atuação das bibliotecas públicas tornando-as seu braço do discurso oficial impediu que essa instituição pudesse cumprir seu papel de democratizar o acesso à informação, limitando o tipo de conteúdo que poderia ser acessado, conhecido e produzido para depois disso ser disponibilizado nesses espaços.

No entanto, Roger Chartier (1990) aponta que é possível na abordagem da História Cultural fornecer parâmetros que nos auxiliem a compreender as percepções sociais de grupos, instituições e como estes determinam suas estratégias de ação. Nas palavras do autor,

[...] trata-se de identificar o modo como em diferentes lugares e momentos determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler, [sendo necessário] considerar os esquemas geradores das classificações e das percepções próprias de cada grupo ou meio como verdadeiras instituições sociais, incorporando sob a forma de categorias mentais e de representações coletivas as demarcações da própria organização social. (p.16-17)

Os anos 1930, do século XX testemunharam a reformulação do aparato estatal brasileiro, principalmente na esfera federal quando da chegada de Vargas ao poder ao mesmo tempo que viu o desenvolvimento da pauta cultural em São Paulo, em especial a experiência do Departamento de Cultura.

Nessa reconfiguração de instituições e agentes, a biblioteca foi requalificada em seu papel como um importante instrumento para fins educativos e culturais. Tal fato é comprovado posteriormente com a implementação de uma política nacional idealizada por Gustavo Capanema no governo federal e tendo como modelo as ações desenvolvidas em São Paulo por Mário de Andrade e que será a mais duradoura política pública para o setor sendo sucedida apenas com grau de equiparação com o advento do PNLL.

A correlação dessas práticas materializadas em políticas públicas referente às políticas do livro e biblioteca no Brasil norteiam o presente trabalho. Apoiado na pesquisa bibliográfica acerca dos marcos principais: INL e o PNLL compõem a história das políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas no Brasil.

Como recurso teórico-metodológico adotarei o conceito de *Campo* – uma das categorias centrais da teoria Bourdieusiana – para identificar os conflitos e múltiplos interesses no que se refere ao livro, leitura e bibliotecas inseridos na criação do PNLL.

A constituição do campo decorre de processos de diferenciação social e, seu uso como categoria de análise nos auxilia a entender a relação de força exercida entre os agentes (indivíduos e grupos) e as instituições que lutam por hegemonia. Essa luta apresenta-se de forma desigual, já que a posição ocupada pelos agentes expõe os diferentes níveis de acumulação de capital intelectual e simbólico evidenciada no paradigma dominantes e dominados.

Bourdieu (1999) afirma que ‘um campo é um campo de forças, e um campo de lutas para transformar as relações de força³. Nesse sentido, entender a posição ocupada por cada agente na estrutura dessa relação de força nos permite compreender o funcionamento interno do campo.

A constatação de que no interior de um determinado campo há relações de forças desiguais – o que evidencia o conflito interno – expõem o papel dos agentes ou instituições que não satisfeitos por seu posicionamento na estrutura dessas

³ Participação de Pierre Bourdieu na Conferência de Lyon em 1999, onde o sociólogo revisita o conceito de campo para analisar a política descrevendo suas reflexões sobre o campo político.

relações quer produzir alterações que favoreçam seu reposicionamento no campo evidenciando assim, a dinâmica interna de seu funcionamento.

Portanto, de posse desse recurso teórico-metodológico irei analisar o PNLL – que foi concebido para ser uma política macro – e seus desdobramentos em nível municipal, através de um determinado campo, a saber o campo político.

Segundo Bourdieu (1999) o que podemos depreender sobre este campo é que ‘Há, no campo político, lutas simbólicas nas quais os adversários dispõem de armas desiguais, de capitais desiguais, de poderes simbólicos desiguais. Essa perspectiva de análise do campo político procura evidenciar diferentes posições, e dar destaque especialmente ao capital alcançado pelas bibliotecas comunitárias forjado nas disputas inerentes ao campo político que essas bibliotecas se inserem.

Apresento na sequência a configuração do campo através dos seus agentes e interesses, a saber: o Estado através do executivo e legislativo atuando como o principal agente dessa política; o mercado interessado na ampliação comercial do setor editorial brasileiro atuando com mais intensidade no âmbito nacional e com menor interesse nos estados e municípios; o movimento social representado pelas bibliotecas comunitárias atuando na implementação e formulação dos planos municipais do livro, leitura e bibliotecas e o terceiro setor representado aqui pelo Instituto C&A que atuou tanto em âmbito nacional quanto municipal com interesse de intervir e participar dos processos decisórios das políticas do livro, leitura, literatura e bibliotecas.

A apresentação dos resultados da pesquisa foi organizado em três capítulos: O capítulo 1 descreve a construção de uma agenda pública para leitura no contexto latino americano relacionando com a história política do livro no Brasil e a construção do PNLL no governo PT. Utilizaremos o conteúdo produzido pelo Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (CERLALC) para apresentar as ações em âmbito latino-americano na criação de uma agenda propositiva para o tema da leitura enquanto instrumento de política pública.

O capítulo 2 analisa as relações dos diferentes atores no processo de construção do PNLL e seus desdobramentos nos planos estaduais e especialmente nos planos municipais, bem como a relevância do diálogo das bibliotecas públicas e comunitárias como um possível mecanismo capaz de contribuir na elaboração de um modelo de governança mais eficaz. Apresento, a partir do manifesto elaborado

pelo Movimento Literatura Urgente como os escritores se posicionam no campo e como supervalorizam o lugar do artista na construção do PNLL.

No capítulo 3 apresento a pesquisa de campo sob a ótica de constituição de um grupo de bibliotecas comunitárias – Rede Baixada Literária – e seu papel na implementação do PMLLB de Nova Iguaçu (RJ) explicitando os conflitos, agenciamentos e acordos constitutivos de uma construção política estando as bibliotecas comunitárias à frente de um processo de construção do plano municipal do livro, leitura, literatura e bibliotecas.

1 HISTÓRIA E PARTICIPAÇÃO

Alguns especialistas se debruçam a partir de diferentes perspectivas a respeito do impacto do livro, da leitura e das bibliotecas na vida das pessoas e sua influência na construção de sociedades mais justas e democráticas (CASTRILLÓN, 2011), (GARCIA CANCLINI, 2008) e (JARAMILLO, 2006).

Imaginemos agora que essas reflexões se configurem para além das fronteiras geográficas e linguísticas colocando esse questionamento na pauta das políticas públicas ocupando um lugar de destaque transnacional.

Pensar a construção de um espaço de compartilhamento de experiências e capaz, ao mesmo tempo, de articular uma agenda regional sobre o livro por diferentes ângulos de análises ajudaram na concepção de criação do (CERLALC)⁴ na década de 1970. Fruto do acordo de cooperação internacional entre o governo colombiano e a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como um importante marco na liderança de um processo que vem produzindo interessantes progressos na região latino-americana.

Um dos desafios iniciais na constituição do CERLALC foi demonstrar a necessidade de um organismo multilateral que trouxesse maior institucionalidade para o setor do livro. Este desafio foi apresentado para representantes governamentais, empresários e setores ligados a indústria do livro. Nesse contexto, introduziram instrumentos para auxiliar os países-membros sobre a importância da realidade do setor mediante diagnósticos de hábitos de leitura na região, compreensão do funcionamento de distribuição de livros em âmbito regional, cursos de formação e muitas outras ações com o intuito de ampliar o engajamento e integração dos países-membros.

Na primeira década de existência a articulação de parcerias foi a principal marca empreendida no período e comprova a capacidade do CERLALC em atrair parceiros e conseqüentemente ampliar a visibilidade do organismo ainda embrionário.

Porém, na década de 1980 as dificuldades econômicas oriundas da dívida externa e a diminuição do crescimento econômico dos países latino-americanos

⁴ Inicialmente o Centro Regional era formado apenas por parte dos países da América Latina e sua sigla era CERLAL, posteriormente com a renovação do acordo com a UNESCO foram feitas algumas mudanças sendo uma delas a inclusão da região do Caribe e dos países de unidade hispano lusitano e após essa inclusão a sigla foi alterada para CERLALC.

influenciaram negativamente o trabalho que estava sendo desenvolvido e que vinha sendo fomentado na década anterior. Consta desse período a ampliação do foco institucional já que a ênfase estava centrada no sistema produtivo dos livros, viu-se a necessidade de incluir a promoção da leitura, a distribuição dos livros e as bibliotecas.

Já nos anos 1990 quando a *leitura* e a *biblioteca* passaram a ser temas estratégicos, mediante a criação de uma unidade técnica para investigação em âmbito regional sobre as boas práticas e o impulso proporcionado pelas iniciativas inovadoras que chegavam ao CERLALC, evidenciamos aí uma mudança estratégica desse organismo que influenciará futuramente na formulação das políticas nacionais para o livro, leitura e bibliotecas dos países-membros, como veremos mais adiante.

Nos anos 2000, os esforços acumulados pelo CERLALC consolidarão sua atuação com o lançamento do Plano Ibero-Americano de Leitura (ILIMITA) em 2003 na XIII Cúpula dos Chefes de Estado e Governo em Santa Cruz de la Sierra ficando a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) em conjunto com o CERLALC responsáveis pelo desenho e execução do Plano Ibero-Americano confirmando seu compromisso em garantir um processo contínuo de construção, avaliação e monitoramento das políticas nacionais com o cruzamento de informações supranacionais.

Um das principais linhas de ação do ILIMITA é converter o fomento da leitura em tema de política pública.

Em setembro de 2004 em Cartagena das Índias, na Colômbia, se realizou a reunião de formulação de uma agenda de políticas públicas de leitura. Nesse encontro, foi elaborado um documento guia com o propósito de recomendar objetivos, ações e meios para trabalhar pelo fomento da leitura articulando diversos setores interessados nessa matéria.

O documento dessa agenda se traduz nas prioridades de propostas operativas que orientam sobre a responsabilidade, gestão, benefícios, objetivos e ações recomendadas.

Essa agenda de políticas públicas para a leitura possui dez propostas, apresentadas na sequência:

- 1- As políticas públicas de leitura e escrita devem ser parte integrante da política de Estado. Além de serem entregues nas leis e normas legais, eles devem ser acompanhados de mecanismos de financiamento e estruturas

organizacionais para articular os vários níveis de governo e setores que trabalham para a promoção da leitura;

- 2- Garantir o acesso de toda a população a cultura escrita (livros e outros materiais de leitura) é uma responsabilidade de toda a sociedade e uma tarefa prioritária de ação do Estado, como via de inclusão social e de desenvolvimento da cidadania;
- 3- Estabelecer mecanismos de participação cidadã organizada a nível local, regional e nacional para a construção de uma política pública de leitura e escrita;
- 4- Reconhecer a educação pública como o espaço privilegiado para tornar efetivo o direito que tem a população à leitura e escrita;
- 5- Criar e atualizar as bibliotecas escolares e outros espaços de leitura nas escolas públicas para que sirvam de ferramenta na formação de alunos e mestres como leitores e escritores;
- 6- Fomentar a criação e atualização de bibliotecas públicas, com a finalidade de que estas possam atender as necessidades de leitura da comunidade, com uma oferta plural e pertinente de livros e outros suportes de informação, assim mesmo, reconhecer o papel fundamental que tem a biblioteca na formação de leitores e escritores;
- 7- Criar, fortalecer e qualificar programas de formação inicial e contínua para que docentes, bibliotecários e outros atores se convertam em mediadores de leitura e escrita;
- 8- Reconhecer e apoiar técnica e financeiramente, iniciativas da sociedade civil e espaços alternativos para a formação de leitores, tais como prisões, meios massivos de transporte, albergues, bibliotecas comunitárias e populares, entre outros;
- 9- Implementar programas de promoção de leitura e escrita dirigidos à primeira infância e a família;
- 10- Desenvolver estratégias que contribuam a preservar a cultura e tradição oral, assim como sua fixação em língua escrita e pôr em prática ações que promovam a produção de textos em línguas originais da América.

Com o ILIMITA os chefes de Estado e Governo dos países-membros, através de seus ministros da educação e cultura, conseguiram criar as condições para planejar e estabelecer metas de forma mais coordenada, estabelecer ações

concretas, como por exemplo: a criação de planos nacionais de leitura, principalmente respeitando as particularidades de cada país.

Desse modo, trabalhando em rede o ILIMITA não apenas fornece subsídios, mas contribui no engajamento político e fortalecimento do tema nas agendas dos países ibero-americanos.

Para que se convertam em um instrumento real de inclusão é necessário que a leitura e escrita se assumam como um assunto prioritário, que diz respeito a toda sociedade e como uma questão prioritária que deva fazer parte das agendas de políticas públicas.

Nesse sentido, é necessário adotar uma perspectiva muito mais ampla de política pública, que leve em conta a natureza dinâmica e controversa do processo pelo qual se configura uma ação pública frente uma situação social a ser transformada.

Desse ponto de vista, o processo dever ser orientado para a criação de condições que garantam a participação, a confrontação, e a negociação de representações e interesses dos atores envolvidos em todas as fases da gestão política ao invés da imposição da 'política correta' por alguns dos atores envolvidos. (CERLALC/OEI, 2004, p.13).

A finalidade de uma agenda de políticas públicas segundo Emilia Ferreiro (2004) consiste no delineamento de uma geografia do possível em que se possa mapear ações concretas, em condições reais de execução, fortalecendo o que já se tem construído e apoiando projetos com o mesmo potencial.

Para isso, o documento identifica duas dimensões fundamentais para a formulação de uma política pública a saber:

- Uma representação ou imagem social da realidade sobre a qual se deseja intervir e os princípios que fundamentam a ação.
- Conjunto de meios e processos organizativos, financeiros, administrativos, legais e humanos que o tornam uma política de não permanecer apenas no nível intelectual, mas tomar forma nos processos sociais concretos.

De posse dessas duas dimensões, entendo que um detalhamento do funcionamento do ciclo de políticas públicas nos auxiliará na compreensão do seu funcionamento.

Apesar de alguns autores discordarem da quantidade de fases ou estágios irei ater-me a quatro elementos associando-os com o que vimos até o presente

momento: Formulação da agenda – escolhida a leitura como tema da agenda e abordada no cenário ibero-americano; Formulação das políticas – formulação de dez prioridades apresentadas pela CERLALC/OEI; Implementação - criação dos Planos Nacionais de Leitura e finalmente a Avaliação - instrumento importantíssimo e que serve para retroalimentar todo o ciclo.

Como o item *avaliação* se encerra, de certa forma, o ciclo de estágios de formulação das agendas de políticas públicas por isso apresentaremos, a partir dele, as reflexões concebidas com esse objetivo pelo CERLALC referente aos planos nacionais de leitura para termos dimensão do impacto desses planos nos países que integram o ILIMITA.

No ano de 2005 foi apresentado o documento⁵ *Una región de lectores que Crece: Análisis comparado de planes nacionales de lectura em Iberoamerica*⁶ em sua primeira edição era apresentado um conjunto de nove países avaliados sob a ótica de construção dos seus planos de leitura, a saber: Argentina, Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, EL Salvador, Espanha, México e Venezuela.

A pesquisa se debruçou sob quatro objetivos na composição deste documento servindo de parâmetro para um olhar mais integrado da região no que concerne aos planos nacionais de leitura, são eles:

1. Desenvolver elementos conceituais para a construção de um marco comum na região, que permita a análise das políticas de leitura, a partir de uma perspectiva de política pública.
2. Explorar os avanços e experiências que estão sendo desenvolvidas no campo da implementação de políticas públicas de leitura e iniciar um diálogo entre os atores envolvidos na discussão, formulação e implementação.
3. Com base na análise feita, propor recomendações e estratégias de ação que podem servir como pautas orientadoras para o desenho de políticas para a leitura nos âmbitos nacional e regional.
4. Iniciar a construção de um banco de dados sobre as experiências significativas de leitura na região.

⁵ Luis Bernardo Peña e Beatriz Helena, respectivamente Subdiretor de Leitura e Escrita e Assessora da mesma subdireção à época, foram os responsáveis pela primeira edição deste documento e analisaram um total de nove planos nacionais de leitura.

⁶Tradução livre: Uma região de leitores que cresce: análise comparativa de planos nacionais em Ibero-América 2013

Foram analisados um total de quinze categorias, na seguinte ordem: Nome do programa; Entidade responsável; Duração; Instituições participantes; Concepção do conceito de leitura; Justificativa; Diagnósticos, instrumentos e resultados; Objetivos e metas; Linhas de ação; Avaliação, instrumentos e resultados; Cobertura geográfica; População atendida; Dificuldades e Fontes de financiamento.

O estabelecimento de parâmetros específicos a todos os países para evidenciar o estado de arte desses planos permitiu aos pesquisadores, profissionais e formuladores de políticas públicas o uso de um recurso poderoso de análise comparativa e reflexão para problematizar determinados aspectos do curso de suas implementações.

Oito anos depois é lançado em 2013 a segunda edição⁷ desse documento com algumas alterações, mas mantendo a essência das quinze categorias analisadas, sendo incluídas três novas classes: *Nome do plano* (que se refere à concepção ou ideal que transmite), *Institucionalidade* (verificação se os referidos planos possuem base legal em seus países para continuarem desenvolvendo suas ações) e por fim *Realizações* (mensuração das ações desenvolvidas para responder se houve o avanço dos planos pesquisados). Outro dado significativo nesta segunda edição foi a ampliação de planos e países avaliados totalizando a marca de vinte e um países.

Apresentamos em linhas gerais a constituição do CERLALC e seu relacionamento com o debate das políticas públicas, inicialmente, em torno da questão do livro e que posteriormente se desenvolverá para a questão da biblioteca e incentivo à leitura culminando na produção de excelência e promoção do debate sobre o tema ao longo de sua existência.

O processo de construção dos *Planos Nacionais de Leitura* na América Latina possui íntima relação com as propostas feitas pelo CERLALC. Por esse motivo se fez necessário uma apresentação histórica desse organismo e do papel de formulador e apoiador das ações nos países que compõem o bloco de países signatários.

⁷ A segunda edição ficou a cargo de Didier Álvarez Zapata, consultor e professor associado da Universidade de Antioquia na Colômbia em 2013 sendo analisados um conjunto de vinte e um planos nacionais. Uma observação importante sobre o segundo documento refere-se ao fato de alguns países apresentarem mais de uma edição de seus planos, fato este relacionado ao tempo de duração definido por cada país, assim podemos citar os casos do Chile e Colômbia que apresentam mais de um plano no período analisado nessa segunda edição do documento.

1.1 HISTÓRIA POLÍTICA DO LIVRO E BIBLIOTECAS NO BRASIL

A primeira experiência governamental que concebeu maior importância à cultura enquanto política de Estado ocorreu no Departamento de Cultura de São Paulo, na direção de Mário de Andrade (1935-1938) servindo de modelo para a esfera federal.

A conjuntura política em que essas ações se estabeleceram se situam na configuração de mudanças momento que assinala o marco inaugural de valorização em prol da cultura.

É no Governo Vargas que ocorre um investimento político mais evidente e a cultura passa a ter um papel mais efetivo no planejamento e na execução de ações em âmbito nacional com a articulação do Estado e a crescente importância dada às questões da formação e valorização de uma identidade nacional, aliadas pela atuação vigorosa de intelectuais, educadores e artistas possibilitou-se pensar e estruturar com a nova configuração política, todo um aparato estatal que se dedicará a criação de uma política cultural, como observa Rubim:

[...] A política cultural implantada valorizava o nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro. A potência desta atuação pode ser dimensionada, por exemplo, pela quantidade de instituições criadas, em sua maioria já no período ditatorial. Dentre outras, podem ser citadas: Superintendência de Educação Musical e Artística; Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936); Serviço de Radiodifusão Educativa (1936); Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937); Serviço Nacional do Teatro (1937); Instituto Nacional do Livro (1937) e Conselho Nacional de Cultura (1938). Também não é mera casualidade que este período esteja entre os mais contemplados em termos de estudos. (RUBIM, 2007, p. 16-17)

O primeiro organismo idealizado com o objetivo de atender as demandas do livro e das bibliotecas foi criado através do decreto-lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937 do INL sendo seus objetivos principais: a publicação da Enciclopédia Brasileira e do Dicionário da Língua Portuguesa, a edição de obras de interesse para a cultura nacional, estímulo ao mercado editorial e a criação de bibliotecas públicas.

Sua estrutura administrativa era centrada em três seções, a saber: *Seção de Enciclopédia e Dicionário*, *Seção das Publicações* e *Seção das Bibliotecas*. Essas seções cumpriam na concepção de Oliveira (1994) o papel de braço intelectual, editorial e distribuidor do INL cuja principal ocupação era centrada na produção e distribuição do livro, relegando assim as bibliotecas uma atuação secundária como meros receptores do material bibliográfico editado por ela, não posso esquecer-me de mencionar que das três seções, a seção das bibliotecas era a única que não tinha representação no Conselho de Orientação.

Este Conselho de Orientação era composto por cinco membros que eram nomeados pelo Presidente da República cuja função era elaborar o Plano da Enciclopédia e do Dicionário e exercia influência no referido órgão.

A centralização de tais objetivos não foi capaz de produzir ao longo da sua trajetória um legado que creditasse a eficácia de sua política livresca e muito menos legitimou as bibliotecas públicas como espaços dinâmicos.

Inúmeras pesquisas foram produzidas sobre o INL e enfocam geralmente questões relacionadas ao objeto livro, aos escritores, aos livreiros e editores, porém poucos retratam com profundidade a questão das bibliotecas. A bibliotecária Zita de Oliveira (1994) realizou uma pesquisa densa que aborda a condução das políticas do INL sob a ótica das bibliotecas defendendo sua tese de doutorado intitulada: *A Biblioteca fora do tempo: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989* com uma acuidade minuciosa traçando com riqueza de detalhes aspectos das decisões políticas que influenciaram o desenvolvimento e as carências das bibliotecas ao longo do período que o órgão existiu.

Na análise de Oliveira (1994) o recorte temporal usado cumpre a missão de desvendar a construção dessa política com seus acertos em relação as bibliotecas e suas limitações, impostas frente a priorização da edição e produção dos livros no contexto do INL. Seu trabalho demonstra a debilidade do tratamento dado a biblioteca por parte dos governantes dos municípios e estados para potencializar as bibliotecas, por outro lado evidencia que apesar de todos os problemas enfrentados o INL foi relevante na implantação de bibliotecas em território nacional.

A divisão de ciclos proposta pela autora é interessante, pois nos subsidia de elementos que são parte de nossa construção simbólica, como a lembrança da biblioteca pública como o local legitimado para a realização das tarefas escolares como veremos um pouco mais adiante ou do espaço para a leitura de literatura e

alguns ainda se lembrarão da importância do uso da biblioteca para adquirir acesso a conteúdo de curso formação profissional técnico. Essas lembranças afetivas com forte relação simbólica farão sentido à medida que formos relatando os ciclos de sua análise.

O ciclo inicial recebeu a denominação de *A leitura regulada (1937-1945)* como o próprio nome sugere a criação do Instituto deixava explícito a maneira como o Estado pretendia conduzir a política.

O Ministro Gustavo Capanema, responsável pela pasta da Educação e Saúde, convidou o poeta Augusto Mayer para conduzir o recém-criado instituto inaugurando a linhagem de diretores escritores do Instituto que influenciaram o caráter literário da biblioteca pública brasileira (Oliveira, 1994, p. 45).

Em seu primeiro mandato Mayer propôs dois projetos arrojados, um se tratava da criação de 25 bibliotecas populares em que as comunidades poderiam gerir as bibliotecas e a segunda proposta se refere a criação de bibliotecas centrais regionais influenciada pela Comissão Protetora de Bibliotecas Populares da Argentina e da organização bibliotecária suíça.

Tais intenções não foram adiante, primeiro a ideia de autonomização das comunidades atingia diretamente a condução da política do Estado que atuava justamente na regulação, assim qualquer proposta de autonomia não seria levada adiante. Já o segundo projeto, por se tratar de uma visão embrionária de uma rede responsável por todo aparato técnico e de mão de obra especializada capazes de efetivar a descentralização das ações do Instituto atuando como elos entre a União, Estados e Municípios infelizmente foi inviabilizado por falta de recursos humanos qualificados e financeiros.

Mesmo assim o diretor poeta não desistiu, apesar de não receber os recursos para implementação de suas propostas elaborou alternativas para poder atuar, citamos algumas delas: criação do registro de bibliotecas no INL, posteriormente resultou na elaboração do Guia das Bibliotecas Brasileiras; elaborou a classificação das bibliotecas com a finalidade de auxiliar na distribuição de livros diferenciando por tipologias de bibliotecas o envio das doações de obras; estabeleceu parcerias com as prefeituras para criação de bibliotecas ficando responsável pelo envio de livros e assessoria técnica enquanto as prefeituras ficariam responsáveis pela construção dos espaços, recursos humanos e financeiros para manter em funcionamento as bibliotecas.

Esta última ação foi sendo fragilizada ao longo dos anos, pois os prefeitos tinham pouca receptividade para o tratamento das bibliotecas como tema político, o que dificultava a implementação a longo prazo de uma rede estruturada de bibliotecas públicas. No entanto, apesar dessas dificuldades o INL registrou aumento significativo do número de bibliotecas passando de 78 bibliotecas públicas em 1938 para 332 bibliotecas públicas em 1945 representando um aumento de 74% como atesta (SILVA, 1992, apud OLIVEIRA, 1994, p. 60) e também do volume de livros enviados para as bibliotecas públicas em oito anos segundo registros foram distribuídos a marca de 259. 400 volumes com média de 781 volumes por bibliotecas (Ibid. p. 61).

Em linhas gerais, o ciclo inicial ou fase de consolidação do INL conseguiu estabelecer avanços apesar das dificuldades de ordem ideológica e das restrições dos recursos financeiros mediante parcerias com as prefeituras estabelecendo um caminho para a implantação de bibliotecas públicas no país.

O segundo ciclo compreende *A dupla política de bibliotecas públicas (1946-1963)* após a fase de consolidação do instituto esse segundo momento vai se debruçar sobre questões mais ligadas ao braço editorial. Nesse período, pós-Estado Novo as alterações no quadro cultural evidenciam a alteração da influência europeia para a norte-americana e vemos o crescimento dos meios de comunicação de massa no país. O rádio aumentou significamente sua presença e influência em questões de consumo de bens e serviços como também de veículo informacional, desse modo o rádio possibilitou a inclusão de uma parcela da população analfabeta via oralidade de acesso a conhecimento e entretenimento.

Garcia Canclini (2008) aponta que uma das frustrações de quem atua na educação e formação de leitores e espectadores mais conscientes se deparam com a manutenção das diferenças socioeconômicas e, por outro lado, aponta a insistência das políticas culturais em relegar a incorporação de outras tecnologias de comunicação para o aprendizado, ou seja, o rádio, a televisão e depois a internet na visão do autor poderiam ser incorporados no processo educativo, porém o que vemos é a manutenção do livro como veículo e suporte de aprendizado priorizado nas agendas das políticas do setor.

No entanto, apesar da manutenção do livro como veículo de informação continuar vigorosamente privilegiada pelo INL, em 1961 é criado o Sistema Nacional de Bibliotecas (SNB). A partir desse período é que vai se caracterizar a dupla

política das bibliotecas públicas tendo dois organismos atuando com foco diferenciados, assim o INL atuará nas bibliotecas utilizando sua política do livro e o SNB criará a política das bibliotecas. Essa duplicidade de trabalho poderia ter se fundido canalizando esforços em vez de dispersá-los, particularmente acredito que poderíamos ter avançado nessa concepção se as duas correntes formassem um mesmo canal de interlocução de trabalho.

E, por fim, o último ciclo do INL proposto pela autora foi categorizado como *As três concepções de biblioteca pública (1964-1989)* nesta fase há a adoção de três concepções sobre as bibliotecas públicas e cada uma traz em seu bojo ainda a preocupação com o livro em detrimento de uma concepção mais arrojada do papel das bibliotecas sem esquecermos que o Brasil vivia um regime de ditadura com supressão dos direitos, censura e perseguição aos críticos do novo regime.

Na gestão de Umberto Peregrino o INL refletiu esse momento de institucionalização da administração pública comandada pelos militares em prol do novo ordenamento através do planejamento da economia. Nesse sentido, à época foram criados diversos planos nacionais com o intuito de promover o desenvolvimento do país e a biblioteca, refletindo esse tempo, foi tratada como um agente de integração nacional.

Foi realizado o Diagnóstico Preliminar de Cultura pelo Ministério do Planejamento para dirimir as ações do INL, neste documento mais uma vez foi expresso o papel secundário das bibliotecas, na formulação deste documento a tipologia designava todas as bibliotecas sobre o guarda-chuva maior “Bibliotecas Nacionais” desconsiderava as diferentes tipologias de bibliotecas e o termo “nacionais” queria na realidade tratar das bibliotecas públicas e privadas.

Apesar desse problema conceitual o diagnóstico conseguiu demonstrar as limitações que o Instituto tinha em efetivar os objetivos de coordenação bibliotecária nos anos 1960 como, por exemplo: acervos desatualizados, recursos humanos qualificados em baixa, localização inadequada e como sugestões deste diagnóstico foram apresentadas a criação de bibliotecas públicas municipais; criação de bibliotecas infantis e a criação de unidades culturais conceitualmente parecidas com o modelo das Bibliotecas Parque⁸ com sua implantação em locais desassistidos

⁸ A primeira Biblioteca Parque foi inaugurada em Manguinhos no Rio de Janeiro em 2010. A escolha de trazer esse modelo de Biblioteca foi inspirada pela Biblioteca Parque España, em Santo Domingo considerada uma das regiões mais violentas de Medellín na Colômbia. O modelo apontado de

composta por biblioteca, discoteca popular, galeria e auditório servindo como espaço de irradiação cultural.

Para criar uma biblioteca em cada município este diagnóstico sugeria a reestruturação administrativa do INL alterando as três seções e transformando elas em setores com novas funções, por exemplo o Setor de Bibliotecas incorporou o Serviço Nacional de Bibliotecas do MEC e manteria as atribuições de criar e fortalecer as redes regionais, ou seja atuar de forma descentralizada e articulada para melhorar os serviços bibliotecários reconhecendo a necessidade de sistematização e cooperação do trabalho entre as bibliotecas públicas municipais.

Apesar da ideia de criação de bibliotecas em todos os municípios e as unidades culturais estarem alinhadas com o modelo de integração do governo os poucos recursos disponíveis no Instituto inviabilizaram a implantação dessas bibliotecas.

Logo após a gestão de Umberto Peregrino assume a direção do INL a bibliotecária Maria Alice Barroso, momento marcante para o Instituto, pois ocorre a transferência de sua sede no Rio de Janeiro para Brasília, porém a mais importante mudança refere-se a política do livro e bibliotecas que sai do âmbito da cultura e passa para a educação.

Internamente a gestora Maria Alice Barroso avalizou a omissão do setor cultural dentro do MEC e a concepção de biblioteca pública como apoio paradidático ao estudante como eixos para essa mudança. Outro aspecto relevante é a lei 5.692/71 que trata da reformulação do ensino de 1º e 2º graus, esta lei é apontada por Oliveira (1994, p.106) como um mecanismo legal que conflagra a alteração dos rumos do Instituto na direção de criar e fortalecer a imagem da biblioteca pública como biblioteca escolar.

As escolas brasileiras não foram estruturadas para terem bibliotecas escolares com acervos específicos com intuito de auxiliar na formação dos estudantes transferiu-se essa função para a biblioteca pública alterando suas funções e estabelecendo no imaginário brasileiro a associação de que ambas as tipologias de bibliotecas se equivalem.

sucesso em Medellín teve a mesma receptividade no Rio de Janeiro e contou com o apoio do governo federal para sua execução através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vindo posteriormente a construir outras unidades na Rocinha, no Alemão, e a Biblioteca Parque Estadual no centro do Rio de Janeiro e incorporou a Biblioteca Pública de Niterói a rede de Bibliotecas Parques com algumas intervenções internas.

Para legitimar a relação livro, biblioteca e educação foi criado o Programa Nacional do Livro (PNL) este programa integrava o Plano Setorial da Educação, desse modo o planejamento bibliotecário ficava subordinado ao Plano Setorial de Educação e este ao Plano Nacional de Desenvolvimento. E, como garantia de que este programa se fortalecesse ocorreram as transferências da Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED) e do Grupo Executivo da Indústria do Livro (GEIL) para o Instituto que ficaram encarregados de promover o livro didático.

O PNL teve por foco de suas ações dois subprojetos: o livro didático e o livro literário. O foco do programa era a publicação de coedições e tal objetivo buscava baratear o custo das obras mediante a ampliação de exemplares coeditados. Foram criados para o subprojeto livro didático cinco programas, são eles: PLIDES (ensino superior), PLIDEM (ensino médio); PLIDEF (ensino fundamental); PLIDESU (ensino supletivo); PLIDECOM (ensino de computação) estes programas passavam por uma avaliação dos conteúdos antes de serem coeditados. E, por consequência, o INL sendo responsável pela seleção e distribuição de livros didáticos e atuando diretamente com as bibliotecas públicas elegeu esse espaço como o lugar ideal para distribuição dos livros influenciando diretamente na feição escolar em que se converteu a biblioteca pública.

Um elemento pouco afeito ao INL, pesquisas de gosto de leitura, identificou uma mudança no uso da leitura na década de 1970 houve migração da leitura feita para o lazer ou por interesse pessoal para uma leitura obrigatória com foco a aquisição de informação relacionados a vida estudantil ou profissional e essa alteração da preferência dos usuários interferiu diretamente no subprojeto livro literário.

Oliveira (1994, p. 111) acredita que “esta mudança de interesse no uso utilitário da leitura pode ser creditada às transformações sociais ocorridas no Brasil pós-64 quando o MEC desenvolveu programas de ensino profissionalizante” proporcionado pela ampliação do ensino com novas qualificações profissionais, crescimento das cidades e o aumento da educação ampliavam as oportunidades para inserção no mercado de trabalho, essas alterações reordenaram o subprojeto do livro literário passando a incorporar também a coedição de manuais de mão de obra e livros de leitura intermediária mesmo que a contragosto.

Importante citar outras realizações na gestão de Maria Alice Barroso que buscavam enfrentar desafios locais como o Programa de Treinamento Intensivo para

auxiliares de bibliotecas (PROTIAB), o projeto de Implantação Piloto de Pernambuco e projeto de Implantação de serviços bibliotecários na região transamazônica.

O PROTIAB foi um programa que buscou atender um velho problema das bibliotecas municipais que continua atual, a falta de profissionais para atuar nesses espaços, pois muitas prefeituras alegam não poder contratar um profissional bibliotecário e cobrir seus salários, assim esse programa atuava no sentido de evitar a paralização dos serviços bibliotecários contribuindo no funcionamento das bibliotecas.

Outro projeto que serviu de modelo experimental para ser replicado depois para o país foi criado com o Projeto Piloto de Pernambuco este programa consistia na educação de adultos e buscava realizar a alfabetização no interior de Pernambuco.

A Região Transamazônica recebeu a Implantação de serviços bibliotecários com recursos do Programa de Integração Nacional (PIN) este programa realizou a compra de carros-bibliotecas, implantação de 4 bibliotecas públicas, 28 salas de leitura e caixas-estantes apesar do programa não ter tido uma vida útil prolongada e os bens adquiridos repassados a entidades da região foi uma experiência que buscou atender as comunidades de Santarém, Altamira, Marabá e Itaituba em suas necessidades de acesso à informação estes foram os projetos que englobam a gestão de Maria Alice Barroso.

Finalmente a gestão de Herberto Sales encerra o corpo central da análise de Oliveira (1994) no qual ocorre o retorno da biblioteca pública com caráter literário e temos pela primeira vez no Instituto a criação do Programa Nacional de Bibliotecas pensado exclusivamente para desenvolvimento bibliotecário, tal conquista foi fruto de enorme conscientização da importância da política bibliotecária para o INL.

O bibliotecário e Diretor Adjunto do INL Emir Suaiden ao falar sobre a relação dos recursos aplicados ao longo dos anos no Instituto evidencia como a relação institucional priorizava os interesses dos escritores em detrimento da biblioteca, como vimos inicialmente sobre a tradição de diretores escritores os percentuais apresentados por Emir Suaiden confirmam sua explanação, uma vez que 90% dos recursos foram alocados para edição e coedição de obras e apenas 10% dos recursos para programa de serviços bibliotecários. Esse dado reforça a ideia de que a biblioteca é sinônimo de livro e não um organismo que desenvolve serviços para a

comunidade e que possa sim atender as demandas informacionais, mas não presas a um determinado tipo de suporte como ainda prevalece esse pensamento.

O Programa Nacional de Bibliotecas (PNB) foi redirecionado para o projeto do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas implementado pelo INL em 1976 cujo objetivo era de dar diretrizes e padronizar os serviços bibliotecários em território nacional. Foi implementado o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP) com o intuito de descentralizar as ações do INL e atender as demandas dos municípios em seus respectivos estados facilitando a operacionalização do INL funcionando como articuladores regionais que filtravam as solicitações e problemas dos municípios.

Porém, as dificuldades como vimos em tentativas anteriores de convencer os gestores, nesse caso em especial os estaduais, da importância da representação dos SEBP acabavam prejudicando a implementação desses sistemas. Ainda no mérito da gestão pública outro dado complicador era a representação desses sistemas de bibliotecas nem sempre serem ocupados por profissionais da área e entregue a “pessoas de confiança” dos gestores demonstrando total despreparo na operacionalização do sistema poder desenvolver suas atividades.

Apesar da criação do PNB os velhos dilemas apontados continuavam sendo expostos como a falta de recursos humanos, despreparo e desinteresse dos gestores sobre a importância das bibliotecas e em especial da criação dos SEBP e a falta de institucionalidade não legitimaram o objetivo traçado pelo INL mediante articulação com os municípios. Os esforços do SNBP terminaram após 8 anos de sua fundação encerrando suas atividades em 1984.

Com a redemocratização do país e a confluência de novos arranjos políticos o INL passará pelo processo que vai definir o encerramento de suas atividades, primeiro foi criado em 1985 o Ministério da Cultura (MinC) no governo Sarney dois anos após foi criada a Fundação Nacional Pró-Leitura englobando o INL e a Biblioteca Nacional, porém foi extinta dois anos após sua criação e suas atribuições foram transferidas para a Biblioteca Nacional (BN) transformando o INL em departamento passando a se chamar Departamento Nacional do Livro.

Com o fim do ciclo do INL e suas atribuições repassadas para a FBN temos uma reestruturação sobre as políticas do livro e bibliotecas por meio da instituição de dois instrumentos o PROLER e o SNBP.

O PROLER foi instituído pelo decreto presidencial nº 519 de 13 de maio de 1992 tem por finalidade contribuir para a ampliação do direito à leitura atua por meio de uma rede em comitês sediados em prefeituras, secretarias de estados e municípios, fundações culturais, universidades e entidades públicas e privadas. O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) foi instituído por meio do decreto presidencial nº 520 de 13 de maio de 1992 subordinado diretamente à Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e vinculada ao MinC é responsável pela implementação de um sistema integrado de bibliotecas.

O SNBP e o PROLER mantiveram viva a chama do INL, nesse sentido, suas atribuições têm conexão com os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto como a criação dos SEBP, da mesma forma o PROLER através de seus comitês vem desenvolvendo um importante trabalho sobre a importância da leitura. Novos atores e novas configurações estão na agenda política da área, mas sua apresentação será feita no item 2.3 aqui gostaríamos de apresentar o INL como o representante da mais longa trajetória, até os dias atuais, da política do livro e bibliotecas.

1.2 O GOVERNO PT E A CONSTRUÇÃO DO PNLL

A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) no comando do governo federal foi motivo de muitas alegrias e de renovação das esperanças por mudanças sociais. Havia um sentimento de que o Brasil seria mais fraterno, com mais justiça social e ampliação de direitos. Seu sentido simbólico pós-eleição indica que um novo momento da história política do país estava por ser escrita.

Uma das marcas deste governo para o desenvolvimento do setor que investigamos é a abertura do diálogo ampliado com participação popular nas discussões das políticas públicas, representando um novo momento na participação democrática no âmbito federal, pois altera sensivelmente o quadro vivenciado em gestões anteriores.

A participação de diversos setores que se debruçam sobre o tema em tencionar o fortalecimento das políticas da área com garantia de continuidade dos programas criados apontava para a necessidade de instalação de uma agenda de Estado que garantisse a execução das políticas além dos limites temporais das gestões de governos.

Assim o Governo Lula (2003-2010) conduziu nos seus dois mandatos a construção de uma agenda pública para o livro, leitura e bibliotecas. Logo no seu primeiro ano de governo é sancionada a Política Nacional do Livro através da Lei 10.753, de 30 out. de 2003 de autoria do Senador José Sarney convocando todos os entes federados a consignar em seus respectivos orçamentos verbas para as bibliotecas públicas para sua manutenção e aquisição do livro.

Ao mesmo tempo, no contexto latino-americano, conforme vimos acima, a leitura é inserida como pauta das agendas políticas dos países do bloco e alçada à condição de prioridade com o lançamento do Plano Ibero-Americano de Leitura (ILIMITA) em 2003 na XIII Cúpula dos Chefes de Estado e Governo em Santa Cruz de la Sierra na Bolívia. O Brasil participou da reunião da cúpula compartilhando da ideia e ficou definido que a condução do processo de desenho e execução do ILIMITA seria da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e do Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (CERLALC).

No ano seguinte em 2004 na cidade de Cartagena das Índias na Colômbia foi posto em prática a formulação de uma agenda de políticas públicas de leitura que

serviria de modelo para os países do bloco desenvolverem e/ou aperfeiçoarem seus planos.

Aqui no Brasil, no período de 2004 a 2005 foram realizados encontros preparatórios no Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Ceará e Pará colhendo sugestões para o plano.

A implantação do PNLL é feita com a participação dos Ministérios da Educação e Cultura através da Portaria Interministerial nº 1442 de 10/08/2006 com o intuito de fortalecer políticas culturais para o livro, leitura e bibliotecas, sendo o marco legal do plano. Contou com a participação ativa da sociedade civil, ao todo foram realizados 97 encontros nos mais diversos formatos: oficinas, conferências, palestras, mesas-redondas. Logo em seguida é dado mais um passo no sentido de dar mais legitimidade ao plano quando a presidente Dilma Rousseff institui o PNLL, através do decreto nº 7559.

O PNLL foi estruturado em quatro eixos de atuação: Democratização do acesso; Fomento à leitura e à formação de mediadores; Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico e Desenvolvimento da economia do livro.

O funcionamento do PNLL é formado por colegiados, há um Conselho Diretivo; uma Coordenação Executiva e um Conselho Consultivo.

O Conselho Diretivo é formado por: dois representantes do Ministério da Cultura, dois representantes do Ministério da Educação, um representante dos autores, um representante dos editores de livros, um representante de especialistas em leitura.

A Coordenação Executiva é composta por cinco membros, na qualidade de representantes dos órgãos e entidades que formam o Conselho Diretivo tendo como atribuição a execução do plano cumprindo as decisões do Conselho Diretivo.

O Conselho Consultivo será composto pelos membros da Câmara Setorial do Livro tendo como atribuições a assistência para o Conselho Diretivo e Coordenação Executiva.

O PNLL se tornou a mais nova ferramenta para a inclusão da leitura, do livro e da biblioteca, porém o desafio posto aos planejadores em um cenário cada vez mais digital e uma sociedade cada vez mais conectada com acesso à informação em diferentes suportes é não repetir os preceitos permeados pelo INL ao dar exclusividade ao livro como único elemento de acesso à informação.

Os eixos do plano descrevem o foco de ação que se pretende atuar, por exemplo o eixo 1 identifica a biblioteca como o “território de leitura por excelência” mesmo admitindo a presença de espaços alternativos para esse fim, todavia percebo alguns problemas na nomeação do eixo e a ênfase do foco pretendido. Democratizar o acesso é superinteressante, mas o Plano insiste no suporte livro como único veículo e esse ‘território’ é apenas para recebê-lo, mantendo a postura passiva da biblioteca como mero elo da cadeia produtiva e distribuidora do setor editorial mesmo inserindo o flerte com o uso da tecnologia sua intenção é garantir a presença do livro e não se pensou no desenvolvimento da biblioteca como esse espaço de problematização dos discursos ali presentes.

Essa característica de predomínio do livro como único elo de promoção de acesso ao conhecimento permanece evidente na configuração dos quatro eixos. A leitura não deveria estar presa a um suporte e sim poder explorar as diversas modalidades disponíveis, além de estimular a leitura essa postura tornaria a experiência de uso desses outros formatos muito mais atrativos para os leitores.

Lembro-me de uma palestra de Garcia Canclini na Fundação Casa de Rui Barbosa em 2015, no qual abordava justamente isso, não são os suportes que qualificam a leitura e sim o gosto atribuído pelos leitores aos assuntos de seus interesses, a impressão que apenas a leitura literária garante a tutela de alguém como leitor é uma maneira de deslegitimar por exemplo a leitura de um professor que corrige monografias, orienta teses e dissertações para dizer que o material de trabalho deste profissional não possa ser considerado leitura.

Outro ponto que atua de forma diferenciada da experiência do INL em relação ao estímulo da leitura está relacionado com a aplicação do eixo 2 do plano que trata do fomento à leitura e à formação de mediadores. Esse eixo traz uma perspectiva literalmente mediadora, no sentido de fazer a ponte entre o livro e o seu destino a biblioteca, sem mediação de professores, bibliotecários, contadores de história todo investimento dessa cadeia do PNLL se torna improdutivo.

A mediação da leitura como interação direta do conteúdo informacional provoca no leitor-ouvinte uma sensação estimuladora, insiro aqui um contraponto ao modelo tradicional construído de mediação. Geralmente a mediação é associada para os iniciantes e/ou ainda em fase de alfabetização, mas vai além disso, os saraus e as batalhas do conhecimento, por exemplo são também espaços de mediação de leitura que envolvem as pessoas que participam desses eventos

tornando a palavra um instrumento de pensamento vivo e circulante, progressista, desafiador.

O terceiro eixo trata da valorização institucional do livro e incremento de seu valor simbólico, para tal é necessário que a leitura se torne uma prática social reconhecida pela sociedade. Seu valor só pode ser mensurado se ele for visto como um bem público, no sentido de um direito compartilhado por todos e acessível. Nesse sentido, as campanhas pecam ao transferir a responsabilidade do baixo índice de leitura do país para as pessoas demonstrando fragilidade discursiva em seu objetivo, como fica evidenciado na seguinte reflexão:

De acordo com Lajolo e Zilberman (2009), as campanhas partem do pressuposto de que a população brasileira lê mal e pouco por não ter consciência do valor da leitura, não em função de um sistema de ensino complexamente ineficiente em sua tarefa de ensinar a ler e a escrever. Dessa maneira, as campanhas teriam como missão preencher essa lacuna, convencendo as pessoas de que ler é muito importante, assim como faz em outras áreas, como o meio ambiente e a saúde, por exemplo. (FARIAS, 2017, p.15)

Da mesma forma, o uso de palavras de ordem como “ler é bonito”, “ler é fácil” como apontado por Castrillón (2011) para atrair a atenção das pessoas para a importância da leitura reflete nessas campanhas mais uma postura assistencialista em vez de reforçar a responsabilidade e dever do Estado em garantir esse direito, apesar da finalidade ser positiva é ingênua, pois coloca o ato de ler como algo fugaz e em posição de desvantagem em relação a outras mídias como a televisão.

E, por fim o eixo 4 que trata sobre o Desenvolvimento da economia do livro este provavelmente refere-se à construção do INL e a forte influência que este setor, o editorial, teve ao longo da atuação desse organismo apresenta contradições não apenas em privilegiar seus interesses como constatar que suas participações nos planos estaduais e municipais é rarefeita, pois esperam que o Estado continue fomentando mecanismos de repasse de recursos financeiros para subsidiar a produção, distribuição de livros. Seu principal foco de interesse ainda nessa perspectiva de intervenção do Estado em seu favor ocorre na participação de compra por parte do Governo Federal dos livros didáticos que concentra a maior fatia de mercado e é a “galinha dos ovos dourados” para este setor.

Na sequência, apresentamos os eixos e as principais linhas de atuação de cada um deles:

Eixo 1 – Democratização do Acesso
1.1 Implantação de novas bibliotecas
1.2 Fortalecimento da rede atual de bibliotecas
1.3 Conquistas de novos espaços de leitura
1.4 Distribuição de livros gratuitos
1.5 Melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura
1.6 Incorporação e uso das tecnologias de informação e comunicação

Eixo 2 – Fomento à leitura e à formação de mediadores
2.1 Formação de mediadores de leitura
2.2 Projetos sociais de leitura
2.3 Estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e leitura
2.4 Sistemas de informação nas áreas de bibliotecas, bibliografia e do mercado editorial
2.5 Prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura

Eixo 3 – Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico
3.1 Ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em políticas de Estado
3.2 Ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura
3.3 Publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura

Eixo 4 – Desenvolvimento da economia do livro
4.1 Desenvolvimento da cadeia produtiva do livro
4.2 Fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura
4.3 Apoio a cadeia criativa do livro
4.4 Maior presença no exterior da produção nacional literária, científica e cultural editada

Não encontramos documentos no site do MinC que informassem os valores investidos no PNLL por eixo e programa, porém o documento do CERLALC (2013) sobre avaliação dos planos nacionais de leitura possui dados repassados pelo governo brasileiro. Entretanto, alguns dos valores apresentados não informam o período de execução, outros programas listados aparecem na lista sem a apresentação de uso ou não de recurso para sua implementação.

Neste documento que avalia os planos ibero-americanos é possível acessar os recursos investidos e o nome de cada programa com alocação de recursos. Apesar do documento não contextualizar a efetividade de execução pelo fato dos dados serem repassados pelos países o que temos é um valor aproximado do que foi investido. Não foi apresentado os investimentos por ordem cronológica e há programas sem a apresentação do valor investido, logo o valor aproximado que chegamos é da ordem de R\$ 291. 358.691, 29⁹

No ano de 2012 o MinC anuncia investimentos para aquele ano na ordem de R\$ 373 milhões. Pelo comparativo fica difícil traçar a evolução dos investimentos por programas e avaliar seu impacto com mais recursos mensuráveis, mas podemos pelo menos por uma variável afirmar que apesar do volume e empenho dedicado ao tema um item ainda não se concretizou: sua institucionalidade.

Prestes a completar 11 anos da aprovação do PNLL o país não conseguiu alcançar a marca de 1% de municípios com planos municipais de livro e leitura aprovados e mesmo se incluíssemos os planos estaduais essa marca não seria alcançada.

Cabe aqui uma reflexão sobre a descentralização dos planos municipais e estaduais. Apesar do processo de participação de diferentes setores de fato existir a materialidade disso em planos institucionalizados não avançou. E após um período de paralização que o PNLL enfrentou pela saída de um dos seus responsáveis o tema deixou se ser problematizado.

Muitas bibliotecas foram criadas e reformadas houve um forte trabalho de formação de mediadores pelo país, assim como muitos estudos sobre a importância da leitura foram produzidos. Então qual o motivo de não termos avançado como em outros países ibero-americanos na efetivação dos objetivos traçados pelo PNLL?

Arrisco aqui enfrentar essa indagação elegendo como fator crucial a forte dependência dos municípios em relação a União na efetivação dessa agenda política. Sem os esforços iniciais do governo federal dificilmente esse esforço conseguiria mobilizar esses entes da federação e mesmo que o PNLL indique que as responsabilidades devam ser compartilhadas poucos prefeitos e governadores empenharam-se para legitimar os planos em suas agendas de governo.

⁹ Após solicitação de dados junto à Lei de Acesso à Informação (LAI) obtivemos como resposta depois de algumas tentativas sem sucesso de que esse valor de investimentos é referente ao ano de 2013 e em relação aos gastos referentes aos anos 2006-2012 e 2014-2016 nos foi informado que não tem essas informações.

Em outra frente, mais recente trata da aprovação do Projeto de Lei (PL) 212/2016 da senadora Fátima Bezerra que institui a Política Nacional do Livro e Escrita (PNLE) como instrumento de consolidação do PNLL e suas ações e programas já que a lei tem mais força normativa do que um decreto.

Como esse PL ainda não foi aprovado¹⁰ o que vemos é a paralização do PNLL e dos respectivos planos municipais e estaduais. É cedo para afirmar que o estabelecimento dessa política garantirá a efetivação do plano nacional já que a evolução do ponto de vista quantitativo da presença dos planos não alcançou uma representatividade à altura do esforço direcionado ao longo dessa primeira década.

Nesse sentido, a paralisação das ações do PNLL, bem como as questões de legislação que deixam indefinidos os rumos da política do setor agravam a efetivação dessa política na ponta, ou seja, nos municípios desse país.

¹⁰ A PNLE foi aprovada no Senado Federal em, 15/05/2017. Como nosso período de análise vai de 2006 a 2016 esse dado aparece aqui em nota.

1.3 BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O aparecimento das Bibliotecas Comunitárias (BC) no processo de criação de planos estaduais e municipais do livro, leitura, literatura e bibliotecas aponta uma mudança significativa no papel político dessas instituições e até do seu reconhecimento.

A tese *Bibliotecas Comunitárias como prática social* da autora Elisa Machado (2008) contribuiu significativamente para afirmar a relevância das BC no cenário nacional tornando-se referência sobre o tema. A autora analisa o percurso de movimentos, grupos e também de iniciativas individuais na criação e atuação nesses espaços.

Geralmente a imagem das BC é retratada como sendo espaços do menos, da ausência do Estado, de livros velhos e locais inadequados para o espaço do debate, da construção coletiva e da ação reposicionou qualitativamente essas instituições que estão fora do escopo governamental.

Atuam intensamente no território tornando a leitura um instrumento político de mobilização e organização. Os desafios continuam acompanhando suas trajetórias, porém sua articulação em rede vem proporcionando um nível de engajamento político capaz de manter a articulação de suas ações na rota das agendas públicas.

O PNLL proporcionou no seu modelo de construção uma abertura para a participação de diversos grupos. As BC tiveram nessa abertura o caminho facilitado para imprimirem seu olhar e suas demandas colocando sempre em primeiro lugar a defesa do direito à formação leitora e o reconhecimento da biblioteca nas suas pautas. Assim é importante apresentar como a política macro do PNLL vem se desenvolvendo no plano micro, ou seja, nas cidades e como está o desenvolvimento ao longo de uma década de existência do PNLL.

O primeiro Plano Municipal do Livro e Leitura (PMLL) aprovado no país foi o de Porto Alegre, apesar da aprovação do PNLL ter ocorrido em 2006 somente em 2010 são dados os primeiros passos com o intuito de mobilizar o município para a importância do tema.

O intenso debate realizado entre a sociedade civil organizada e entidades governamentais levou a aprovação do primeiro PMLL em 2013.

A liderança no processo de discussão das bibliotecas comunitárias na formulação dos Grupos Temáticos (GT) ou Fóruns é uma das marcas dessa trajetória iniciada em Porto Alegre.

Um ponto que deve ser destacado em relação a cidade de Porto Alegre refere-se a sua experiência na participação social com destaque para a criação do *orçamento participativo*, esse instrumento de empoderamento dos cidadãos na escolha dos investimentos priorizados pela prefeitura, assinala a importância de a sociedade integrar a vida pública e a partir dela definir um olhar coletivo em prol do bem público.

Essa marca experimental de inserir cidadãos como atores políticos vai além da aceitação da agenda dos gestores públicos. O PNLL, apesar de contemplar as bibliotecas em um dos seus eixos, acaba sendo invisibilizada dando destaque apenas ao livro e a leitura. Apesar da letra B não constar na sigla do plano porto-alegrense, por exemplo, foi a partir da construção da narrativa das BC que esse processo ganhou força e encadeou sua inclusão nos outros municípios.

O movimento social alusivo às *Bibliotecas Comunitárias* ao proporem a incorporação da letra B nos planos de livro e leitura querem visibilizar sua trajetória por proporcionarem acesso ao livro e a leitura, mas também dão um sentido político de sua atuação demonstrando que há um olhar a ser desconstruído da classificação do que é uma Biblioteca. Cabe aqui ressaltar a reflexão de Garcia Canclini ao apontar os desafios em relação as hierarquias e os saberes:

Como reorganizar os saberes para dar lugar aos múltiplos conhecimentos e modos de conhecer que desafiam as hierarquias instauradas pelas ciências modernas: as culturas dos continentes periféricos, os olhares críticos do feminismo e dos movimentos étnicos, as hibridações entre vários sistemas classificatórios praticadas por migrantes? Perante o des-concerto gerado pela multiplicação do diferente, do emergente, do que se auto-organiza fora das totalidades conhecidas, surgiram tentativas de definir e classificar de modo aberto. (GARCIA CANCLINI, 2013, p.15)

As BC perceberam que sua participação na construção dos planos do livro e leitura é a principal via para seu reconhecimento institucional.

Michel de Certeau (1994) afirma ser possível observar nas práticas cotidianas indícios de resistências no microcosmo da sociedade. Resistências essas capazes

de desenvolver estratégias que fragilizam e subvertem a ordem dominadora.

Em seu livro *A invenção do cotidiano* o autor “está mais preocupado com a prática de apropriação e o uso da mesma por grupos ou indivíduos”.

Podemos perceber essa apropriação por parte do movimento de bibliotecas comunitárias que vem pleiteando a aprovação dos planos municipais.

Essas lutas demandam tempo e engajamento junto às esferas do poder, disputas que percorrem velhos dilemas da estrutura estatal como a burocracia, o autoritarismo e as fragilidades institucionais.

Nesse cenário parece difícil superar as rotinas do modelo político brasileiro. Todavia, como bem caracterizou Certeau é na movimentação de posições que os grupos irão perceber as brechas para evitar sua desarticulação assim o conceito de tática de se encaixa perfeitamente no desafio de reconfigurar posições:

[...] “chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’, como dizia von Büllow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. (CERTEAU, 1998, p. 100-101).

Assim, logo após a aprovação do plano de Porto Alegre, outras cidades brasileiras começam a buscar informações junto aos membros que fizeram parte do GT do PMLL desta cidade.

Com o intuito de trocar experiências para facilitar o encaminhamento político. Saber o “caminho das pedras” é fundamental para evitar um maior desgaste de tempo, visto que o tempo político é diferente das demandas dos proponentes.

Essa incidência política colaborativa é fundante dessa fase de construção dos planos municipais em que se evidenciam disputas e ao mesmo tempo mecanismo colaborativos fortes.

Conhecer um pouco do histórico das cidades que estão com seus planos aprovados ou em via de aprovação nos guiará a compreender melhor esse processo.

Tais percursos registram os aprendizados produzidos, os desafios inerentes a construção das agendas públicas e o empoderamento que estão ocorrendo por parte dos grupos envolvidos.

Todavia, tecer afirmações sobre o sucesso alcançado por Porto Alegre precisa ser relativizado, pois um dos problemas postos é a questão orçamentária. O orçamento de implementação do Plano em Porto Alegre é de aproximadamente R\$ 300.000,00, valor este não fixado em termos percentuais da arrecadação municipal, ou seja, caso haja algum remanejamento de recursos por necessidade da administração municipal esse valor poderá ser alterado.

Continuando a análise pelo prisma do orçamento, nos deparamos com o caso da cidade de Nova Iguaçu que teve seu plano aprovado com dotação orçamentária de dois por centos oriundos da Secretaria Municipal de Cultura e da Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu, porém apesar dessa conquista o plano ainda não foi efetivado.

Este município foi o primeiro do Estado do Rio de Janeiro a garantir a aprovação orçamentária para o seu plano e o grupo que liderou esse processo ver a necessidade de criar mecanismos de monitoramento visando não deixar o plano se tornar letra morta.

Esses grupos precisam entender o funcionamento dos mecanismos que regulam os gastos públicos, são eles: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

As cidades de Salvador (2013) e São Paulo (2014) também aprovaram seus planos sem dotação orçamentária, porém no plano de São Paulo está previsto a criação de um fundo para a execução dos projetos previstos.

No caso de Recife, Belo Horizonte e Rio de Janeiro já estão com GTs ou

Fóruns trabalhando para aprovação de seus planos. Já as cidades de São Luís e Duque de Caxias ainda estão na fase de aprovação do GT ou Fórum. Apresentamos os diferentes estágios que as cidades estão passando no quadro abaixo:

Município	Formação de GT/Fórum	Aprovação do Plano
Porto Alegre	SIM	SIM
Salvador	SIM	SIM
Nova Iguaçu	SIM	SIM
São Paulo	SIM	SIM
Recife	SIM	--
Fortaleza	SIM	--
São Luís	*NÃO	--
Duque de Caxias	*NÃO	--
Belo Horizonte	SIM	--
Rio de Janeiro	SIM	--

Os desafios postos para os PMLLLB atualmente ultrapassam a simples configuração de aprovação dos planos, pois a maioria das cidades que aprovaram seus planos carecem de institucionalização de suas ações. Poucos planos municipais possuem dotação orçamentária específica contribuindo para que esse processo de legitimação seja praticamente inexistente.

As mudanças de gestões municipais é outro fator que confirma a falta de institucionalidade dos planos já que muitos desconhecem toda construção e criam novos modelos de gestão para as bibliotecas e incentivos ligados ao livro e leitura que não condizem com os parâmetros definidos nos planos municipais reafirmando sua falta de institucionalidade.

Como não há cobrança, ou melhor dizendo, algum tipo de instrumento estabelecendo metas a serem alcançadas por parte do PNLL em relação aos municípios e estados na implementação de recursos que garantam a efetividade da agenda do setor é provável que a descontinuidade e o tímido avanço alcançado prejudiquem o fortalecimento político do PNLL em âmbito nacional contrariando os pressupostos do acordo ibero-americano firmado pela CERLALC/OEI em virtude do

plano ILIMITA que propõe que os países tornem os planos nacionais instrumentos que garantam o cumprimento da política do livro, leitura e bibliotecas como tema prioritário nas agendas governamentais.

2 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS PMLLB

Após dez anos da aprovação do PNLL podemos elencar com certa precisão os atores que influenciaram o processo de construção dos planos municipais, quais seus interesses, as parcerias construídas e conflitos gerados. Nesse circuito de intenções podemos afirmar que houve pouco avanço e cabe aqui esclarecimentos sobre as limitações dessa agenda.

Inicialmente, não há intenção aqui de negar os investimentos oriundos do governo federal investidos na ampliação e reforma de bibliotecas públicas, muito menos dos cursos de formação de mediadores ou da compra e distribuição de livros, porém, se esses elementos não forem respaldados por uma política clara seus efeitos terão sido sazonais. Há uma forte dependência dos estados e municípios em relação à esfera federal na aplicação das políticas macros e não seria diferente nesse aspecto o livro, a leitura e bibliotecas.

Por exemplo, a ponderação que aqui faço acerca da grande lacuna nesses dez anos foi de não termos avançado na implementação em território nacional na efetivação dos planos municipais. O grande prejuízo a meu ver com essa constatação é que o PNLL não conseguiu imprimir no seu discurso a importância dessa política para as cidades pensando nas dimensões culturais, sociais e econômicas, associadas do valor da leitura enquanto elemento-chave para alcançar melhores condições no quadro social.

A baixa adesão constatada é um quadro que precisa ser superado e cada vez torna-se preponderante a articulação entre bibliotecas públicas e comunitárias para que juntas possam incidir cada vez mais nos territórios ampliando sua visibilidade e fortalecendo laços de atuação política.

Nessa perspectiva, irei problematizar o fato de que no processo de redemocratização do país o tema das bibliotecas não foi incorporado pelos movimentos sociais tradicionais e muito menos pelos setores ligados ao livro e bibliotecas. Talvez, por isso, pensar em estratégias que provoquem a abertura de participação nos Sistemas Estaduais e Municipais de Biblioteca pode alterar a percepção do imaginário social brasileiro sobre as bibliotecas e seu papel social de inclusão.

2.1 ATORES E SUAS RELAÇÕES COM A CRIAÇÃO DOS PMLLLB

A reformulação do MinC ocorrida no governo Lula traduziu a importância que sua gestão trouxe à Cultura e isso se deu com o estabelecimento de grandes metas para a pasta governamental. A primeira delas tratou da organização de um sistema nacional de financiamento, construção de uma política cultural de envergadura nacional e das questões relacionadas à democratização cultural.

De acordo com o documento *Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise*¹¹ para que tais objetivos fossem alcançados seria necessária uma nova postura por parte dos agentes públicos; tendo o Estado como um papel central na reformulação, que garantiria a efetividade na construção de um sistema nacional de cultura e no fortalecimento das instituições culturais.

Dessa forma, era imprescindível o estabelecimento de mudanças estruturais, principalmente, no planejamento e formulação de políticas, bem como a inserção de recursos humanos com experiência em gestão política para garantir a execução dos propósitos citados. Nesse contexto de constituição de marcos legais na área do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas foram incluídos especialistas do livro e literatura na estrutura do MinC, na formulação e construção de programas que culminariam posteriormente no PNLL.

Elenco na sequência a criação de alguns marcos legais que antecederam o PNLL, que mostram a nova estratégia do MinC para o setor.

A sanção da Lei 10.753 em 30 de outubro de 2003 de autoria do Senador José Sarney e mais conhecida como *Lei do Livro* instituiu a Política Nacional do Livro. É o marco inicial dessa retomada e que desenha o caminho pelo qual o PNLL irá trilhar. Assim, elenco algumas de suas diretrizes gerais:

- Fomentar e apoiar a produção, edição, difusão, distribuição e comercialização do livro;
- Instalar e ampliar no país livrarias, bibliotecas e pontos de vendas de livro;
- Propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nessa Lei;
- Assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura

¹¹ Produzido em parceria com o MinC e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A obra foi publicada no ano de 2007.

O *Programa Fome de Livro* foi criado em 2004, fruto de uma parceria entre a Fundação Biblioteca Nacional (BN) e o MinC, com o intuito de prover bibliotecas para cerca de mil municípios, com menos vinte mil habitantes, dotando-os com um acervo de dois mil títulos. Essa ação buscou atuar mediante cruzamento de dados do IBGE, SNBP e do MinC, onde foi identificado que 89% das cidades de pequeno porte não possuíam uma biblioteca.

No mesmo ano foi criada a Câmara Setorial do Livro e Leitura (CSLL) e por sanção presidencial foi aprovada a desoneração fiscal do livro. Este fato agradou a cadeia produtiva, e por essa medida o preço do livro se tornaria mais competitivo. Por isso, como contrapartida o setor repassaria 1% do seu faturamento para a criação do Fundo Pró-Leitura, porém o Projeto de Lei (PL) 1321/11 que cria este fundo ainda está em tramitação no Congresso Nacional.

Dando sequência, em 2005 foi instituído pelo decreto 5.520 de 24 de agosto o Sistema Federal de Cultura com destaque para a reativação do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) nesse novo formato a composição dos integrantes desse conselho deixa de ser paritária elevando o número de assentos para a sociedade civil dando assim, mais ênfase à participação social com uma abordagem até então não experimentada na área da Cultura com uma clara postura de construção de uma gestão democrática.

O conjunto dessas ações indicam um novo rumo na construção de uma política pública de cultura no que se refere ao setor do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas em que as diferentes cadeias não apenas participam do debate e da construção da política pública, mas principalmente tem a tarefa de criar as estratégias para superar a falta de diálogo entre as elas.

Por fim, o ano de 2005 também foi de celebração para o Ano Ibero-Americano do Livro e Leitura (ILIMITA) onde países do continente latino-americano e Portugal traçaram metas para que os países-membros criassem metas a curto, médio e longo prazo para promover ações em torno da leitura e escrita como mecanismo de inclusão social e desenvolvimento, aqui no Brasil esse ano recebeu a denominação de *Vivaleitura*.

O *Vivaleitura* aproveitou as comemorações do ILIMITA para difundir através de campanhas de tv e rádios, congressos, fóruns, seminários, feiras e rodas de leitura o papel da leitura e sua disposição para implementar uma política nacional do livro e da leitura. Essas ações articuladas com governo, sociedade civil e setor

privado apontam que o país caminhava para lançar seu plano nacional, fruto do acúmulo de proposições e debates.

Assim, é criado em 2006 o PNLL, uma política estruturada em quatro eixos¹², que proporcionou a ampliação de participação dos diversos segmentos envolvidos com o tema, assim instituições mais tradicionais na participação desse debate como bibliotecas públicas, livrarias e editoras estariam atuando com movimentos sociais e instituições, como por exemplo: os saraus, as bibliotecas comunitárias e ONGs na implementação e discussão sobre os rumos acerca da política cultural do setor.

Após o lançamento do PNLL, outros programas foram criados e passaram a dialogar com o setor do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas como, por exemplo o Programa Mais Cultura que criou os pontos de cultura e pontos de leitura – estes com destaque para as bibliotecas comunitárias – receberam apoio financeiro via editais e com um processo mais simplificado onde o solicitante poderia usar o seu CPF, antes era exigido um CNPJ desburocratizando o acesso a participação em editais.

É importante salientar que no nível macro, o MinC implementou dois importantes instrumentos para orientar suas ações: o Sistema Nacional de Cultura (SNC) para gestão e promoção de políticas públicas de cultura com os entes federados e o Plano Nacional de Cultura (PNC), que estabeleceu 53 metas a serem alcançadas até 2020.

Neste plano, o setor do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca foi contemplado em quatro dessas metas, a saber: *Meta 20* - média de 4 livros lidos fora do aprendizado formal por ano, por cada brasileiro; *Meta 29* – 100% das bibliotecas públicas atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência; *Meta 32* – 100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento e por fim *Meta 34* – 50% de bibliotecas públicas modernizadas.

Desde o primeiro mandato do governo Lula podemos perceber o projeto ambicioso para a Cultura isso fica muito evidente no documento *A imaginação a serviço do Brasil*, onde constam as propostas de como seria seu Programa de governo para as políticas públicas de cultura. Os pilares desse documento tratam da

¹² Para relembrar os quatro eixos do PNLL são: 1- Democratização do acesso; 2- Formação à leitura e formação de mediadores; 3- Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico e 4- Desenvolvimento da economia do Livro.

cultura como política de Estado; sobre a transversalidade da cultura; gestão democrática; a importância da economia da cultura para promoção e difusão de bens culturais; o direito à memória e relação da cultura com a comunicação.

A materialização desses pilares reordenou as bases trazendo os atores para a mesma mesa de discussão, fato este que ao longo das duas gestões do Governo Lula fortaleceu e ampliou o raio de ação do MinC, o qual foi acompanhado do mesmo espírito para com a cadeia do livro, leitura, literatura e biblioteca.

Os marcos legais são instrumentos importantes para avaliar a agenda pública e podem também nos revelar as divergências entre o governo – na posição de formulador de políticas – com os outros atores, no que pese a adesão ou não das decisões tomadas e foi justamente seguindo os marcos legais que encontrei um ponto de divergência que expõe os conflitos e é por ele que vou analisar as relações entre os atores.

Recentemente em minhas pesquisas encontrei menção a um movimento que começou a se articular de forma contrária a Lei do Livro e com a dinâmica conduzida pelo MinC na proposição da política que se desenhava. Assim, foi lançado em 2004 o Movimento *Literatura Urgente*, contando com o apoio de quase duzentos escritores apresentaram um manifesto intitulado: *Temos Fome de Leitura*, com proposições que foram encaminhadas para o MinC.

Encontrei uma entrevista na rádio CBN com um dos integrantes desse Movimento, o poeta *Ademir Assunção*, e por intermédio do manifesto e dessa entrevista tentarei destrinchar a imbricada rede de atores e sua relação com a criação dos PMLLLB.

Um grupo de escritores assinaram o *Manifesto Fome de Literatura* em novembro de 2004. Esse documento foi entregue ao Ministro da Cultura, Gilberto Gil, e ao Coordenador do PNLL, Galeno Amorim, com as propostas estruturais de políticas públicas para a literatura. Ao ler o *Manifesto*, o tom elogioso para com as iniciativas em prol do livro e leitura, sobretudo para quem compõe a *cadeia produtiva* e *demais interessados* no início do texto cede lugar para uma crítica em forma de desabafo. Diante do exposto, destaco um fragmento que aponta a gênese das questões levantadas pelos escritores com os fatos relacionados à construção da política do livro e leitura, o qual se principia com uma reflexão poética:

No ABC da Literatura, entusiasmada e brilhante defesa da criação artística, poética e literária, o poeta Ezra Pound afirma: “Uma nação que negligência as percepções de seus artistas entra em declínio. Depois de um certo tempo ela cessa de agir e apenas sobrevive. ” Não é preciso gastar tinta para evidenciar o papel fundamental da criação literária e poética no grande caldo vivo e orgânico que forma a arte e a cultura de um país. (MANIFESTO, 2004)

O ressentimento por parte dos autores é claro ao afirmarem que “*o preço a se pagar por se negligenciar o conhecimento dos artistas é o declínio de uma nação*”, e logo em seguida o poeta Ademir Assunção complementa a crítica “*Quem alimenta toda essa cadeia são os escritores, quer dizer, se não tiver escritor não tem editor, não tem livro, não tem leitor e não tem biblioteca.*

Ao expor a realidade da maioria dos poetas e escritores, que muitas das vezes custeiam suas próprias produções, Ademir Assunção declara existir uma falta de profissionalização do setor, no sentido de que essa cadeia criativa não consegue se dedicar exclusivamente à concepção do que produz. Daí, segundo sua avaliação, é necessário estabelecer condições para que esses profissionais possam desenvolver suas competências criativas mediante fomento.

Ao reconhecer os esforços do MinC no desenvolvimento de políticas públicas para o setor do livro, leitura e bibliotecas fica explicitada a preocupação e desapontamento dos autores com a exclusão da palavra literatura no Plano. No entender dos autores, a *Literatura* jamais esteve incluída nas políticas para o livro, a leitura e as bibliotecas e consideram esse ponto algo que ultrapassa a questão semântica ou de nomenclatura e sim da carência de políticas públicas que fomentem a criação literária.

Essa afirmação é bastante reveladora, pois confirma uma tradição no Brasil de tratar o livro como o grande aglutinador de todas as demandas que os diferentes atores: bibliotecários, editores, escritores, livreiros e as instituições as quais representam advogam para si.

Logo em seguida apresentam uma lista de reivindicações começando com a inclusão do termo LITERATURA em todos os programas, leis, conselhos e câmaras setoriais que estão sendo propostas pelo MinC. É bem simbólico essa reivindicação posto que a Câmara Setorial do Livro, Leitura, Literatura quando foi criada não

incluía a *Literatura* em sua sigla. Após essa crítica foi incluída, por pressão, dessa forma a visibilidade conquistada pelo Manifesto surtiu efeito.

Em seguida, pleitearam um percentual de 30% das verbas destinadas ao ainda embrionário Fundo Pró-Leitura. Esse fundo era oriundo da desoneração fiscal do livro e a cadeia produtiva se comprometia a destinar 1% do seu faturamento para sua formação.

Outra petição do movimento trata da alteração do texto da Lei do Livro, em seu artigo 1º parágrafo que versa sobre a instrumentalização da implantação e do desenvolvimento da indústria editorial e o fomento à criação literária como bases de afirmação da nacionalidade e da cultura brasileira.

Minha percepção é que as cadeias produtiva e criativa pensam que apenas elas são capazes de solucionar o problema da leitura, ou seja, produção e criação mas esquecem a cadeia mediadora, em especial, as Bibliotecas públicas como postulantes – pelo menos deveriam ser na prática – do processo de formulação das políticas da área.

Espanta-me a negligência de se constituir um canal direto de articulação com as bibliotecas públicas, já que estas são o equipamento cultural mais presente em território nacional apesar de suas fragilidades, no desenvolvimento de um ecossistema que fortaleça as três cadeias. Nessa perspectiva, o fortalecimento institucional das bibliotecas, em especial, as públicas, poderia ser uma via mais promissora a longo prazo, que refletiria sobre a produção, circulação e divulgação dos bens produzidos e da criação dos autores e um canal de distribuição mais coerente com as demandas das editoras tornando esse ecossistema um elemento de mudanças substanciais.

Outra reivindicação trata da criação de um programa de compras direta dos livros que teve como inspiração o programa de compra direta de alimentos da agricultura familiar.

Por último, criação de uma Sub-Câmara setorial de fomento à criação literária, apesar de não ser contemplada essa proposta, a presença da cadeia criativa na Câmara Setorial do Livro, Leitura e Literatura foi garantida e estão participando das decisões inclusive com editais específicos para atender suas demandas.

Apesar de não terem todas suas demandas atendidas, é fato que os autores reposicionaram o debate da cadeia criativa nas discussões sobre a política desenvolvida pelo PNLL e isso fica claro na exposição de suas conquistas

apresentadas no relatório que trata da implementação de programas e políticas direcionadas a cadeia criativa, conforme podemos observar na afirmação da consultoria realizada por LABREA para o Diretoria do Livro, Leitura, Literatura (DLLL) sobre o fomento aos autores:

As mais citadas – bolsas de circulação, criação literária e publicação e distribuição de obras literárias nas escolas e bibliotecas e participação em eventos literários – já são ao menos parcialmente contempladas nos editais da FBN, Funarte e MEC (cfe. Labrea:2011c), embora em quantidade insuficiente para suprir a demanda nacional. (LABREA, 2011, p. 126)

O manifesto encaminhou dez propostas que tratam de circulação de escritores; criação dos seguintes programas: programa latinoamérica de literatura; programa entre-mares de literatura (ambos de intercâmbio com América Latina e África); programa primeiro livro; fundo nacional da literatura, livro, leitura e biblioteca remetendo ao Pró-Leitura; bolsa criação literária; sistema público de distribuição; publicações literárias (campanhas publicitárias) e jornada nacional literária.

As reivindicações e proposições não só encontraram eco no governo como algumas dessas propostas foram implementadas o que demonstra força e principalmente interlocução com o coordenador Galeno Amorim que é jornalista e escritor com militância na área da leitura e literatura em especial e acabou cedendo algumas dessas demandas.

A conclusão dos autores signatários do Manifesto Fome de Literatura é que o livro fundamenta essa proposta elaborada pelo MinC. O livro como produto estava sendo o foco da política.

Como podemos observar o quadro apresentado está centrado na discussão da esfera federal e com pouquíssimas exceções esse debate foi aprofundando nos demais níveis da federação. As discussões levantadas pelo Manifesto focaram mais no mérito do financiamento e fomento do que no fortalecimento dos atores. Por exemplo, as dificuldades das bibliotecas ultrapassam a questão do *livro*, porém costumeiramente seu escopo é reduzido a ele e mesmo sobre a questão de desenvolvimento de acervos, boa parte dessas instituições não possuem às condições mínimas para pôr em prática sua política de desenvolvimento de coleções, pois não possuem autonomia financeira para desenvolver seus projetos,

ainda que pese a difícil tarefa da biblioteca na sociedade brasileira cumprir sua real função social.

Já as editoras e livrarias, que são instituições mais ligadas ao mercado, apresentam também dificuldades no seu modelo de crescimento. Uma das principais questões do mercado editorial continua sendo a forte dependência das compras governamentais o que pode ser confirmado na pesquisa encomendada pela Câmara Brasileira do Livro (CBL) sobre a produção e vendas do setor editorial ano base 2016.

O resultado apresentado mostra um crescimento nominal positivo de 13,8% no segmento governo em oposição ao segmento mercado com resultado negativo de 3,3% de livros. Apenas para termos uma visualização do impacto que representaria a inexistência das compras governamentais no ano de 2016 haveria uma redução de cerca de 40,7% das vendas desse ano.

Outro problema para que o setor ligado a economia do livro possa se consolidar é a baixa presença de livrarias no país, como atesta o *Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - Estadic 2014 e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Munic 2014* do IBGE a presença de livrarias ocorre em apenas 27,4% dos municípios brasileiros.

Poucas livrarias, editoras dependentes das compras governamentais no modelo de seus negócios e bibliotecas sem autonomia financeira para desenvolver seus acervos (não necessariamente livros) por incrível que pareça esses atores juntos poderiam remodelar seus modelos de atuação e negócios, porém todos são dependentes do Estado.

Segundo dados apresentados pelo SNBP¹³ (2010) em que aponta a presença de 6.021 bibliotecas públicas no país mostra um possível caminho a ser trilhado. Não sem dificuldades, é claro, para se repensar como de fato esses atores teriam condições de atuar em todo território nacional, respeitando as devidas particularidades dos municípios e estados.

Assim, um primeiro caminho está justamente em se pensar a potência da capilaridade territorial das bibliotecas como fator para que elas sejam a principal articuladora de fomento entre livrarias e editoras, desde que estas bibliotecas sejam

¹³ A mais recente atualização foi feita em abril de 2015 através do Projeto Mais Bibliotecas Públicas e informa que houve aumento no número de Bibliotecas Públicas totalizando 6102 bibliotecas públicas municipais, distritais, estaduais e federais, nos 26 estados e no Distrito Federal.

autônomas e produzam dados sobre a realidade da leitura local e suas demandas para trazer outro olhar que não apenas o mercadológico, puramente de vendas. O ganho real disso a longo prazo será um aumento da biodiversidade e fortalecimento desses três atores: bibliotecas, livrarias e editoras.

Houve, como informei inicialmente, além da publicação do manifesto uma entrevista de um dos seus representantes, o poeta Ademir Assunção, à rádio CBN em que podemos compreender melhor a defesa dos interesses de sua classe com a interlocução feita pelo radialista Adalberto Piotto e a crítica dos rumos da política conduzida pelo MinC.¹⁴

O primeiro ponto que considero relevante é a exposição feita por Ademir Assunção sobre os trabalhos do que ele chamou de “Essa área mais ligada ao livro e leitura” – expondo indiretamente uma desconexão com as áreas (livrarias, editoras e bibliotecas) o que me parece muito estranho – Ele afirma a importância da elaboração do PNLL e do debate envolvendo a sociedade civil, mas o ponto que considera crucial é: Por que o incentivo à criação literária não foi incluído nesse plano? Nesse sentido, expõe o ponto central da reflexão dos autores quando afirma que “a visão de que é o livro que embasa principalmente essa proposta do MinC sendo ele um produto e indaga por qual motivo o processo de criação não estaria incluso nesse debate?

A resposta definitiva não nos parece possível nesse caso, apesar de acreditar que a junção de tantas áreas em uma política macro seja o grande ponto dos problemas apresentados, e que mais evidenciam as limitações de atender todas as demandas, pois representam a junção das áreas da cultura e educação expõe muito mais as disputas do que as confluências de um trabalho integrado.

Por exemplo, quando o radialista Adalberto Piotto indagou sobre a questão do fomento, comparando com as críticas feitas por especialistas do cinema que não veem com bons olhos o financiamento público e indicando que os requerentes de financiamento público deveriam convencer a iniciativa privada da qualidade do seu produto para receber investimentos e conseguir retorno via bilheteria, convencendo assim a rede de distribuidores e exibidores sobre a viabilidade do seu produto, ele indaga se o fomento à Literatura e a Lei do Livro não se equivaleriam das considerações feitas pelos críticos de cinema.

¹⁴ A transcrição da entrevista está reproduzida no anexo A.

Na sua resposta, o poeta Ademir retruca essa crítica dirigida ao setor do cinema, pois a considera uma arte industrial e pontua sua discordância em relação ao mercado uma vez que nós (autores) não consideramos a Literatura como um bem de consumo exclusivamente. Em sua fala alega não ser contra o mercado, mas entende que a arte e a cultura são bens públicos e como tais o Estado tem responsabilidades pelo seu fomento.

Para Ademir há distinção entre livro – produto e a Literatura – criação literária e aponta como exemplo o sucesso da Bienal do Rio, que pode ser apontada como uma vitrine da expansão da indústria editorial do país com cifras consolidadas, mas alerta para não correremos o risco de reduzirmos a arte ao mercado e infere que assim estaríamos reduzindo o escopo de manifestações culturais que não são admirados pelo mercado. Obrigar a arte a ser moeda de troca pautada pelo consumo é complicado, e retorna a reflexão de bem público e que o Estado deve participar e ser responsável. Piotto insiste na comparação com o cinema explorando outra vertente, como o fomento pode ser benéfico para o contribuinte acessar o produto que muitas das vezes não se vê e que recebe o financiamento público e questiona se o financiamento a literatura ou melhor dizendo do produto livro que não está nas livrarias, nas bibliotecas como as pessoas podem ter acesso ao que financiou com seus impostos? Como que há garantia de retorno, uma contrapartida das pessoas terem acesso ao que elas financiaram?

Em sua resposta, Ademir concorda que o uso do dinheiro público precisa ser utilizado com responsabilidade e transparência, mas insiste na particularidade do cinema. Ele aponta que é necessária uma política para difusão e outra para produção. Ademir acredita que no caso da Literatura o documento do PNLL é muito bom, bem estruturado para ficar melhor só precisa acoplar o escoamento e a produção.

Apesar das críticas e comparações com o cinema em relação ao financiamento público, o poeta apresentou uma crítica pertinente a respeito das leis de incentivo relacionando a renúncia fiscal e a gestão da iniciativa privada na escolha dos projetos a serem financiados. E é categórico em sua afirmação ao dizer que se o dinheiro é público deve ser gasto com direcionamento direto do poder público e acredita que esse mecanismo precisa ser aperfeiçoado.

Antes de concluir a entrevista informou que está sendo discutido na Assembleia Legislativa de São Paulo um projeto que cria o Fundo Estadual para as

Artes e Cultura que atenderá todas linguagens artísticas com dotação de 100 milhões de reais anuais. E caso o fundo fosse aprovado pelo governador representaria um importante parâmetro para as políticas públicas de cultura para o país.

A força dos escritores e a crítica direcionada ao MinC nas pessoas do Ministro Gilberto Gil e do Coordenador do PNLL Galeno Amorim produziu o “eco” desejado. Fica evidente aqui como o debate se concentrou no nível federal, salvo algumas poucas exceções e o exemplo citado no final da entrevista sobre a criação de um fundo estadual para as artes e cultura em São Paulo. Tal fundo não foi aprovado e aponta no contexto nacional a baixa adesão a criação de orçamentos para atender essas políticas, evidenciando a forte dependência do aporte federal na execução dos eixos do Plano Nacional; e seus desdobramentos na construção dos planos estaduais e municipais de livro e leitura.

Portanto, a implementação da política do livro, leitura e bibliotecas como personagem principal de uma transformação, ao longo desses onze anos, ainda não se concretizou, principalmente após algumas interrupções na condução do PNLL, isso se evidencia principalmente com o término dos dois mandatos do Governo Lula e a vitória de Dilma Rousseff para ocupar o Palácio do Planalto.

A narrativa entremeada pelo manifesto e pela entrevista correspondem, de certa maneira, a uma das características do que considero primeira fase do PNLL: descentralização das ações governamentais e participação dos atores envolvidos na construção dessa política, criando uma marca importante para o setor do livro e bibliotecas.

No entanto, no governo Dilma inaugura-se a segunda fase com uma significativa mudança na agenda política para o setor onde houve uma ruptura em relação ao PNLL evidenciando assim, uma descontinuidade e enfraquecimento do mesmo na comparação dos governos Lula e Dilma Rousseff.

Com a indicação da Ministra da Cultura Anna de Hollanda para o jornalista e escritor Galeno Amorim ocupar a presidência da FBN inicia essa segunda fase. Galeno Amorim coordenou o processo de criação do PNLL e sua chegada à FBN inaugurou a centralização da política do livro e bibliotecas mediante à incorporação do DLLL.

Com a centralização desses organismos na estrutura da FBN houve um enfraquecimento do PNLL alterando o perfil descentralizado e aglutinador do plano conforme podemos observar na afirmação de Castilho Neto:

A desmontagem da política baseada no PNLL, e da própria estrutura da DLLL no MinC, e, junto com isto, todo o consenso político sobre o que se construiu, não dando seguimento ao processo virtuoso de 2006-2010, foi a marca do início da gestão do Ministério da Cultura e da Fundação Biblioteca Nacional (FBN). A entrada da FBN neste momento, que assumiu toda a responsabilidade pela política pública de livro e leitura em 2011, é a marca de uma guinada desestruturante e indesejável, tanto para a condução da própria missão da Biblioteca Nacional quanto para os objetivos do PNLL. (CASTILHO NETO, 2015, p.133)

A centralização da condução das políticas do setor agora ligadas à FBN aliadas com a perda da autonomia da DLLL – cujo papel aglutinador foi esvaziado – e o afastamento do MEC na parceria interministerial só reforçam o diagnóstico negativo praticado a partir de 2011.

Além do tempo desperdiçado por essa transferência o foco mudou: as antigas bandeiras como a criação do Instituto para atender as demandas do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas e aprovação do Fundo Pró-Leitura no Congresso garantindo mais institucionalidade para o trabalho foi abandonado e essa desconstrução política do PNLL praticamente paralisou suas atividades.

No período de 2011-2013 as vagas para o cargo de secretário executivo, para o conselho diretivo e para coordenação executiva ainda não tinham sido ocupadas. Com todas essas dificuldades muitos municípios e estados que antes contavam com o apoio do PNLL continuaram lutando para aprovarem seus planos mesmo com a desarticulação no âmbito nacional do PNLL como é o caso do Estado e do município do Rio de Janeiro, Duque de Caxias na Baixada Fluminense apenas para citar alguns exemplos, mas com um cenário menos estimulante devido as restrições orçamentárias que o Estado Fluminense vive atualmente.

Com a saída de Anna de Hollanda da pasta do MinC assumiu a senadora Marta Suplicy houve nova alteração com a decisão da ministra pelo retorno da DLLL para a estrutura do MinC em Brasília. Conjuntamente a essa decisão ocorreu a reestruturação interna da FBN e a saída do SNBP e o PROLER que estavam sob

sua responsabilidade. Além delas, a Biblioteca Demonstrativa de Brasília (BDB) também passou a compor o novo organograma da DLLL. Essa diretoria incluiu a letra B de biblioteca passando a se chamar DLLL B.

A retomada do PNLL e a recomposição do DLLL B foram acompanhadas das nomeações de Fabiano Santos para ser o novo diretor da DLLL B e José Castilho para o cargo de Secretário Executivo do PNLL. Apesar dos esforços e das dificuldades geradas pela diminuição do quadro de funcionários com o retorno das atividades da Diretoria para a capital federal o grande desafio foi de repactuar as ações e objetivos do PNLL com as diferentes instâncias governamentais e da sociedade civil, principalmente pelo fato de que essas mudanças aconteceram já no fim do primeiro mandato da gestão de Dilma Rouseff.

2.2 A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO ENTRE AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS

Após a criação do PNLL a relação entre as bibliotecas públicas e comunitárias foi alterada. Considero essa alteração positiva, pois implicou na possibilidade de abertura de interlocução como recurso para o fortalecimento político de ambas.

Essa relação geralmente expressa pela oposição escassez/tática evidencia a ausência do poder público em oposição a organização da sociedade em criar espaços para suprir suas necessidades informacionais expondo a necessidade de enfrentar esse dilema.

A centralização e falta de autonomia das bibliotecas públicas contribuíram para uma percepção limitadora dessa instituição por parte da sociedade, em contraste a essa imagem as comunitárias foram consolidando seu posicionamento político em pautas que são tradicionalmente das bibliotecas públicas, em especial a partir da criação do PNLL.

Desse modo, indicarei como a participação do terceiro setor em associação ao movimento das bibliotecas comunitárias foi o elemento que potencializou essa nova postura em relação as políticas públicas advindas a partir do PNLL.

Essa relação com o terceiro setor investindo na incidência política será mais detalhada apontando também seus limites, bem como a emergência de um elo de atuação conjunta das públicas e comunitárias.

As comunitárias, ao incorporarem o discurso da *Literatura como Direito* associam a relevância da Literatura no processo formativo de cidadania, convergindo assim as bandeiras dos que advogam em defesa das bibliotecas e resgato a influência do crítico literário Antonio Candido, principalmente na analogia da literatura como direito humano.

Acredito que uma das potências proporcionadas pelo PNLL foi o encontro das bibliotecas públicas e comunitárias no percurso de uma construção política para o setor. O diálogo entre elas é de suma importância para que a instituição *Biblioteca* se fortaleça e possa ampliar o reconhecimento do seu valor nos diferentes contextos sociais, culturais, econômicos e políticos em que atuam.

As bibliotecas públicas como retratei no capítulo 1, sofreu com as limitações impostas por um modelo centralizador na condução das políticas da área, cabendo a elas atuarem como um espaço de mera acomodação dos livros. As lacunas

proporcionadas por tal expediente confirmam a necessidade, ainda atual, da biblioteca cumprir sua função social.

A UNESCO (1994) preconizou em seu Manifesto sobre as Bibliotecas Públicas elaborado em parceria com a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) as principais diretrizes para as bibliotecas públicas, onde fica reconhecido o papel fundamental das bibliotecas como “um portal de acesso local ao conhecimento e que deposita confiança neste espaço como uma força viva para a educação, a cultura e a informação”.

Também é estimulado que as autoridades nacionais e locais apoiem ativamente e se comprometam com o desenvolvimento das bibliotecas públicas, apresentando 12 parâmetros das missões que devem ser atendidas por elas e que facilmente podem ser executadas pelas bibliotecas comunitárias, como por exemplo: criar e fortalecer o hábito de leitura nas crianças; estimular a imaginação e criatividade das crianças e dos jovens; apoiar a tradição oral; assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local.

É justamente essa dimensão de valorização do território e da comunidade local que o trabalho desenvolvido pelas bibliotecas comunitárias poderá ser otimizado com uma atuação conjunta com as bibliotecas públicas.

As bibliotecas comunitárias entendem bem as demandas locais visando o desenvolvimento da sua comunidade e o conceito desenvolvido por Machado acerca das comunitárias corrobora com essa ideia de pertencimento:

um projeto social que tem por objetivo estabelecer-se como uma entidade autônoma, sem vínculo direto com instituições governamentais, articuladas com as instâncias públicas e privadas locais, lideradas por um grupo organizado de pessoas, com o objetivo comum de ampliar o acesso da comunidade à informação, à leitura e ao livro, com vistas a sua emancipação social. (MACHADO, 2008, p.64)

A articulação local é outro fator que legitima a atuação das bibliotecas comunitárias nas localidades em que estão presentes e apesar das limitações conseguem transformar esses ambientes em verdadeiros locais de partilha onde a convivência é o agregador das relações pessoais e da promoção de acesso ao conhecimento.

A produção de sentidos construída relacionado à BC gerou um novo ativo para as comunidades, atendidas principalmente por compreenderem a necessidade de lutarem pelo direito à leitura e, por isso reconhecem a importância da biblioteca em suas comunidades. Essa perspectiva pode ser traduzida por uma declaração de Milton Santos (2000) que diz “*a experiência da escassez é a ponte entre o cotidiano vivido e o mundo*”.

O sentido dessa escassez vivenciada na pele por essas comunidades expõe a ambiguidade do papel da Biblioteca, pois ela encontra-se literalmente no limiar entre a necessidade e o entendimento. Assim, a biblioteca ao contribuir na superação das dificuldades interfere na reconfiguração das necessidades vigentes, por outro lado pode promover uma maior conscientização dessa engrenagem de consumo e desejos nem sempre atendidos.

Por outro lado, Certeau (1994) indica que é nas práticas observadas da arte do *fazer* ser possível constatar a superação cotidiana das limitações impostas a determinados grupos produzindo assim, movimentos que combatam a escassez mediante soluções inventivas. Dito isso, uma das táticas observadas em relação as bibliotecas comunitárias para obter novas possibilidades de articulação e sobrevivência está relacionado com o apoio de instituições ligadas a empresas privadas ou do terceiro setor com projetos relacionados à leitura e implantação de bibliotecas comunitárias.

Algumas dessas instituições se tornaram conhecidas nacionalmente e compõem essa descrição, a saber: *Associação Vaga Lume* – atua na *Região Amazônica* com projetos de Leitura; *Instituto EcoFuturo* – braço de uma empresa de celulose que tem um de seus projetos ligados a implantação e qualificação de bibliotecas comunitárias e Instituto C&A (IC&A) – pertencente a empresa varejista de mesmo nome, possui o Programa Prazer em Ler (PPL).

Esta última nos interessa pelo fato de estar intimamente associada à construção de redes de bibliotecas comunitárias visando sua articulação que posteriormente se desdobrou nos debate de políticas públicas de cultura com incidência no setor do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas.

Em fevereiro de 2006, o IC&A lançou o Programa Prazer em Ler veio para somar forças como outros projetos do instituto informação essa que pode ser confirmada em sua página web “*com o propósito de adicionar intencionalidade e*

metas explícitas ao trabalho de promoção da leitura já desenvolvido por alguns projetos de arte-educação e educação pelo trabalho apoiados pelo Instituto C&A”.

O Prazer em Ler tem como seu objetivo *promover a formação de leitores e desenvolver o gosto pela leitura, por meio de ações continuadas e sustentáveis e de articulações com distintos agentes envolvidos com a leitura no Brasil.*

O modelo de organização do PPL é feito através da criação de *Polos de Leitura* constituídos por no mínimo quatro organizações sociais da mesma região e que deverão se articular para formular um projeto coletivo de fomento à leitura. Após a formação do polo uma das instituições assume o papel de proponente com todas as instituições participantes recebem recursos para implementar projetos de leitura.

Há toda uma preocupação deste programa com questões relativas à qualificação dos espaços das bibliotecas, com a mediação de leitura e com desenvolvimento do acervo com a priorização de títulos literários. No Prazer em Ler além dos cursos oferecidos para formação literária dos polos, os integrantes de cada rede também são incentivados a participarem de eventos ligados à promoção da leitura e há também formação para o desenvolvimento de acervos com auxílio de bibliotecários que participam dos polos e o elemento que considero mais significativo do programa é formação em incidência política.

Foi por intermédio dessa incidência política que as comunitárias passaram a se debruçar ativamente nas discussões em torno das políticas públicas com foco no Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas. Esse processo de aprendizado foi facilitado pelo Prazer em Ler por sua atuação ser mais abrangente e por conhecer as instâncias governamentais se configurou como uma ponte na construção das agendas dos PMLLLB exercendo e ampliando seu capital político nas bibliotecas comunitária, junto ao governo e demais parceiros relacionados a cadeia do livro.

O Prazer em Ler reorientou o posicionamento das comunitárias no campo das discussões do PNLL e em especial nos planos municipais. Houve uma crescente politização acerca do papel dessas instituições na disputa discursiva acerca da biblioteca e da sua função social, porém como observa Santos (2000) a percepção dos limites que essa conformação de um apoio de ordem financeira, formativa e discursiva proporciona deve estar atenta ao princípio de autonomia que é característico desses espaços:

Na realidade, uma coisa são as organizações e os movimentos estruturados e outra coisa é o próprio cotidiano como um tecido flexível de relações, adaptável às novas circunstâncias, sempre em movimento. A organização é importante, como o instrumento de agregação e multiplicação de forças afins, mas separadas. Ela também pode constituir o meio de negociação necessário a vencer etapas e encontrar um ovo patamar de resistência e de luta. Mas a obtenção de resultados, por mais compensadores que pareçam, não deve estimular a cristalização do movimento, nem encorajar a repetição de estratégias e táticas. Os movimentos organizados devem imitar o cotidiano das pessoas, cuja flexibilidade e adaptabilidade lhe asseguram um autêntico pragmatismo existencial e constituem a sua riqueza e fonte principal de veracidade. (SANTOS, 2000, p.66)

Outra questão que merece destaque foi a incorporação do discurso e do slogan da *Literatura como Direito* pelas bibliotecas comunitárias como forma de dar mais legitimidade na construção de sua narrativa política.

Nesse sentido, Candido endossa a motivação de enaltecer a literatura como um direito tendo por base a seguinte fundamentação: “Quem acredita nos direitos humanos procura transformar a possibilidade teórica em realidade, empenhando-se em fazer coincidir uma com a outra” ao descrever sua concepção sobre direitos humanos (CANDIDO, 2011, p. 172).

V SEMINÁRIO
do POLO de LEITURA
Sou de MINAS, UAI!

Literatura
como direito
Humano

MESA 01
BIBLIOTECAS
COMUNITÁRIAS:
INICIATIVAS
DA SOCIEDADE
CIVIL EM
PROL DA
DEMOCRATIZAÇÃO
DO ACESSO
AO LIVRO,
LEITURA,
LITERATURA E
BIBLIOTECAS

PARTICIPANTES:

Bruninho Souza
— Biblioteca
Comunitária
Caminhos
da Leitura,
LiteraSampa, SP

Jania Vieira
— Biblioteca
Comunitária
do Cristal,
Porto Alegre

Agripina Vieira
— Biblioteca
Comunitária
Corrente do
Bem, Santa
Luzia

MEDIAÇÃO

Rafael Mussolini
— Polo de
Leitura
Sou de Minas,
Uai!, BH

SESC PALLADIUM
18/02 9:20 às 10:30

oficinas, mediação de leitura, mesas de debate
programação e inscrição: www.soudeminasuai.com

REALIZAÇÃO: APOIO CULTURAL: PATROCÍNIO:

Figura 1 - Literatura como direito humano como tema do V Seminário do Polo de Leitura Sou de Minas Uai!

Talvez influenciados por essa perspectiva, os polos de leitura vêm se debruçando no convencimento dessa assertiva junto aos governantes e em especial à população. Esse trabalho de conscientização por direitos pode ser percebido, em especial no período de redemocratização do país.

É fato que a Biblioteca não constou das reivindicações prioritárias da sociedade brasileira na época da ditadura, mesmo assim a forte influência das organizações que lutaram pelos direitos humanos inaugurou desdobramentos para que outros movimentos sociais reivindicassem a mesma estrutura de pensamento em suas pautas objetivando a construção de uma cultura de direitos.

Por isso, pensar a importância da função da Literatura na formação cidadã como um elemento estruturante na perspectiva discursiva das bibliotecas comunitárias torna a performatividade da luta um instrumento agregador de bandeiras em prol das Bibliotecas, dos agentes envolvidos com a pauta do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas e da própria sociedade como um todo, conforme é apontado por Yúdice (2006):

No Brasil, a mobilização de um grande número de organizações dos direitos humanos “projetou suas demandas para o cenário público e obtiveram importantes vitórias que deixaram suas marcas na Constituição Brasileira de 1998” (Paoli; Telles, 1998: 64), embora a violência também tenha aumentado nos anos 1990, diminuindo, quando não frustrando, os ganhos da cidadania conquistados nos anos otimistas e impetuosos da década precedente. Como em outros países da região a democratização nos anos 1980, imitando o exemplo das ditaduras, foi guiada por movimentos sociais cujas reivindicações foram bem além da demanda por respeito pelos direitos humanos e punição dos violadores. No entanto, o discurso dos direitos humanos penetrou na maioria dos movimentos sociais (Jelin, 1998: 410), inclusive o das mulheres, posseiros, indígenas e minorias raciais, moradores de favelas, os sem-terra, os pobres etc. Os direitos humanos forneceram uma linguagem para a construção de uma cultura de direitos, e para institucionalizar tais direitos (Jelin; Hershberg, 1996: 3). Esse legado de “ter direito a ter direitos” permaneceu firmemente entranhando e calçou o caminho para uma variedade de lutas nos anos seguintes, não somente para os direitos das mulheres, posseiros e grupos raciais, como ainda para combater a violência e defender os direitos trabalhistas. Mas, talvez o ganho mais importante tenha sido a performatividade pública desse direito a ter direitos. (YÚDICE, 2006, p. 111)

Assim, todo o engajamento estético-político das bibliotecas comunitárias em dar visibilidade a importância da literatura acaba refletindo também na valorização da instituição *Biblioteca* e demonstra a importância que esses espaços dão a sua função social. As redes construídas por esses grupos demonstram a urgência de um diálogo entre a classe bibliotecária e esses atores comunitários – os quais apresentam outra dinâmica de ação, e que a cada dia vem se instrumentalizando no campo político.

O desafio atual para os profissionais bibliotecários e de suas respectivas instâncias representativas é a reflexão de como seria possível integrar as pessoas que atuam nessas bibliotecas - tornando essa agenda prioritária para o fortalecimento da área – , pois o atual quadro de profissionais bibliotecários não é capaz de atender todas as demandas que estão em curso por força de lei, como exemplificação podemos citar a Lei 12.244/10 que trata da universalização das

bibliotecas escolares no prazo de dez anos e que não contará com número suficiente de bibliotecas escolares e nem de bibliotecários.

É justamente esse interesse na busca de um comum que é possível o fortalecimento de uma prática benéfica para as Bibliotecas Públicas e Comunitárias, como bem observa Rancière:

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. (Rancière, 2009, p. 15)

2.3 ADOÇÃO DE MODELO DE GOVERNANÇA

Ao longo desse capítulo apresentei o conjunto da intrincada relação dos atores envolvidos na construção do PNLL e seu prolongamento nos PMLLL, logo em seguida destaquei a importância do diálogo das bibliotecas públicas e comunitárias e, agora dando continuidade, à discussão se dedicará a entender a influência dos processos participativos como instrumentos de controle social e em que medida esses princípios podem contribuir para a adoção de um modelo de governança para os PMLLL.

Segundo o SNBP existem no país 26 Sistemas Estaduais de Bibliotecas¹⁵ e 1 no Distrito Federal para apoiar os municípios, ou seja, o Estado dispõe de uma estrutura em rede que poderia - mediante alguns ajustes - contribuir para que os PMLLL tivessem mais legitimidade.

Para isso, é necessário que esses Sistemas (Estaduais e Municipais) expressem a capacidade de diálogo com os diferentes grupos da sociedade civil que lutam pelos mesmos objetivos que orientam suas ações, conforme informado no item 2.2 desta pesquisa, a baixa adesão dos municípios e estados deflagra algo que vai além da conscientização dos gestores públicos sobre a relevância da leitura em suas agendas políticas, pois evidencia ao mesmo tempo que esse tema ainda não está estabelecido no imaginário social como um objeto de política pública.

A ideia de se pensar sobre a adoção de um modelo de governança advém do fato de que apenas a aprovação dos PMLLL por si só não foi capaz de garantir sua efetividade.

Para isso, recorro à literatura sobre movimentos sociais no Brasil especificamente a que trata sobre a participação social para identificar quais eram os principais temas de interesses e como se deu a construção desse movimento no fortalecimento democrático e obter compatibilidades que possam orientar a adoção dos Sistemas Estaduais e Municipais de Bibliotecas como modelo de governança possível para os PMLLL.

Com a aprovação da Constituição Federal (CF) em 1988 novos arranjos participativos foram instituídos garantindo a inserção de outros atores na arena

¹⁵ No país há poucos Sistemas Municipais de Bibliotecas em funcionamento, por isso a articulação dos Sistemas Estaduais em propiciar apoio para os municípios no sentido de criar ou fortalecer essa rede é um mecanismo de garantir a capilarização dessa rede.

política. Este fator contribuiu para uma alteração sensível nos processos deliberativos dos governos, assim paralelamente ao processo eleitoral estes novos espaços foram legitimados para serem mediadores na solução dos problemas sociais.

Nesse sentido, adotarei a narrativa dos movimentos sociais identificando nas trajetórias percorridas o fortalecimento dos canais de participação institucionalizados na relação entre *Estado e Sociedade civil*.

O período que antecede a aprovação da CF de 1988 é marcada por um intenso debate em torno da redemocratização e ampliação da participação, como observado pela autora Tatagiba (2010):

A partir do final da década de 1970, o agravamento dos problemas sociais e a crise do setor público abriram espaço para o questionamento do padrão centralizador, autoritário e excludente que marcara a relação entre as agências estatais e os beneficiários das políticas públicas, assim como para o reconhecimento da incapacidade do Estado de responder às demandas sociais. O tema da participação incorporava as expectativas em relação à democracia a ser construída: uma democracia para todos, a partir da mobilização e do poder das classes populares.

Esperava-se que por meio da participação fosse possível reverter o padrão de planejamento e execução das políticas públicas no Brasil. A mudança desse padrão seria possível porque a participação provocaria uma mudança nas agências estatais, tornando-as mais transparentes e mais responsáveis. Os mecanismos de participação obrigariam o Estado a negociar suas propostas com outros grupos sociais, dificultando a usual “confusão” entre interesse público e os interesses dos grupos que circulam em torno do poder estatal e costumam exercer influência direta sobre ele. Esperava-se, ainda, que a participação tivesse um efeito direto sobre os próprios atores que participavam atuando assim como um fator educacional na promoção da cidadania. Ou seja, o tema da participação incorporava expectativas que apontavam para a democratização do Estado e da sociedade. (TATAGIBA, 2010, p. 28)

Os dois modelos de participação mais representativos aqui no Brasil que atestam essa trajetória e que ganharam maior visibilidade após a redemocratização do país, são: os Conselhos Gestores e o Orçamento Participativo.

Nessa perspectiva, a abordagem dos autores Tatagiba (2010), Frey (2004) e Lüchmann (2006) será utilizada na contextura dessa seção, pelo fato de suas análises tratarem da gênese e, ao mesmo tempo, por captarem as contribuições e limites desses espaços na relação com o Estado e no cumprimento das proposições das políticas públicas.

O traço comum que atravessa a análise dos autores citados é o reconhecimento desses espaços na ampliação da participação social. E, mesmo na evidencia de suas peculiaridades é inegável o papel que ambos vem desempenhando na construção das políticas públicas.

A autora Luciana Tatagiba afirma, por exemplo que os Conselhos Gestores “estão entre as principais inovações institucionais que acompanham e particularizam o processo de redemocratização no Brasil” e elenca três características que devem ser observadas pelos conselhos: a primeira, *trata sobre a questão da composição plural e paritária*; o segundo aspecto *trata da natureza pública dos acordos* e, por último “competência” deliberativa

Cabe aqui um parêntese na contextualização com o objeto desta pesquisa em que podemos especular que a ausência de representantes dos setores ligados à leitura e bibliotecas no processo de redemocratização pode ter contribuído para que no imaginário social a leitura e as bibliotecas não tenham alcançado o reconhecimento conquistado por outras áreas, tais como: saúde, habitação, educação, assistência social na conformação dos conselhos gestores ou do orçamento participativo.

Dando sequência, é perceptível o significativo aumento da participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas, pois estão intervindo no modus operandi do Estado e na feitura dessas políticas evidenciando novas formas de atuação na esfera política, assim Frey constata que:

[...] os governos, carecendo de legitimidade democrática, abrem-se para a sociedade civil, criando novas formas de articulação sociopolítica, como o orçamento participativo, conselhos-gestores ou participação comunitária, visando a conciliar o objetivo da legitimidade democrática com o aumento da eficiência (FREY, 2004, p. 120)

O alargamento da participação democrática visa essencialmente o envolvimento dos diferentes atores sociais nos processos deliberativos, porém para

que possam lograr êxito no alcance de seus objetivos é preciso que haja estabilidade no relacionamento desses atores e mediação dos diversos interesses que geralmente concorrem pela pauta de uma política que una essa diversidade de interesses envolvidos:

De acordo com Börzel (1997), todas as disciplinas que trabalham com as redes de políticas compartilham um entendimento comum no qual elas são vistas “como um conjunto de relações relativamente estáveis, de natureza não-hierárquica e independente, que vincula uma variedade de atores que compartilham interesses comuns em referência a uma política, e que fazem intercâmbio de recursos para perseguir esses interesses compartilhados, admitindo que a cooperação é a melhor maneira de alcançar as metas comuns” (BÖRZEL, apud FLEURY, 2005)

Tatagiba (2010) afirma que “os conselhos são espaços de disputas pelo poder, que por sua vez, estão inseridos em *redes de produção de políticas públicas*, nas quais recursos simbólicos e materiais são disputados por atores os mais diversos” e assinala que sua natureza setorial e fragmentada frente a forte dependência do governo e sua tendência a burocratização – são as grandes fragilidades para que a ação dos conselhos de fato seja evidenciada e aponta:

Embora a qualidade e resultados do processo participativo dependam da vontade política dos governos como uma de suas variáveis relevantes, nenhum governo – independente de sua coloração partidária e inclinação democrática – pode hoje ignorar os conselhos nos processos de implementação da política. (TATAGIBA, p.35)

Minha proposição no sentido de fortalecimento dos Sistemas Estaduais e Municipais de Bibliotecas não exclui a representação deste segmento nos conselhos¹⁶, posto que sua representatividade nesses espaços é importante na confluência de forças e aprendizados com outras linguagens artísticas e culturais.

A configuração desse *Sistema* deve incorporar inclusive as bibliotecas comunitárias, os usuários e instituições que desenvolvem projetos de leitura

¹⁶ O Segmento Bibliotecas geralmente participa dos conselhos de cultura com variações na sua nomeação: Livro e Leitura; Literatura e Pensamento e Memória apenas para citar alguns exemplos.

incluindo-os também no planejamento e nas deliberações das políticas públicas como via de fortalecimento da relação das Bibliotecas com a sociedade civil.

No modelo atual dos Sistemas Estaduais e Municipais a participação social nas deliberações é quase nula o que impede de ser pensada como possibilidade de construção coletiva, tal constatação inviabiliza no quadro atual a implantação de um projeto aos moldes dos modelos de participação aqui apresentados.

Por outro lado, ainda no plano ideal desse Sistema é imperioso pensar a inserção de mecanismos de representação dos diferentes atores, no estabelecimento de metas e ações a serem cumpridas e monitoradas, além disso, para que esse espaço possa ser o principal articulador dessas ações é necessário fortalecê-lo com dotação orçamentária e inclusão da sociedade nas decisões das políticas públicas do setor.

Para nos ajudar a entender melhor essa questão ressalto as reflexões de Lüchmann (2006) sobre as categorias *Participação e Representação*¹⁷ em que são apresentados níveis diferenciados no cruzamento dessas categorias nos modelos apontados de gestão participativa, assim por exemplo, em linhas gerais a Participação está mais alinhada as teorias da *Democracia Participativa* e a Representação a *Democracia Representativa Eleitoral*.

Nesse sentido, a autora afirma que nos conselhos gestores a participação está condicionada ao que ela chama de entidades constituídas – o que de certa forma inviabiliza a participação individual – algo que é bem diferente no orçamento participativo onde a participação é direta, ou seja, qualquer cidadão pode participar das assembléias que é um dos espaços em que ocorre o encontro da sociedade civil (cidadãos, associações, ONGs) com o Estado para discutirem sobre os investimentos públicos.

No que tange a legitimidade de representação dos Conselhos prevalece a competência como qualificador na composição dos conselheiros e no caso dos Orçamentos Participativos se dá pela instituição de mandatos mediante eleição dos delegados.

Assim, o desafio dos Sistemas de Bibliotecas em abrigar grupos diferentes e conjugar interesses de especialistas e cidadãos é um dos indicativos dos desafios postos ao fortalecimento dos *mesmos*, o que não contradiz sua potencialidade,

¹⁷ A autora discorre sob essas duas categorias no desenvolvimento interno dos Conselhos gestores e do Orçamento participativo na configuração de suas atuações

apenas estabelece o cenário propositivo de funcionamento com os diferentes arranjos institucionais que comporão o Sistema.

E, por fim, apresento as ideias em torno do conceito de governança como um elemento concomitante na relação Estado e sociedade civil com vias de aprimoramento das políticas públicas verificando sua aplicabilidade para o setor do livro, leitura e bibliotecas.

A expressão governança surgiu em 1992, a partir das teorias do Banco Mundial, tendo em vista aprofundar o conhecimento das condições que garantem um Estado eficiente (DINIZ, 1995, p. 400 apud, JESUS; SIMEÃO; MARTINS, 2016). No mesmo ano, o Banco Mundial elaborou um documento intitulado Governance and Development que define o termo governança como "o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo".

Da forma como está descrita, essa definição associa quase que exclusivamente a aplicação do termo às autoridades públicas, porém, a governança também:

refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, do poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências. (JESUS; SIMEÃO; MARTINS, 2016, p. 19)

Segundo Frey (2004) "Cada vez mais, a participação é objeto de análise da literatura sobre gestão e administração pública, e sua relevância para o desempenho administrativo entra como variável central na avaliação das experiências participativas".

Nesse sentido, a inserção da governança objetiva mobilizar o conhecimento produzido através dos arranjos entre setor público e privado através de uma gestão compartilhada "Governar torna-se um processo interativo porque nenhum ator detém sozinho o conhecimento e a capacidade de recursos para resolver problemas unilateralmente" (STOKER, 2000, p. 93 apud Frey 2004).

Através desse modelo o Estado acaba atuando cada vez mais como mediador através da regulação dessas parcerias estabelecendo metas e prazos o que simboliza por um lado sua ineficiência em cumprir suas funções e traz para o campo decisório instituições e estruturas de participação mediante esse escopo do modelo de governança.

No entanto, o sociólogo português Boaventura¹⁸ apresenta-se como um forte crítico dessa exposição positivada do modelo de governança ao esclarecer que por detrás dessa fórmula assentada no espectro neoliberal há o desejo que a presença do Estado seja reduzida progressivamente passando assim suas funções para o controle do mercado, em suas palavras:

[...] o conceito de boa governança sintetiza a ideologia do neoliberalismo: uma hostilidade geral à presença do Estado na regulação social nacional e sua substituição por mecanismos não estatais, nomeadamente o mercado; e a preferência pela regulação social nacional e internacional por via de mecanismos não coercitivos, voluntariamente assumidos (códigos de conduta, boas práticas, soft law)

Essa crítica dialoga com o enunciado feito aqui anteriormente sobre o papel do Banco Mundial como um dos principais divulgadores desse conceito no mundo. As organizações financeiras internacionais Banco Mundial, FMI, são as principais precursoras da face mais visível da aplicação da governança nas agendas públicas. Através da implementação da privatização dos serviços públicos básicos é criado o instrumento jurídico para que o mercado substitua o Estado em suas obrigações – transformando este último em mero cliente dos aportes financeiros a ele direcionados, porém com as limitações que infligem sua atuação interferindo diretamente na vida das pessoas descaracterizando o Estado Nacional.

Dessa forma, Boaventura propõe a *boa governação* sintetizada em três ideias: a democracia não pode ser restringida a um único modelo de governança, seja ele liberal ou não, fortalecimento do sistema político de modo a que a democracia representativa seja complementada a todos os níveis de democracia participativa e a terceira ideia é que a democracia como horizonte utópico configura-se como uma tarefa urgente aqui e agora traduzidas na diminuição das desigualdades de poder.

Ou seja, da primeira ideia podemos extrair o respeito as mais variadas formas de se praticar a democracia, permitindo que essas diferentes visões ampliem o sentido da democracia vivenciada em vez de fechar sentidos e impor olhares é uma

¹⁸ Entrevista do sociólogo Boaventura de Sousa Santos. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias-gerais/2016/em-entrevista-sociologo-portugues-boaventura-de-sousa-santos-diz-que-democratizar-vai-alem-do-sistema-politico>

medida de legitimar e avançar na prática democrática. A segunda ideia dialoga com as práticas em curso aqui no Brasil precisa ser intensificada para que nossa prática democrática seja não só ampliada, mas ressignificada através de uma noção de pertencimento da coisa pública. E por último a visão utópica da democracia deve estar alicerçada na eliminação das desigualdades do poder, combatendo três importantes modos de dominação: capitalismo, colonialismo e patriarcado. O combate a essas três frentes de desigualdades conduzirá a democracia a um novo patamar das relações sociais.

Particularmente, acredito que a governança deva ser o espaço em que Estado e Sociedade civil atuem conjuntamente evidenciando, assim o fortalecimento dos interesses públicos, renegando a face neoliberal que vem sendo usada na construção desse modelo atualmente.

Nesse sentido, Rodrigues (2009) dialogando com Tatagiba (2010) e Lüchmann (2006) reforça a importância da constituição de estratégias de participação social – a exemplo dos conselhos gestores e do orçamento participativo – como uma via para fortalecimento da governança. Segundo o autor, governança é “mediação entre governo e população através de instrumentos participativos e de gestão descentralizada” e apresenta caminhos para o fortalecimento dessas ações de governança, a saber:

- Criar bases locais e descentralizadas do poder decisório;
- Garantir discussões dos problemas locais, visando permitir à sociedade identificar e mesmo satisfazer, suas necessidades;
- Potencializar os espaços públicos coletivos para ampliar a urbanidade e a apropriação desses espaços;
- Fomentar e esclarecer a concepção de um desenvolvimento local que se dê a partir do respeito às práticas singulares;
- Constituir e fomentar redes e capilaridades sociais;
- Criar possibilidades para a experiência vivida e para o aumento da confiança nas relações entre pessoas, e entre estas e as instituições;
- Capacitar a sociedade para ser protagonista nos processos de planejamento e tomada de decisão, assim como valorizar os conhecimentos locais;

- Promover a interação entre técnicos e a população, inclusive garantindo o retorno de conhecimentos advindos de pesquisas e operações especializadas.

Assim, a governança democrática pressupõe as realidades locais e dos territórios, articulada com o contexto nacional. Dessa maneira, vamos explorar o caso de Nova Iguaçu para mostrar os avanços e limites da política de descentralização que foi a marca do PNLL.

3 A EXPERIÊNCIA DE NOVA IGUAÇU

A rede *Baixada Literária* localizada em Nova Iguaçu (RJ) vem atuando desde 2010 e possui atualmente seis bibliotecas comunitárias todas na mesma cidade localizadas em bairros periféricos do município. É a única rede de bibliotecas comunitárias que participou da construção de um plano municipal com orçamento aprovado em lei, fato ocorrido em 2014 e ainda não implementado.

Essa rede faz parte do Programa Prazer em Ler do Instituto C&A que atua na capacitação de mediadores de leitura, formação de leitores de literatura, oferecem cursos de formação de acervos e processamento técnico dos mesmos e atuam também na incidência política. Este último ponto conecta o Instituto C&A e as redes de bibliotecas comunitárias com a criação dos planos municipais.

Atualmente há mais de dez cidades construindo seus planos municipais e boa parte deles contaram com o apoio e formação do Programa Prazer em Ler. Este programa foi e continua sendo um grande articulador sobre o tema.

O questionamento agora posto recai sobre o momento posterior a aprovação dos mesmos. Como se dará inserção na governança dos planos e em caso negativo como procederão?

Esse questionamento espero respondê-lo com a apresentação das ações desenvolvidas pela Baixada Literária na cidade de Nova Iguaçu em que este grupo de bibliotecas comunitárias tomou para si a iniciativa de promover debates nesta cidade com o intuito de indicar ao prefeito a importância da criação de um plano municipal do livro, leitura, literatura e bibliotecas.

3.1 NOVA IGUAÇU E SEU TERRITÓRIO

De acordo com Souza (2013) “o processo de constituição da Baixada Fluminense é intrínseco ao processo de formação territorial do município de Nova Iguaçu”. Território aqui entendido a partir das relações de poder que se estabelecem (Haesbaert, 2014).

Apesar de sua formação ter ocorrido às margens do rio Iguassú e ter sido fundada em 1833 com a construção da linha férrea Dom Pedro II houve transferência do núcleo populacional às margens do rio Iguassú para o entorno da ferrovia inaugurada em 1858, o que favoreceu a decadência do transporte fluvial e do seu porto, favorecendo o surgimento de uma nova centralidade que foi acompanhada pelo setor comerciário e agrícola.

A cidade de Nova Iguaçu um ponto de passagem que fazia conexão da coroa

Originalmente ocupada, principalmente, pela etnia tupinambá, a região da Baixada Fluminense foi um lugar de passagem durante os ciclos econômicos do açúcar, do ouro e do café.

Durante o século XVII, os engenhos de açúcar e aguardente possibilitaram o surgimento de vilarejos. No final do século XIX e início do século XX, com o declínio da produção de café, implantou-se a citricultura na região. (SOUZA, 2013, 29)

Em relação ao território, é pertinente atentar como o modo de produção influenciou a construção do espaço público, e no caso da baixada isso acaba ficando muito marcado. O poder público concentrou a maior parte dos investimentos na região do centro da cidade.

Nos últimos anos, com a tentativa de conter a expansão das tentativas de emancipação por parte de algumas regiões, foram delimitadas 9 URGs (Unidades Regionais de Governo) em Nova Iguaçu, que

[...] funcionam como micro unidades regionais que têm por objetivo principal dificultar que os distritos alcancem os requisitos necessários para aprovação de um processo de emancipação. Para que o processo de emancipação ocorresse, seria necessário que as URGs se unissem para encaminhar um projeto em conjunto, sendo uma medida desarticuladora para os movimentos emancipacionistas da Baixada Fluminense, pois obriga essas unidades regionais a construir identidades territoriais conjuntas.

Isso geraria uma disputa e uma série de conflitos que inviabilizam a ação (SIMÕES, 2007 apud Souza, 2013)

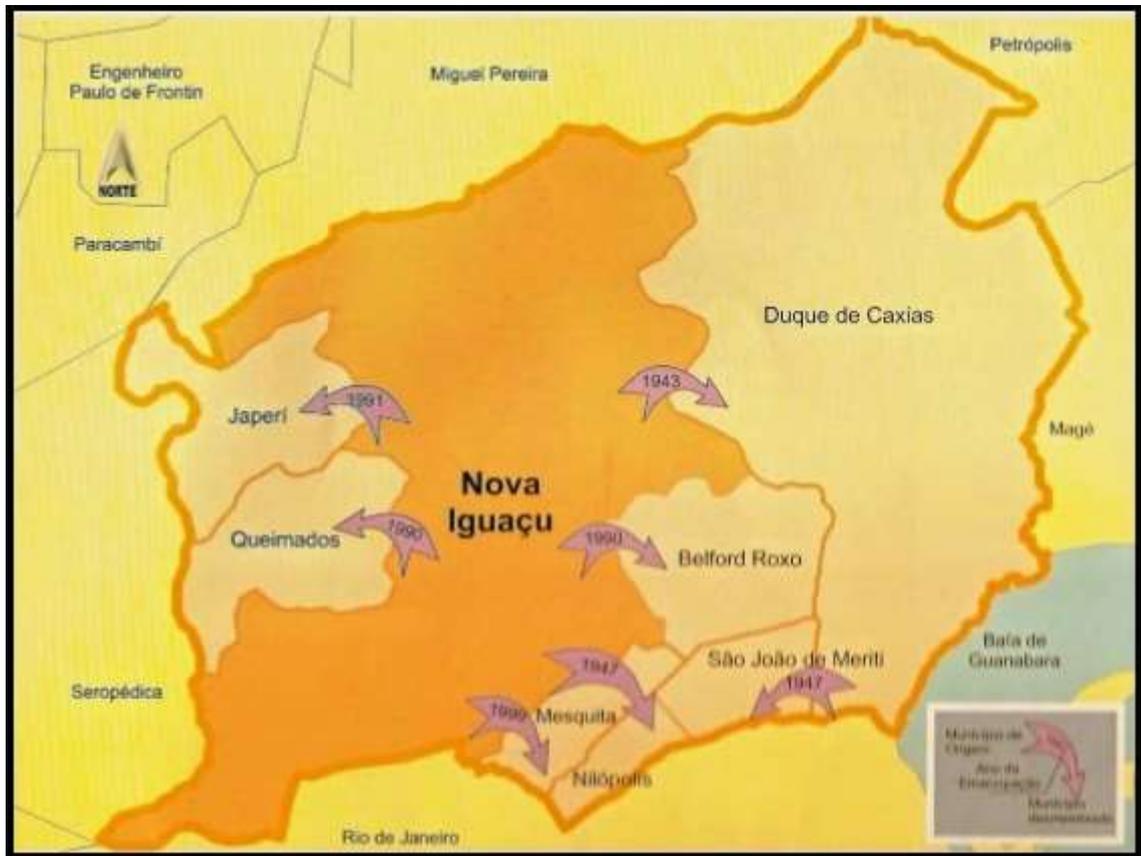


Figura 2 - Municípios emancipados a partir de Nova Iguaçu

Fonte: Atlas Escolar da Cidade de Nova Iguaçu, 2004

3.1.1 Divisão em URGs

As transformações ocorridas na Cidade de Nova Iguaçu ao longo de sua história – sejam elas: no campo social, econômico e político – influenciaram sobremaneira a conformação dos seus limites e fronteiras e apontam como as relações estabelecidas na configuração espacial são importantes instrumentos de reflexão para entendermos a produção de sentido no espaço geográfico.

Haesbaert (2014) em seu livro *Viver no Limite: Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção* defende prudência no uso da categoria 'espaço', apontando que ela carrega em si mesma uma constelação de conceitos a priori distintos. Nos termos do autor:

[...] podemos propor "espaço" como categoria, nosso conceito mais geral, e que se impõe frente aos demais conceitos - região, território, lugar, paisagem... Esses comporiam assim a "constelação" ou "família" (como preferia Milton Santos) geográfica de conceitos. (HAESBAERT, 2014, p. 22).

Com a alteração do território de Nova Iguaçu devido ao processo de emancipações ao longo do século XX a composição da região metropolitana do Rio de Janeiro se conformou da seguinte forma:

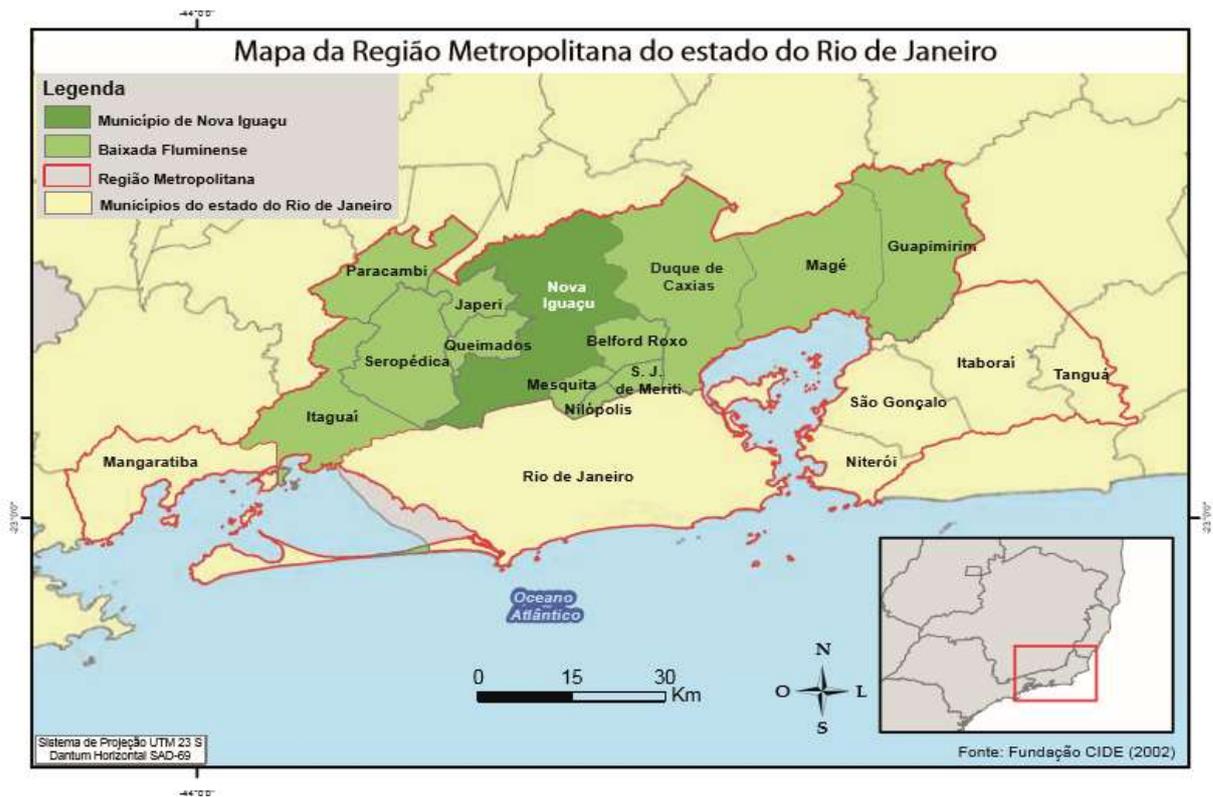


Figura 3 - Mapa da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro

Fonte: Numa-PUC

3.2 BAIXADA LITERÁRIA

O Brasil tem uma Biblioteca Pública para cada 33 mil habitantes¹⁹, revela a matéria veiculada na imprensa, tendo como referência os dados do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, que apresenta a relação entre o número de bibliotecas públicas e a população de cada estado brasileiro.

O estado do Rio de Janeiro foi o que apresentou a pior taxa, apontando que pouco mais de 110 mil habitantes dispõem de uma biblioteca para seu uso. A posição ocupada nesse ranking contradiz com sua relevância no cenário nacional, já que o estado fluminense ocupa a segunda posição em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do país e papel de destaque na economia, na política, na cultura nacional e paradoxalmente apresenta os menores índices de bibliotecas públicas por habitante no Brasil, conforme pode ser observado no infográfico abaixo reproduzido.

A cidade de Nova Iguaçu, que dista apenas 43 km da cidade do Rio de Janeiro, apresenta um quadro ainda mais grave que o constatado no estado fluminense, pois com uma população de 797.435 mil habitantes possui apenas uma biblioteca pública, evidenciando a ausência de políticas públicas para atender as demandas de espaços de leitura.

A Biblioteca Pública Municipal Cial Brito foi criada em 1976 e recebeu esse nome em homenagem ao escritor e jornalista negro iguaçuano Cial Brito, localizada a poucos metros da Estação de trem de Nova Iguaçu no Espaço Cultural Sylvio Monteiro, que fica na área mais central da cidade. Abriga também uma galeria de arte, uma sala para oficinas educativas e um teatro com 100 lugares, configurando-se como um pequeno centro cultural.

Em 2009 ela foi reformada através de uma parceria entre a Prefeitura e o Ministério da Cultura que doou livros, mobiliário e computadores. Atualmente, possui um acervo de cerca de 45 mil livros, uma sala de vídeo, um telecentro com 15 computadores, uma sala de diversidade étnica com o objetivo de atender as demandas de ensino das culturas indígenas e africanas, um espaço para os autores iguaçuanos e uma biblioteca infantil chamada Menino Maluquinho²⁰, com horário de

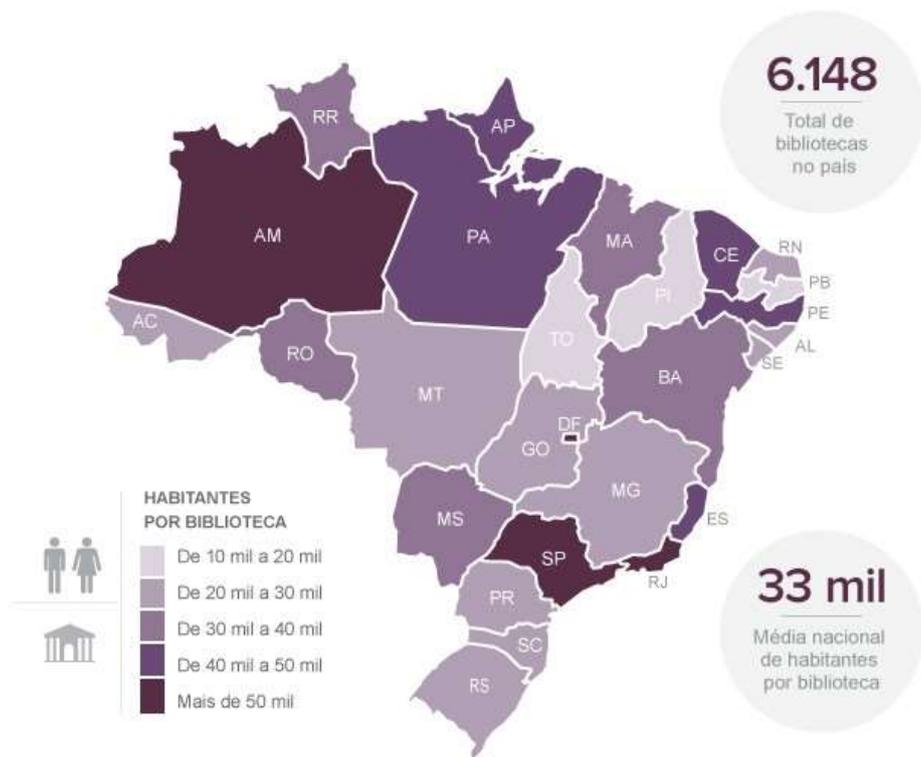
¹⁹ Matéria publicada no portal G1 dia 02/11/2014 pelo jornalista Thiago Reis com base no Censo Nacional de Bibliotecas Públicas do SNBP.

²⁰ Esse espaço denominado biblioteca infantil foi inaugurado em 2005 em homenagem ao Escritor Ziraldo.

funcionamento de segunda à sábado das 9h às 17h, com uma frequência dos usuários estimada em 1000 pessoas por mês.

Bibliotecas públicas

Rio é o estado com a pior taxa de habitantes por biblioteca do país



ESTADO	BIBLIOTECAS	POPULAÇÃO	HABITANTES/ BIBLIOTECA
● AC	38	776.463	20.433
● AL	114	3.300.938	28.956
● AP	18	734.995	40.833
● AM	66	3.807.923	57.696
● BA	441	15.044.127	34.114
● CE	203	8.778.575	43.244
● DF	37	2.789.761	75.399
● ES	79	3.839.363	48.600
● GO	258	6.434.052	24.938
● MA	221	6.794.298	30.743
● MT	143	3.182.114	22.253
● MS	81	2.587.267	31.942
● MG	894	20.593.366	23.035
● PA	193	7.969.655	41.294
● PB	229	3.914.418	17.094
● PR	471	10.997.462	23.349
● PE	194	9.208.551	47.467
● PI	227	3.184.165	14.027
● RJ	148	16.369.178	110.603
● RN	165	3.373.960	20.448
● RS	494	11.164.050	22.599
● RO	53	1.728.214	32.608
● RR	16	4.88.072	30.505
● SC	298	6.634.250	22.263
● SP	847	43.663.672	51.551
● SE	79	2.195.662	27.793
● TO	141	1.478.163	10.483

Fonte: SNBP

Figura 4 - Infográfico com os Dados sobre Bibliotecas Públicas por Estado e sua relação com a população baseado no Levantamento feito pelo SNBP

O fato do município de Nova Iguaçu possuir apenas uma biblioteca pública e esta não ter condições de atender a demanda de toda a sua população levou algumas instituições sociais a criarem espaços para ampliar o acesso público à leitura cumprindo assim, uma função social preconizada pela atuação das bibliotecas públicas.

É o caso, por exemplo, da *Biblioteca Comunitária Paulo Freire* que foi criada em 2001 pela organização não governamental cristã Visão Mundial²¹, nas dependências da instituição Emaús Fraternidade e Solidariedade (EMFRAS), localizada no bairro Rancho Fundo cuja motivação principal era atender alunos e professores da rede de ensino da região que não dispunham de uma biblioteca próxima para realizar as pesquisas escolares dos alunos e também para projetos ligados a cultura, lazer e educação.

Outra instituição que viu a necessidade de criar uma biblioteca foi o Centro Comunitário São Sebastião de Vila de Cava (CECOM), motivada por uma conversa entre os educadores e crianças atendidas por seu projeto educacional com o intuito de incentivar a literatura para o público infantil. Surgiu assim a *Biblioteca Comunitária Mágica* em 2006 no Bairro de Maio.

Na Associação Comitê Ponto Chic a criação de uma biblioteca partiu da iniciativa da professora e bibliotecária Judith Lacaz, motivada pela sua mudança do país doou no ano de 2005 toda sua coleção de livros, ensinando técnicas de organização e catalogação para um grupo de jovens do bairro Ponto Chic. Assim surgiu a *Biblioteca Comunitária Professora Judith Lacaz*.

O Centro Comunitário de Santa Rita criou em 2010 um espaço de leitura denominado *Ler é Pura Diversão*, no Bairro Amaral próximo ao Arco Metropolitano - uma região carente de serviços básicos como por exemplo, saneamento básico, ruas asfaltadas, áreas de lazer. Diante desse cenário, os gestores sentiram a necessidade de criar um ambiente mais agradável para as crianças que fazem parte do seu projeto inserindo a leitura nas suas ações diárias²².

²¹ A ONG Visão Mundial criou a Biblioteca Comunitária Paulo Freire por intermédio do seu Programa de Desenvolvimento de Área – PDA Comunhão através da parceria com quatro organizações sociais de Nova Iguaçu: Centro Comunitário São Sebastião de Vila de Cava (CECOM), Centro Comunitário de Santa Rita (SARITA), Associação de Moradores de Rancho Fundo (AMRF) e Casa do Menor São Miguel Arcanjo.

²² No ano seguinte de sua criação foi convidada a participar do Polo Baixada Literária passando a se chamar Biblioteca Comunitária Thalita Rebouças.

A noção do conceito de centro-periferia nos auxilia a visualizar a disposição dos equipamentos culturais aqui pesquisados – no caso, as bibliotecas - na cidade de Nova Iguaçu, em que pese a concentração de renda e oferta de serviços.

A Biblioteca Municipal Cial Brito está localizada na **URG Centro**, já as bibliotecas comunitárias estão localizadas da seguinte maneira: Judith Lacaz e Olhar Cultural na **URG Posse**; Paulo Freire, Ziraldo e Mágica²³ na URG Vila de Cava e a Biblioteca Thalita Rebouças, por não fazer parte da divisão territorial oficial do município não consta desta classificação. O que se depreende a partir dessa questão é que o crescimento demográfico de Nova Iguaçu não foi acompanhado por um monitoramento do poder público municipal acerca das políticas públicas do ordenamento territorial, apesar de possuir uma legislação específica para tal fim.

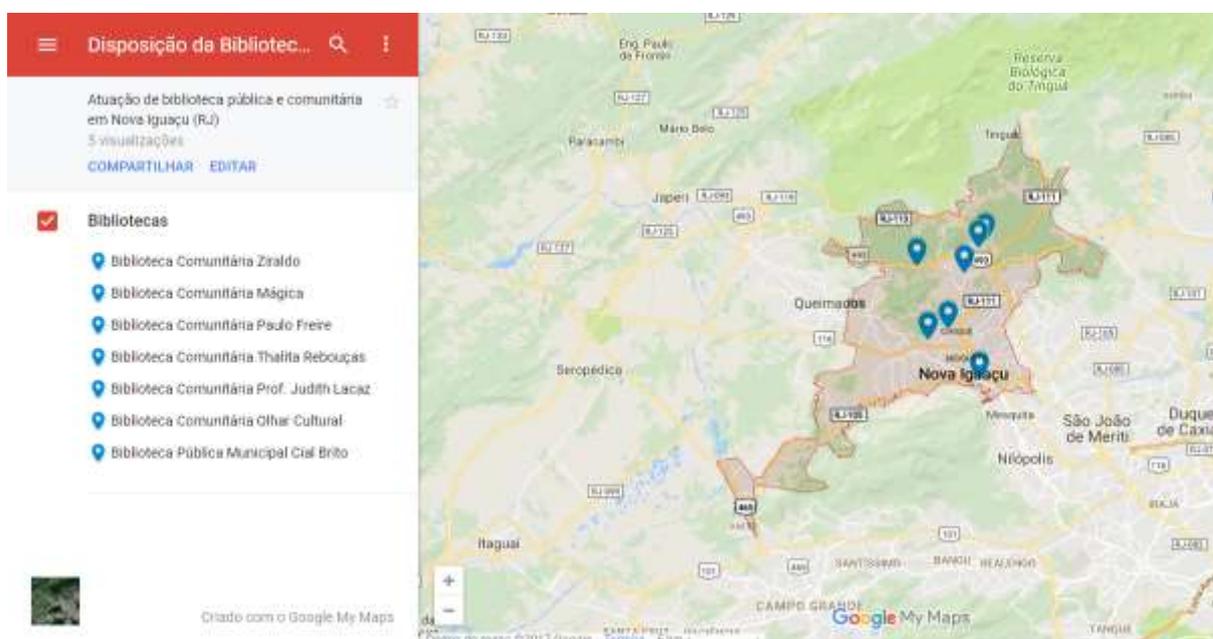


Figura 5 - Mapa com disposição das Bibliotecas comunitária e da Biblioteca Pública

As diferentes trajetórias que incidiram na criação dessas bibliotecas comunitárias apontam a necessidade de ampliação de bibliotecas no município. Prova disso é o reconhecimento e valorização desses espaços pela sociedade iguaçuana, bem como do trabalho desenvolvido por essas instituições. Foi a partir dessas ações isoladas que, a convite do Instituto C&A, surgiu o interesse em construir um processo mais coletivo, que se consolidou com a criação de um polo de leitura que recebeu o nome de *Polo Baixada Literária*. Este grupo de bibliotecas

²³ Os responsáveis pelas bibliotecas Ziraldo e Mágica informaram que produziram ainda um documento com o histórico da formação das bibliotecas comunitárias apesar da coordenação do Baixada Literária já ter solicitado este instrumento como forma de identificar a evolução do trabalho e registro das ações realizadas.

comunitárias atuariam a partir da constituição do polo, avaliando que a partir de um trabalho coletivo teriam mais força e integração nas ações desenvolvidas em torno da leitura no município

3.2.1 História da formação do Polo Baixada Literária

A criação do Polo Baixada Literária ocorreu no ano de 2010, fruto da preocupação de instituições sociais que perceberam a necessidade de garantir o acesso à leitura em suas comunidades, afastadas do centro da cidade.

Atualmente, o Polo Baixada Literária é formado por seis bibliotecas comunitárias conforme apresentado na tabela abaixo:

Polo Baixada Literária	Instituição vinculada	Bairro
Biblioteca Comunitária Paulo Freire	Emaus Fraternidade e Solidariedade (EMFRAS)	Rancho Fundo
Biblioteca Comunitária Mágica	Centro Comunitário São Sebastião de Vila Cava (CECOM)	Bairro de maio
Biblioteca Comunitária Ziraldo	Centro Comunitário São Sebastião de Vila Cava (CECOM)	Nova Brasília
Biblioteca Comunitária Olhar Cultural	Associação de Moradores de Cerâmica 2	Cerâmica
Biblioteca Comunitária Professora Judith Lacaz	Associação Comitê Ponto Chic	Ponto Chic
Biblioteca Comunitária Thalita Rebouças	Centro Comunitário de Santa Rita	Amaral

Tabela 1- Bibliotecas Comunitárias e suas respectivas Instituições que compõem a Rede Baixada Literária

Algumas dessas instituições sociais já eram apoiadas pelo Instituto C&A e essa relação de certa forma contribuiu para que o Instituto contribuísse para a criação de um polo de leitura, com o intuito de integrar as ações e fortalecer o trabalho desenvolvido, em especial na formação de leitores.

O Polo Baixada Literária confirma seu compromisso com a biblioteca comunitária e a leitura através de sua missão e objetivos, a saber:

“Missão: Democratizar a leitura literária a Baixada Fluminense através de ações articuladas entre diferentes atores sociais;

Objetivo principal: Contribuir com a democratização da leitura literária na Baixada Fluminense;

Objetivos específicos:

- 1- Fortalecer as bibliotecas comunitárias que incentivam a leitura literária;
- 2- Articular ações entre diferentes atores sociais da Baixada Fluminense, em prol da leitura literária;

3- Contribuir com a criação de políticas públicas voltadas para o livro e leitura na Baixada Fluminense e no Estado do Rio de Janeiro;

4- Participar ativamente do controle social do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas nas cidades em que atua.”

Desde então, o Polo Baixada Literária vem desenvolvendo ações apoiadas pelo Instituto no sentido de qualificar essas bibliotecas comunitárias para a leitura de literatura e para uma ação mais integrada entre elas.

Na sequência, apresento um quadro indicando o perfil etário do público atendido pelo Polo Baixada Literária com detalhamento referente ao público atendido e faixa etária.

Polo Baixada Literária	Tipo de público	
	Leitores cadastrados	Leitores não cadastrados*
Crianças (0 a 05 anos)	33	54
Crianças (6 a 11 anos)	271	73
Adolescentes (12 a 18 anos)	366	61
Jovens (19 a 25 anos)	114	7
Professores	22	54
Adultos (acima de 25 anos)	137	10

Tabela 2 Lista de usuários por faixa etária atendidos pela Rede Baixada Literária - última atualização em junho de 2017

A democratização da leitura de literatura, expressa tanto na missão, como nos objetivos do Polo, pode ser confirmada pelo quadro abaixo, que apresenta o perfil do acervo das bibliotecas comunitárias. Este acervo possui aproximadamente 15.742 livros divididos em doze gêneros apresentado conforme tabela 3.

Polo Baixada Literária	Número de Títulos		
	Infantil	Juvenil	Adulto
Romance/novela	605	1185	2359
Teatro	340	367	348
Poesia	493	388	546
Contos tradicionais	482	282	292
Contos contemporâneos	1114	448	392
História em quadrinhos	444	358	180
Literatura indígena	202	181	172
Literatura africana e afro-brasileira	212	203	270
Terror/suspense	202	321	308

Literatura fantástica	218	347	290
Crônica	161	192	324
Informativo	336	188	992

Tabela 3 Classificação Literária do Acervo da Rede Baixada Literária

Trabalhando em conjunto, as bibliotecas comunitárias tiveram a oportunidade de começar a se articular de maneira mais orgânica. Ao final dos dez anos de investimentos (2006/2016) do Programa Prazer em Ler, surgiram as bases para atual organização de trabalho, sob forma de redes locais, onde o grupo que era representado até então como Polo de Leitura Baixada Literária, passa a denominar-se Rede Local Baixada Literária. A proposta é que a Rede conduza um projeto coletivo voltado à promoção do direito à leitura em seu território de atuação, visando a incidência em políticas públicas de leitura, o enraizamento comunitário, à formação de leitores e à comunicação sobre a causa do direito à leitura.

Ao finalizar três ciclos do programa e dar início ao último triênio 2016/2018, o Programa Prazer em Ler pavimentou ainda o caminho para a formação de uma Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias – RNBC, que está se consolidando também a partir de 2016, da qual todas as redes locais e suas bibliotecas participam.

3.2.2 História da relação entre o instituto e a leitura

O Programa Prazer em Ler, ligado ao Instituto C&A, foi criado em 2006²⁴ tendo por objetivo promover a formação de leitores desenvolvendo o gosto pela leitura através de ações articuladas com os diferentes agentes envolvidos com a leitura no Brasil.

A metodologia do Programa Prazer em Ler se baseia em quatro eixos principais: Espaço, Mediação, Acervo e Gestão. Cada um desses eixos é pensado para que o leitor se sinta convidado a interagir com a leitura e a partir de então se torne um leitor autônomo. A aplicação dessa metodologia provocou uma alteração na relação dos integrantes das bibliotecas comunitárias com seus usuários, bem como das comunidades do entorno.

O planejamento dos espaços procura tornar a experiência da leitura o mais atrativo possível para os usuários, o que pode ser confirmado através dos seguintes procedimentos: mobiliário adequado para o público infantil através da aquisição de estantes mais baixas e coloridas, organização de ambientes favoráveis para leitura individual ou coletiva essas ações são mecanismos usados para que o espaço e o mobiliário dialoguem com o público dando uma ideia de pertencimento.

O mediador é a pessoa que faz a ponte entre o espaço e o acervo, por isso o IC&A investe na formação desses mediadores de leitura para que os usuários possam desfrutar de um espaço que estimule o contato com a leitura proporcionada por um ambiente acolhedor. A mediação, apesar de ter uma regularidade nos espaços das bibliotecas, não se restringe a esses locais, pois são realizadas também atividades em praças e outros locais públicos com os usuários dessas bibliotecas e os transeuntes, ampliando a visibilidade da ação de mediação das comunitárias.

No eixo acervo, as redes locais de bibliotecas comunitárias recebem formação para compra de livros literários e de modo geral são apoiadas pelo Instituto com verba para aquisição de acervo.

A formação dos acervos das bibliotecas comunitárias geralmente é fruto de doações da comunidade, formada em sua maioria por livros didáticos, obras

²⁴ As informações sobre a criação do Programa Prazer em Ler foram retiradas do site http://institutoce1.dominiotemporario.com/instituto/site/content/atuacao/prazeremler/sobre_o_programa/sobre_o_programa.aspx

desatualizadas ou em péssimas condições de uso, o que acaba desestimulando a interação do leitor com o acervo. Nesse sentido, o foco do programa para desenvolvimento do acervo concentra-se na aquisição de livros de literatura, voltados para os diferentes segmentos do público: infantil, juvenil e adulto. Utilizam como subsídio para a formação desses acervos a publicação da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) e de publicações do próprio IC&A como critério de “qualidade” para aquisição, seleção e formação do acervo.

No eixo acervo é possível identificar onde o Programa Prazer em Ler (PPL) vai imprimir sua marca. Apesar da importância da literatura na composição dos acervos de qualquer biblioteca e apesar das redes possuírem assessoria biblioteconômica, a ausência de uma política de seleção e formação de acervos ampla e não apenas literária, acaba refletindo mais a visão do apoiador do que as necessidades e interesses das comunidades atendidas.

Particularmente acredito que a escolha pelo apoiador na formação de acervos é um aspecto limitador da potencialidade que esses espaços possuem, já que como citado anteriormente, o que motivou a criação de algumas dessas bibliotecas foi a ausência de espaço para apoio ao ensino, reforço escolar e afins.

O último eixo refere-se a Gestão, processo colaborativo com ênfase no diálogo, que proporcione equidade de participação, e a visão integrada de planejamento, monitoramento e avaliação da aprendizagem. As bibliotecas são estimuladas a assumirem responsabilidades no seu próprio desenvolvimento, como forma de se manterem ativas, mesmo depois de encerrado o período de apoio. Ainda no eixo gestão, há a preocupação em assegurar as condições necessárias para que o leitor interaja não apenas com livros de diferentes gêneros, mas também com outros leitores que frequentam o mesmo espaço.

O PPL possui um modelo de avaliação e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelas redes de leitura com a adoção de cinco categorias para embasar os seus indicadores: público participante, espaços de leitura, acervo, práticas de mediação e gestão.

Dos cinco indicadores apontados três remetem a metodologia de trabalho desenvolvida pelo IC&A, conferindo maior peso na avaliação das redes de leitura. Esse ciclo avaliativo contribui para a identificação dos elementos a serem aperfeiçoados e que são passíveis de adequação.

Quem faz todo o acompanhamento da implementação da metodologia, bem como do monitoramento e avaliação das redes de leitura são os assessores. A atuação desses profissionais tem como objetivo fazer com que a leitura literária alcance um público cada vez maior e as bibliotecas comunitárias desenvolvam seu potencial de irradiação cultural.

Após conhecerem as bibliotecas, ajudam os membros a aprimorar seus projetos. Além dos encontros presenciais, essa relação de apoio se dá por meio de reuniões à distância, usando os meios de comunicação disponíveis. De tempos em tempos, os assessores fazem um rodízio entre as redes que acompanham, de forma que todos possam usufruir de diferentes olhares sobre suas ações.

Para dar visibilidade ao que ocorre em cada biblioteca e também ao conjunto delas, foi criado um sistema de monitoramento. Em geral, as coletas de dados acontecem duas vezes ao ano e os resultados são compartilhados com as redes para ajudar no replanejamento das ações.

O acompanhamento dos assessores e o monitoramento são as bases para organizar os encontros periódicos de formação: geralmente um encontro nacional e dois regionais por ano. Trata-se de um momento fundamental de troca de experiências entre as redes, voltado a alavancar as ações de cada projeto, além de criar um sentido de pertencimento à mesma causa – a garantia do direito à leitura e o papel das bibliotecas comunitárias.

Os parâmetros de avaliação não são suficientes para mensurar a qualidade do trabalho desenvolvido, por isso o olhar do assessor na identificação das limitações dos membros e o estabelecimento de confiança para sanar essas dificuldades exigem uma via de mão dupla.

Apesar das cobranças para mensurar o trabalho desenvolvido pelas bibliotecas, mediante apresentação de relatórios, divulgação das ações desenvolvidas em redes sociais, participação de mesas, seminários e demais debates sobre políticas públicas de leitura o efeito produzido superou o estranhamento inicial. A partir dessa articulação de prática e reflexão sobre o fazer muitas dessas pessoas perceberam a importância do seu trabalho para além das bibliotecas, e muitos dos integrantes passaram a ver no ingresso acadêmico uma maneira de aprofundar as questões que afloram a partir da atuação nas bibliotecas, sendo o curso de pedagogia um dos mais procurados pelos mediadores.

O curso de Biblioteconomia não produziu esse mesmo interesse, apesar do suporte destes profissionais nas rotinas das bibliotecas. Porém, uma exceção interessante, que particularmente vejo com muito carinho e bons olhos, vem de Minas Gerais, onde o mediador Rafael Mussolini ingressou no curso de Biblioteconomia da UFMG – como um dos integrantes e articuladores de uma das redes mais atuantes. Creio que futuramente seu exemplo possa convergir para ampliar o interesse de mais mediadores para a área biblioteconômica.

3.3 O CAMINHO DO PMLLLB IGUAÇUANO

Com a formação da Rede Baixada Literária, as bibliotecas começaram a atuar conjuntamente com base nos quatro eixos da metodologia do PPL. A partir desse momento é deixado para trás a atuação individual dessas instituições passando por um processo de consolidação de uma coletividade invertida, posto que não nasceu do desejo das entidades e sim por um fator externo a elas, porém integrado as mesmas. Destaco que o PPL só poderia produzir efeitos satisfatórios se a organização interna da Rede se apropriasse de uma identidade ou processo de significação comum, que nenhum financiamento é capaz de garantir, o que de fato ocorreu.

É, portanto, a partir dessa noção de pertencimento a uma causa coletiva que surge o protagonismo da Rede Baixada Literária. A partir da organização coletiva, a Rede passou a discutir a implantação de políticas para à leitura e bibliotecas em Nova Iguaçu, apresentando o PNLL aos gestores locais e explicando a construção em âmbito federal dessa política. Após o aprofundamento na política macro e sua conexão com as esferas estaduais e municipais do plano, o foco do grupo foi na obtenção de apoio, assim a estratégia acertada das comunitárias foi de atuação em duas frentes: abertura de um canal de diálogo com o poder público e construção de uma rede de parcerias que ampliasse a visibilidade do tema criando um peso político para pressionar com mais ênfase a deliberação do plano.

Por conseguinte, todo esse empenho resultou na criação do Grupo de Trabalho (GT) Iguaçulendo através do Decreto nº 9.139, de 06 de setembro de 2011, que teve por objetivo construir o documento que daria as bases para construção do PMLLLB de Nova Iguaçu, sendo formado pelas seguintes representações: Rede Baixada Literária, Conselho Municipal de Cultura, Movimentos culturais organizados, editores, escritores, Universidades, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Cultura e Câmara de Vereadores.

O GT ficou encarregado de construir o plano, agregando as contribuições dos integrantes deste grupo. Em seguida, foi submetido a sociedade através de plenárias, audiências públicas, reuniões temáticas, conferências municipais e outros eventos. Depois, foi encaminhado para o legislativo dar sequência aprovando a lei que instituiria no município de Nova Iguaçu a primeira lei do livro, leitura, literatura e bibliotecas do estado do Rio de Janeiro.

Coube ao GT Iguaçulendo as seguintes incumbências:

- I. Acompanhar o planejamento e a construção do PMLL em todos os Fóruns e Conferências realizados para elaboração do plano;
- II. Interagir com órgãos Federais, Estaduais e Municipais responsáveis pela elaboração de planos similares de leitura.
- III. Realizar o diagnóstico das ações de leitura, públicas e privadas para o Município;
- IV. Elaborar eixos temáticos de atuação, com inspiração no Plano Nacional do Livro e Leitura;
- V. Realizar a construção democrática da redação oficial do PMLL, e submetê-la à aprovação em Conferência Municipal do Livro e da Leitura;
- VI. Promover a Conferência Municipal do Livro e da Leitura”.

Ao analisar o histórico de ações desenvolvidas pelo GT Iguaçulendo percebo como este instrumento produziu significados contraditórios no decorrer do processo participativo da sociedade civil, pois se por um lado propiciou a inclusão dos atores sociais na construção de uma política para a leitura e bibliotecas, sob outra perspectiva produziu laços de dependência, criando limites na execução e monitoramento do plano posteriormente à sua aprovação.

Na maioria das trajetórias dos planos municipais aprovados ou em fase de construção uma característica marcante nesse processo é a morosidade do poder público na implementação dessa política que, aliada aos mecanismos burocráticos impostos ao GT, impactam sobremaneira a ação da sociedade civil, refletindo diretamente no engajamento dos envolvidos. O poder público, portanto, muitas vezes, acaba por se tornar um agente desmobilizador em certos momentos, o que reforça a dispersão do grupo.

Para além da experiência do caso de Nova Iguaçu esse quadro se repete em outras realidades de implementação dos planos como, por exemplo: Duque de Caxias, Rio de Janeiro e, por isso a persistência das bibliotecas comunitárias em não deixar que o acúmulo desses aprendizados seja perdido mantém a discussão na pauta política. A atuação das bibliotecas comunitárias na implementação dos planos municipais é um importante indicador do papel que esses atores representam.

Assim, as conferências, audiências públicas, ações externas como a parada do livro remontam elementos que iremos explorar para entendermos o percurso da implementação do PMLLLB e a relação dos agentes envolvidos. No caso das comunitárias escolher um único protagonista na construção do PMLLLB me parece redutor, pois percebemos na organização interna a existência de lideranças com protagonismos diferenciados. A característica de diversos protagonismos, fato decorrente da abertura de novas frentes de atuação da Rede Baixada Literária em paralelo a atuação do GT Iguaçulendo, partiu da opção de ocupar outras instâncias que dialogassem com as demandas da comunidade e compartilhassem de suas experiências.

Para representar a Rede Baixada Literária irei reportar as pessoas que ocuparam a Coordenação da Baixada Literária para identificar o trabalho desenvolvido por esse grupo – Carla Alves coordenou a Rede Baixada Literária (2010-2015); seguida de Vanessa Vieira (2015- 2016) e atualmente Natália Reis (2017-2018).

Em relação ao poder público e suas respectivas representações das Secretarias de Educação e Cultura, cumpriram mais um papel protocolar do que protagonista. Percebemos, porém, na atuação do vereador Carlos Ferreira mais conhecido como Ferreirinha uma postura mais proativa e como presidente da comissão de educação e cultura da Câmara Municipal à época foi um importante aliado e defensor não apenas das bibliotecas comunitárias, mas da aprovação do plano.

Apenas para inserirmos melhor esses atores nas ações apresento alguns fatos importantes para contextualizar o que expus até aqui, partindo do momento pós-criação do GT e da proximidade do fim de ano, ficou definido para aquele ano a realização de um simpósio e uma conferência. É muito simbólico que a realização dessas duas primeiras ações do GT Iguaçulendo tenham ocorrido no Espaço Cultural Sylvio Monteiro, justamente onde está instalada a única biblioteca pública de Nova Iguaçu. Essa abertura ratificou o percurso de conscientização e mobilização da sociedade por intermédio do GT Iguaçulendo na luta em garantir o direito por mais espaços públicos de leitura no município.



Figura 6 - Folder do I Simpósio do Plano do Livro e Leitura de Nova Iguaçu Ano 2011.



Figura 7 - Folder da I Conferência do PMLLB de Nova Iguaçu

O ano de 2012, porém, foi um ano ainda tímido em termos de mobilização e com as ações concentradas no meio do ano. Uma das explicações para este fato é que apesar da organização do GT Iguaçulendo ser composta por atores da sociedade civil e poder público, a dedicação ficou quase que exclusivamente a cargo da Rede Baixada Literária.

Paralelo a isso, as comunitárias tinham que manter sua rotina de trabalho nas suas instituições, o que limitava a intensidade de sua participação nas ações no GT Iguaçulendo. Mesmo com essas limitações impostas foi a rede que manteve a pauta do plano viva nas discussões em 2012.



Figura 8 - Vanessa Vieira falando sobre a importância da leitura no Café Literário, Nova Iguaçu, RJ

Apesar da importância dos espaços oficiais de discussão, uma opção do grupo foi a criação de uma Parada do Livro, estratégia adotada pela Rede Baixada Literária como mecanismo de conscientização da sociedade e ao mesmo tempo de pressão junto ao poder público. O uso da rua é uma forma de visibilizar o trabalho da Rede, contando com a participação dos usuários das bibliotecas, sendo ao mesmo tempo um momento de interação, de se fazer a incidência política corpo a corpo afirmando a importância do livro, leitura e biblioteca e uma ação política que fortalecesse a imagem da Rede.



Figura 9 - I Parada do Livro no Calçadão de Nova Iguaçu

Com a pressão recaindo constantemente para a Rede Baixada Literária, as ações do GT evidenciaram um desequilíbrio da atuação dos atores envolvidos, o que reforçou o protagonismo da rede no interior do GT. Dessa forma, a alternativa encontrada foi a convocação de uma audiência pública expondo as ações realizadas até aquele momento e cobrando do poder executivo e legislativo uma atuação mais contundente, reafirmando a necessidade de reequilibrar as forças em prol da finalização da elaboração do plano com a presença do Secretário de Cultura, Wagner d'Almeida e do vereador Ferreirinha, presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara e que presidiu a mesa dessa audiência. Com essa iniciativa, houve um reequilíbrio de forças para que as ações pudessem ser retomadas.



Figura 10 - Audiência Pública na Câmara de Vereadores, 2013.

O efeito produzido por essa audiência resultou na retomada das atividades do GT. Foram realizados encontros entre os meses de agosto e setembro de 2013 nas dependências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) reunindo sociedade civil e governo para discutir a elaboração do texto-base ancorados nos eixos do PNLL.

- 1 – Democratização do acesso
- 2 – Fomento à leitura e à formação de mediadores
- 3 – Valorização da leitura e políticas públicas
- 4 – Desenvolvimento da economia do livro



Figura 11 - Grupo discutindo os eixos do plano



Figura 12 - Grupo discutindo os eixos do plano

De posse das contribuições dos participantes que compareceram nos encontros realizados na UFRRJ foi marcado para outubro de 2013 a Conferência Municipal do PMLLB. A audiência pública foi um divisor de águas em termos de celeridade do processo em torno do GT Iguaçulendo, o que nos permite afirmar que este ano foi o mais intenso desde a criação do GT, conseqüentemente há uma transição no interior do próprio GT, quando o poder público passa a se comprometer mais com as diretrizes das quais ele também é corresponsável.

De posse do material produzido na UFRRJ e apoiados nos eixos do PNLL foi apresentado uma síntese para aprovação do plano pela sociedade civil para na seqüência ser encaminhado como projeto de lei para votação na Câmara Municipal.

A participação do prefeito Nelson Bornier, do secretário de cultura Wagner D'Almeida, do presidente da Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu (FENIG) Marcos Ribeiro e do vereador Ferreirinha nesta conferência apontam uma alteração da postura dos representantes do executivo e legislativo municipal. A confirmação desse dado é apontada pela garantia do então prefeito Nelson Bornier que se comprometeu em encaminhar o projeto de lei para à câmara de vereadores tão logo o texto fosse aprovado e entregue ao secretário de cultura Wagner D'Almeida.



Figura 13 - Conferencia Pública

Após a conferência o sentimento dos integrantes da Rede Baixada Literária e demais integrantes do GT apontava que finalmente o trabalho desenvolvido caminhava para uma conclusão. Não tardou para que se desenhasse os últimos ajustes para apresentação do documento e sua aprovação.

E em dezembro corrente foi apresentado o texto produzido pelo GT Iguaçulendo no auditório do Espaço Cultural Sylvio Monteiro para leitura e aprovação perante os presentes sendo entregue ao secretário de cultura Wagner D'Almeida o texto final para que fosse então encaminhado para o legislativo concluindo todo ciclo trilhado para a criação da lei do PMLLLB e contou com a participação também do vereador Ferreirinha.



Figura 14 - Entrega do documento final para elaboração do PMLLLB ao secretário de Cultura Wagner D'Almeida

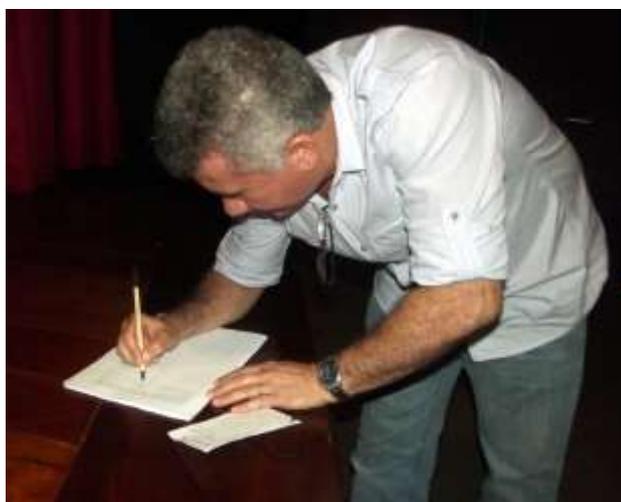


Figura 15 - Vereador Ferreirinha participa da aprovação do documento final do PMLLLB

O clima de dever cumprido expresso em dezembro de 2013 foi substituído por decepção, após seis meses da entrega do documento final ao secretário de cultura Wagner D'almeida que entregou o texto final para a câmara municipal. Houve nesse período um 'esquecimento' por parte do legislativo em dar prosseguimento na aprovação da referida lei e do executivo em cobrar informações sobre o estágio do tema na câmara.

Foi alegado que o documento necessitava de ‘correções’ sendo devolvido à secretaria de cultura e só então encaminhado para a procuradoria do município analisar aspectos jurídicos. Desse episódio que relata um deslize - que aparentemente recaiu sobre a sociedade civil - revela como o poder público usou de seus expedientes para contornar a pressão sofrida atrasando ao máximo a conclusão desse plano.

Porém, a Rede Baixada Literária rearticulou o GT Iguaçulendo e em agosto de 2014 enviou um ofício para a câmara de vereadores cobrando explicações acerca da paralisação do processo de análise para aprovação do projeto de lei que institui o PMLLLB. Paralelamente a isso, a Rede Baixada Literária organizou mais uma Parada do Livro – em sua 3ª edição – no calçadão de Nova Iguaçu com o intuito de pressionar e denunciar o descaso na aprovação da lei que institui o PMLLLB, informando a sociedade iguaçuana o histórico dessa construção e as dificuldades enfrentadas para que a lei fosse aprovada pelos vereadores

A cada movimento de estagnação pelo poder público uma mobilização como resposta foi gerada por parte da Rede Baixada Literária. Esse tensionamento exigiu adaptação da rede através de estratégias diferenciadas para enfrentar as dificuldades que eram postas pelo poder público. Entendo, porém, que há nessas resistências um acúmulo de significados que reforçam a qualidade do trabalho desse grupo, que enfrentou todos os percalços apresentados sem abandonar o objetivo principal que norteou sua participação no GT Iguaçulendo: a aprovação do plano.

Apresento um quadro com as principais ações desenvolvidas pelo GT Iguaçulendo, com um resumo da ação e o período em que ocorreu.

Período	Ação	Síntese da Ação
Setembro/2011	Publicação do Decreto Nº. 9.139 , de 06 de setembro de 2011, de criação e constituição do GT Iguaçulendo	Marco importante para elaboração do texto-base para o PMLLLB com a participação da sociedade civil e governo.
Outubro/2011	I Simpósio do Livro e Leitura de Nova Iguaçu	Primeiro evento realizado após a aprovação do GT Iguaçulendo com o intuito de apresentar à sociedade civil com o intuito de traçar as metas de atuação do GT
		e apresentar os eixos do PNLL como base para o PMLLLB de

Dezembro/2011	I Conferência do PMLL	Nova Iguaçu.
Junho/2012	Café Literário	Evento realizado para integrar o empresariado local acerca das questões pertinentes ao eixo 4: Desenvolvimento da Economia do Livro.
Agosto/2012	Parada do Livro	Evento para mobilizar a sociedade iguaçuana e chamar atenção do poder público sobre a relevância da aprovação do PMLLLB para o município.
Fevereiro/2013	Seminário Por uma Baixada Leitora	Após um período de interrupções de suas atividades o GT Iguaçuendo retoma seus trabalhos e amplia a base de colaboradores.
Junho/2013	Audiência Pública na Câmara Municipal	O GT Iguaçuendo mobilizou a sociedade iguaçuana a participar da audiência pública apresentando o resultado de suas ações pressionando o executivo e o legislativo municipal para contribuir na finalização do plano. A sessão foi presidida pelo então Presidente da Comissão de Educação e Cultura – vereador Ferreirinha/PT e contou com a presença do Secretário Municipal de Cultura Wagner d'Almeida.
Agosto/Setembro /2013	Reuniões temáticas do GT Iguaçuendo para discutir os 4 eixos do plano	Colher as contribuições dos participantes à luz dos eixos do PNLL para serem incorporadas no texto do PMLLLB
Outubro/2013	Conferência Municipal do PMLLLB	O GT Iguaçuendo promoveu essa conferência como um instrumento para pressionar o prefeito Nelson Bornier/PMDB (2013-2016) a encaminhar o projeto de lei do PMLLLB para ser para aprovado na Câmara de vereadores. Das representações institucionais participaram da conferência: Wagner d'Almeida - Secretário Municipal de Cultura; Marcos Ribeiro - Presidente da FENIG; Malena

		Xavier - Bibliotecária representando o SNBP; Lucia Helena Lopes - UFRRJ; Lirian Tabosa, Moduan Mattos, Ivone Landim - Representando o segmento dos escritores iguaçuano.
Novembro/2013	II Parada do Livro	Evento para mobilizar a sociedade iguaçuana e chamar atenção do poder público sobre a relevância da aprovação do PMLLLB para o município.
Dezembro/2013	Plenária de aprovação do texto do PMLLLB realizado no Teatro Sylvio Monteiro	A pressão da Conferência realizada em outubro/2013 contribuiu para a aprovação do texto elaborado pelo GT Iguaçulendo. Foi realizada a leitura do texto e aprovado cabendo ao executivo encaminhar o projeto de lei para aprovação na Câmara Municipal.
Julho/2014	O GT Iguaçulendo retoma a pressão para aprovação do PMLLLB.	Com o encerramento do GT e a entrega do texto final do plano os seus integrantes acreditaram que o trâmite no legislativo seguiria normal e não contavam com um processo bem moroso. Por esse motivo após seis meses da finalização dos trabalhos o GT foi reativado para cobrar a aprovação do PMLLLB.
Agosto/2014	O Presidente da Câmara Municipal foi notificado via Ofício produzido pelo GT Iguaçulendo para saber do encaminhamento para aprovação do PMLLLB.	Foi a primeira ação realizada pelo GT Iguaçulendo para cobrar o cumprimento do que foi estabelecido na criação do GT Iguaçulendo. Passados oito meses do envio do projeto de lei pelo prefeito à Câmara.
Outubro/2014	III Parada do Livro	Organizado pela Rede Baixada Literária essa ação foi realizada no Calçadão de Nova Iguaçu e contou com o apoio dos usuários das bibliotecas comunitárias sendo um instrumento de pressão para aprovação do PMLLLB e

		divulgação para a sociedade iguaçuana do estágio de estagnação em que o plano se encontrava na Câmara Municipal.
Novembro/2014	Aprovação do PMLLLB	Descobriu-se que o projeto de lei que tinha sido encaminhado pelo prefeito “tinha sumido” e por isso a votação não tinha sido realizada. O relator e Presidente da Comissão de Educação e Cultura o vereador Ferreirinha/PT fez a leitura do projeto de lei enfatizando a importância da Rede Baixada Literária para garantir a aprovação do PMLLLB, sendo aprovada por unanimidade pelos vereadores presentes na sessão do dia 19 de novembro de 2014.
Dezembro/2014	Livração	Ação comemorativa pela aprovação do PMLLLB realizada em frente à sede da Prefeitura de Nova Iguaçu.

Após muitas idas e vindas finalmente foi marcada a sessão para votação do PMLLL. Esse processo foi construído com ampla discussão, mas também com interrupções ao longo da trajetória de construção e contou com a atuação dos representantes das bibliotecas comunitárias com destaque, agentes culturais, escritores e representantes da cadeia do livro.

Ao longo dessa jornada o GT Iguaçulendo contou com o apoio e a presença do vereador Ferreirinha nas discussões, na busca por soluções de questões burocráticas e mesmo como um importante colaborador para a aprovação do plano.

Na sessão do dia 18 de novembro de 2014 – momento mais que aguardado para a aprovação do PMLLLB na câmara de vereadores de Nova Iguaçu – estive presente para prestigiar o trabalho dos integrantes da Rede Baixada Literária nesse momento tão importante. Nas galerias da câmara os integrantes da Rede Baixada Literária aguardavam ansiosos o momento da leitura do relator, o vereador Ferreirinha que enfatizou o protagonismo das bibliotecas comunitárias nesse processo de construção, afirmando a relevância desta lei para o município e frisou

que este é o primeiro plano municipal de livro, leitura e bibliotecas aprovado no estado do Rio de Janeiro. Após as suas considerações iniciais, outros legisladores foram à tribuna endossar a importância do plano, enfatizando a dedicação do vereador Ferreirinha à frente da comissão de Educação e Cultura, que não só participou da construção do plano como foi um importante apoiador das bibliotecas comunitárias.

Carla Alves, coordenadora da Baixada Literária à época, discursou sobre a incidência política desenvolvida pelas bibliotecas comunitárias durante os três anos do GT Iguaçu e agradeceu a todos que participaram dessa construção.

Com a finalização das falas foi o momento para votação. Dos 29 vereadores do município estavam presentes 24, tendo sido aprovado por unanimidade. Quando o presidente da câmara anunciou o resultado da votação, os integrantes da Rede Baixada Literária comemoraram o anúncio e registraram esse momento, acreditando que naquele instante abria-se uma possibilidade de institucionalizar a leitura como uma política pública na cidade de Nova Iguaçu.

ALCEMIR GOMES	PR	GIANE JURA	PTN	CÂMARA
ANDERSON SANTOS	PROS	GILSON CUNHA	PMN	18:15:00
ARTHUR LEGAL	PT	HENRIQUE NEVES	PC do B	
CARLÃO CHAMBARRELLI	PSDB	JORGE DE AUSTIN	PSDB	
CARLINHOS PRESIDENTE	SDO	JUNINHO DO PNEU	PR	
DEKAS	PTN	LUISINHO	PC do B	
DENILSON AMBROSIO	PROS	MARCELINHO AMIGO DAS CRIANÇAS	PTN	
DRº CACAU	PSD	MARCELO NOZINHO	PSD	Ter
EDUARDO DO DOCE	PMDB	MARCOS ROCHA	PROS	
FABINHO MARINGÁ	FR	MAROTTE JÁ É	PHS	
FABIO RODILÂNDIA	DEM	MARQUINHOS DA TIA MEGUE	PMDB	
FERNANDINHO MOQUETÁ	PPS	MAURICIO MORAIS	PMDB	
FERREIRINHA	PT	NEIZINHO IRMÃO	PHS	
FLAVINHO	PSDC	RENATO DO MERCADO	DEM	
GERCIANO	PMDB			

Figura 16 - Painel de votação com nome dos vereadores presentes na sessão que aprovou por unanimidade o PMLLB



Figura 17 - Equipe do Baixada Literária e usuários das bibliotecas comunitárias



Figura 18 - Vereador Ferreirinha comemora com a Rede Baixada Literária a aprovação do PMLLLB

De fato, com a aprovação do PMLLLB de Nova Iguaçu foi inaugurado algo até então inédito na história dos planos municipais do livro, leitura, literatura e bibliotecas – aprovação de um plano com dotação orçamentária garantida na lei.

Considero este aspecto importantíssimo, mesmo com os desdobramentos que veremos na sequência há um ganho real ainda não mensurado, que remete a garantia legal de um cumprimento orçamentário. Após a aprovação, o projeto seguiu para ser sancionado pelo prefeito e assim houve a institucionalização dessa política por meios legais. No entanto, a aprovação da lei do PMLLLB, mesmo com a garantia de orçamento e estabelecimento de metas a curto, médio e longo não foi suficiente para que se cumprisse o que rege a lei, após 3 anos de sua aprovação pouco se avançou.

Dos motivos apresentados, os principais empecilhos remetem ao fato do orçamento do município já ter votado seu Plano Plurianual, o que a princípio dificultaria a inserção do PMLLLB nas rubricas da secretaria de cultura e da Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu (FENIG) – órgãos responsáveis por repassar ao menos 2% dos seus orçamentos para a execução do plano. A indefinição do papel do Setorial do Livro e Leitura no Conselho Municipal de Cultura, como o espaço para o controle social do Plano é outro ponto que não avançou.

Após nove meses da aprovação do plano, integrantes da Rede Baixada Literária se reuniram com o vereador Ferreirinha – relator do PMLLLB – e entregaram um ofício informando que desde a sanção do prefeito praticamente nada tinha sido feito em prol do PMLLLB e solicitaram apoio do vereador para reverter esse cenário. Com as informações repassadas pelos integrantes da Baixada Literária o vereador Ferreirinha garantiu que levaria essa questão ao Plenário da Câmara sugerindo que fosse convocado o secretário de cultura Wagner D’Almeida para fornecer mais informações sobre o tema.

Desde então, a peregrinação em busca de respostas e soluções se arrastam. Em conversa com a equipe da Baixada Literária apontei como alternativa, baseado na lei do PMLLLB, a possibilidade de garantir a institucionalização do Sistema Municipal de Bibliotecas como um mecanismo capaz de cumprir ao menos no curto prazo esse espaço de monitoramento do plano, pois sem a clareza de quem vai gerir o plano fica inviável avaliar uma política pública. Apesar da lei definir a secretaria de cultura e a FENIG como responsáveis pela execução do plano, creio que o sistema de bibliotecas poderá ser esse executor melhor qualificado para tal fim.

Desde 2016, a Rede Baixada Literária está adotando como frentes para combater a não implementação do Plano dois dispositivos principais: garantir a

inserção do PMLLLB no Plano Municipal de Cultura e a aprovação do orçamento específica para a política no próximo PPA 2018-2021.

Mediante esse cenário de indefinição podemos elencar que os *principais ganhos* até agora apontam justamente para o fortalecimento da rede e do reconhecimento da sociedade iguaçuana do papel que a Rede Baixada Literária apresenta na defesa do direito à leitura e bibliotecas no município e como *principais entraves* a falta de recursos, baixa prioridade dada ao assunto pelos gestores públicos, personalismo como falta de representatividade coletiva, falta de formação para a execução da política dos agentes envolvidos na formulação.

Nova Iguaçu desponta num cenário de pouca institucionalidade dos planos municipais o que a diferencia da maioria das experiências em âmbito nacional. Suponho que essa característica só pode ser compreendida se tivermos claro que o movimento das bibliotecas comunitárias se organizou e começou a fazer política através de um processo de politização que culminou na construção de uma política para leitura e bibliotecas em Nova Iguaçu – apesar das dificuldades atuais enfrentadas. Mesmo não tendo avançado em sua execução ele é um marco que veio para indicar um caminho de construção dessa política que priorize a presença de bibliotecas públicas no município. Esse plano é um instrumento de pressão política capaz de fortalecer a mobilização dos agentes envolvidos em sua construção e a Rede Baixada Literária continua lutando pela sua efetivação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descontinuidade foi uma marca das políticas culturais no Brasil. Se, por um lado, identificamos um novo patamar nas relações entre o governo federal e a cultura, transformando a atuação do Ministério da Cultura – a partir de sua reestruturação, bem como do Conselho Nacional de Cultura. São marcas do período a realização das conferências nacionais, estaduais e municipais de cultura, a elaboração do Plano Nacional de Cultura e a implementação do Sistema Nacional de Cultura, entre outras ações que visam superar a descontinuidade das políticas culturais, transformando-as em políticas de Estado (RUBIM, 2010; 2011 apud BARBALHO, 2016).

Também identificamos certa continuidade por conta do mesmo partido, o PT, ter assumido a presidência da República por 4 vezes seguidas - duas gestões de Lula e duas gestões de Dilma, a segunda finalizada antes do tempo regulamentar por conta do Impeachment -, o que permitiu a institucionalização de diversas políticas culturais, com a aprovação de projetos de Lei relacionados ao campo cultural, como o Plano Nacional do Livro e da Leitura. Por outro lado, cada gestão ministerial concentrou esforços e direcionou sua política de uma determinada maneira.

A conjuntura política de cada município também é um elemento central na aprovação e execução dos planos municipais, desde o Prefeito, os membros da Câmara de Vereadores, até a organização da sociedade civil. Um exemplo disso é o município de Porto Alegre, que por ter um histórico de forte participação popular nas políticas, principalmente a partir do Orçamento Participativo, foi a primeira cidade no Brasil a aprovar o seu Plano Municipal.

O modelo de financiamento via editais, tendo como instrumento de avaliação da proposta o projeto, também aponta para uma certa descontinuidade, pois o financiamento se concentra em um determinado período, a partir de objetivos concretos e em geral produtos específicos; e é incapaz de dar conta dos processos e dos múltiplos agentes envolvidos no tema. A tendência é que organizações mais institucionalizadas acabem acessando a maior parte dos recursos, impossibilitando que agentes menos preparados para a burocracia que envolve a participação e a contratação via editais ganhem essas concorrências.

Muitas vezes também identificamos um descompasso entre as esferas de governo federal, estadual e municipal, seja por conta dos grupos políticos dominantes, disponibilidade de recursos e variedade de interesses.

Portanto, se a descontinuidade foi rompida ao ser aprovado um decreto referente à política do livro e da leitura, o impeachment da presidenta Dilma, em 2016, interferiu diretamente nas políticas públicas de cultura, instaurando uma crise tanto na implementação do Plano Nacional, quanto no andamento dos planos municipais e estaduais, que estavam muito dependentes da dinâmica política e dos recursos que vinham desde o Plano Nacional, direcionados para a descentralização da política. Crise pode ser definida por ‘uma mudança qualitativa em sentido positivo ou em sentido negativo, a uma virada de improviso, algumas vezes até violenta e não prevista no módulo normal segundo o qual se desenvolvem as interações dentro do sistema em exame (PASQUINO, 2000, p.305 apud BARBALHO, 2016)

Por outro lado, a política cultural não pode ser reduzida à política de governo, deixando em segundo plano as disputas político-culturais anteriores a tais políticas (BARBALHO, 2016). O final dessa disputa pela implementação dos Planos Municipais está em aberto e vai depender da capacidade dos agentes envolvidos no processo em construir uma política cultural que valorize a leitura como forma de emancipação, politização da sociedade e construção de uma democracia cultural que aponte não apenas para diferentes formas de acesso à criação e produção cultural, mas garantam a fruição e a participação no planejamento dessas políticas.

O êxito das bibliotecas comunitárias não pode e nem deve ser medido apenas pela aprovação dos planos, seus méritos extrapolam essa conquista. Seu valor está relacionado ao trabalho desenvolvido nos territórios e seu reconhecimento é dado pela comunidade em torno da biblioteca. Sua participação nos debates públicos renovaram o espírito político em prol da democratização da leitura.

É preciso fortalecer a função social das bibliotecas públicas como instituições que se autodenominam democráticas – o exemplo das comunitárias nesse sentido é exemplar – através da efetivação das três principais razões do fazer bibliotecário: em primeiro lugar, promoção da leitura como prática social e cultural; em segundo lugar garantia de acesso a todo tipo de informação a diferentes suportes e formatos; e em terceiro lugar sendo o espaço privilegiado de divulgação e promoção das manifestações artísticas e culturais. Estas três motivações do fazer bibliotecário podem transformar a vida dos habitantes, qualificando estes para uma cidadania

realmente plena através do exercício e controle do poder político. (BETANCUR, 2007)

O PNLL como marco orientou a construção dessa nova imagem e reflexão sobre a biblioteca e trouxe consigo a necessidade de que os agentes públicos, comunitários e privados atuassem conjuntamente para que esta instituição pudesse ser fortalecida. Como vimos, a participação social continua sendo um elemento agregador na efetivação de qualquer política e, uma política do livro e bibliotecas precisa ter essa participação como base para institucionalizar sua ação.

Acredito que o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas em franco diálogo com os sistemas estaduais e municipais através de uma atuação em rede trará não apenas a capilaridade dessas bibliotecas, mas o fortalecimento político de ação das mesmas aliado ao reconhecimento das comunitárias como coirmãs – posto que as comunitárias além de serem reconhecidas em seus territórios como espaços que lutam pelo direito à informação podem ser parceiras nessa aproximação da biblioteca pública com a comunidade.

A interseção biblioteca pública – comunidade – bibliotecas comunitárias potencializa a transformação do fazer bibliotecário dando voz aos usuários através de sua participação no dia a dia da biblioteca. Há, com certeza muitos desafios e possibilidades desse cruzamento avançar e espero que elas possam ocorrer por interesse próprio sem imposição, através da abertura de um canal de diálogo que reflita sobre a realidade social em que cada biblioteca, agente e usuário está inserido.

É necessário que a Biblioteca Pública se posicione frente a sua realidade atual permitindo a abertura de canais participativos e deliberativos ampliados garantindo assim a possibilidade de construção de um projeto político-social mais democrático como percebido na trajetória das comunitárias.

Assim a construção do reconhecimento do valor da biblioteca através de sua função pública, seja ela pública – financiada pelo Estado – ou comunitária – criada pelo desejo da população por um espaço de conhecimento passa pelo seu reconhecimento político e sendo assim, há muitas lutas, reflexões e trabalho a ser feito.

Finalizo com uma frase do bibliotecário americano Elliot Shelkrot que sintetiza esse desafio e desejo de ver a biblioteca verdadeiramente atuando democraticamente “A democracia sustenta-se no fato de a população estar bem

informada. E onde as pessoas podem conseguir a informação que precisam? Nas bibliotecas.

REFERÊNCIAS

BETANCUR BENTANCUR, Adriana María. **Bibliotecas públicas, información y desarrollo local**. Medellín, Colômbia: Comfenalco Antioquia, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de: Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP: Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BARBALHO, Alexandre. O MinC e a gestão Ana de Hollanda: mobilização e crise na política e no campo da cultura. In: Seminário Internacional de Políticas Culturais, 7, 2016, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

_____. **Política cultural e desentendimento**. Fortaleza, IBDCult, 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, v. 76, n. 295, p. 25586, 27 dez. 1937. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 abr. 2016.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro Azul, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. (A era da informação, sociedade e cultura: v.1). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRILLÓN, Silvia. O direito de ler e de escrever. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

CERLALC/OEI. **Agenda de políticas públicas**. Bogotá: 2004

_____. **Una región de lectores**: análisis comparado de planes nacionales de lectura em Iberoamérica. Bogotá: 2005.

_____. **Una región de lectores que cresce**: análisis comparado de planes nacionales de lectura em iberoamérica 2013. Bogotá: 2014.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE (2002). **A imaginação a serviço do Brasil: programa de políticas públicas de cultura**.

FARIAS, Fabíola Ribeiro. A valorização simbólica da leitura no Plano Nacional do Livro e Leitura: uma análise, **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n.2, p.78-97, mai/ago. 2017.

FERREIRO, Emilia. Por uma agenda de políticas públicas de lectura. In: **Agenda de políticas públicas**. Bogotá: 2004

FREY, Klaus. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa? **Política & Sociedade**, v. 5, p. 117-136, 2004.

GARCIA CANCLINI, Néstor. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

_____. **Culturas Híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2013.

GÁRZON LOPES, Álvaro. **CERLALC: una história de libros e integración**. Bogotá: CERLALC, 2011

GRAZIANO, Luigi. O Lobby e o Interesse público. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 12, n. 35, p., Out. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 Jul. 2017.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em temas de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

IBGE (Brasil). Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros: cultura: 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 103 p.

Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95013.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2017.

JARAMILLO, Orlanda. Políticas públicas para el desarrollo e fortalecimiento de las bibliotecas públicas. In: **Revista Interamericana de Bibliotecologia**. Medellín (Colombia), vol. 29. n. 1 enero-junio de 2006. p. 31-62

JESUS, Marcelo Souza de; SIMEÃO, Elmira Luzia Melo Soares; MARTINS, Wagner de Jesus. Rede sociotécnica na governança de políticas públicas: o contexto da comunicação extensiva. **Revista ACB**, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 17-26, mar. 2016. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1053>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

LABREA, Valéria Viana. **Cartografia da cadeia criativa do livro**: subsídios para uma política pública. Brasília: MinC/UNESCO, 2011.

_____. **Produto 3 - Relatório contendo a sistematização das informações estratégicas para a implementação de programas e políticas públicas para a área de livro e leitura e o desenvolvimento da cadeia criativa do livro**. Brasília: MinC/UNESCO, 2011c.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, p. 87-97, abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 jun. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000100007>.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. 184f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2008.

MANIFESTO do Movimento Literatura Urgente, 2004. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3005200508.htm>> Acesso em 25 mai. 2017.

MANIFESTO DA IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas, 1994. Disponível em <<https://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>> Acesso em 15 mai 2016.

MARQUES NETO, José Castilho. Políticas Públicas de Leitura – O PNLL. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador: Edufba, 2015. p. 128-144. (Coleção Cult).

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, jan./abr. 2001, p. 71-81

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MUELLER, S. P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 13, n. 1, p. 7-54, 1984. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/2698>>. Acesso em: 21 Mai. 2017.

MUSSO, Pierre. A filosofia da rede. In: **Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação**. Parente, André. (Org.). Porto Alegre: Sulina, 2004.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A Biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de bibliotecas públicas, 1937-1989. 1994, 221f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1994.

ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PASQUINO, Gianfranco. Crise. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (org.). **Dicionário de Política**. Vol I. Brasília: UNB, 2000.

PETERS, Gabriel. Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo (SP), v. 28, n. 83, p.47-71, Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n83/04.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: EXO experimental ; ED. 34, 2009.

RODRIGUES, Luiz Augusto F. Gestão cultural e seus eixos temáticos. In: FRADE, Cásia. (Org.) et al. **Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. (Coleção Cult).

SANTOS, MILTON. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Maria Lúcia Carvalho. (Coord.). Movimentos sociais e redes: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer-Warren. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo (SP), n. 109, p. 112-125, Mar. 2012, Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000100007.

Acesso em 12 nov. 2016.

SNBP. **Dados das bibliotecas públicas**. Disponível em: < <http://snbp.culturadigital.br/informacao/dados-das-bibliotecas-publicas/>> Acesso em: 15 mar. 2016.

SOUZA, Victor Tinoco de. **Sociabilidade e Território de um Assentamento Rural Próximo a Área Urbana**: Os laços entre o assentamento Marapicu e o Bairro Aliança, RJ. Dissertação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013. 147f.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos e a construção da democracia no Brasil: um rápido balanço de duas décadas de participação conselheira. In: RUBIM, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri. (Org.). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: Edufba, 2010.

WACQUANT, Loïc. Mapear o campo artístico. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, n. 48, p. 115-121, maio 2005. Disponível em http://scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292005000200008&pt&nrm=iso. Acesso em 10 maio 2017.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2006

ANEXO A

Entrevista do poeta Ademir Assunção à Rádio CBN concedida ao jornalista Adalberto no dia 30/05/2005

Adalberto – Desde novembro de 2004 um grupo de quase 200 escritores vem lutando pela criação de políticas públicas mais eficientes para a literatura, com foco em literatura.

Foi criado o Movimento Literatura Urgente que redigiu o manifesto chamado Temos Fome de Literatura e o manifesto inclui aí ou é composto de propostas de programas de incentivo e de mudanças na Lei do Livro.

O documento foi entregue ao Ministro da Cultura Gilberto Gil e ao coordenador do Programa (Plano) Nacional do Livro e da Leitura Galeno Amorim.

O próximo passo será nessa segunda-feira, na verdade já foi no último dia 16 quando houve uma reunião para discussão dos rumos que o movimento tomará e elaboração de novas propostas e revisão das já encaminhadas.

A gente conversa agora com Ademir Assunção poeta, escritor e integrante do Movimento Literatura Urgente. Ademir boa tarde

Ademir – Boa tarde como vai Adalberto?

Adalberto – Tudo bem. Como é que foi? Qual foi o resultado depois dessa última reunião?

Ademir – Deixa eu só fazer uma retificação houve uma reunião há quinze dias atrás e de fato vai acontecer outra hoje à noite

Adalberto – Ah é hoje então tem mais uma agora.

Ademir – Tem uma que a gente tá...

Adalberto – Hoje dia 30 de maio

Ademir – Dia 30 de maio. Porque surgiram algumas novas propostas então a gente está rediscutindo, rediscutindo não discutindo essas novas propostas que a gente vai também está apresentando ao ministério, mas na essência o documento que a gente entregou no final do ano do ano passado é o documento mais importante porque ele tem propostas estruturais de políticas públicas para a literatura.

Adalberto – Agora o que que isso quer dizer? Digamos de forma prática o que que isso pode representar, quais seriam essas propostas?

Ademir – Olha deixa eu explicar do início.

Durante todo ano passado o Ministério da Cultura e essa área mais ligada ao livro e leitura elaboraram um Plano Nacional do Livro e Leitura isso foi com consulta a sociedade, aos editores e aos bibliotecários e nessa parte do fomento, do incentivo à leitura e ao livro o documento é muito bom a gente não tem nenhuma retificação a fazer.

O que a gente, os escritores, entraram com esse documento reivindicando que também houvesse para que acontecesse uma política ampla e completa nessa área do livro e da leitura que ela também abrangesse o incentivo à criação artística, a criação literária.

Porque quem alimenta toda essa cadeia são os escritores, quer dizer, se não tiver escritor não tem editor, não tem livro, não tem leitor e não tem biblioteca e os escritores estavam as propostas para esse setor do fomento à criação literária eram muito tímidas.

Então foi aí que entraram os escritores com uma visão de que o livro que é o que embasa principalmente essa proposta elaborada pelo ministério ele é o produto e o processo de criação, ele estava sendo citado de maneira muito tímida, então era como se para dar um exemplo concreto é como se fizesse uma política para a agricultura e se incentivasse o transporte, a armazenagem de alimentos, mas não se fomentasse a produção agrícola, principalmente o pequeno produtor dá para entender?

Adalberto – Uhum. Hoje nesse país sempre se tem a preocupação do quanto custa fazer fomento a isso ou aquilo permita-me só fazer uma comparação: o pessoal do cinema reivindica financiamento público de alguma maneira para poder fazer filmes e eles são criticados pelos críticos de cinema do país dizendo: que nada, que eles têm que na verdade ir pro mercado convencer alguém a investir no filme e buscar o retorno na bilheteria convencer produtores e exibidores, seja lá o que for.

Em algum momento o fomento à literatura e a Lei do Livro se equipara a esse pedido que fazem aos cineastas brasileiros?

Ademir – Em termos de recurso não, porque o cinema todo mundo sabe é uma arte cara, uma arte realmente industrial.

Agora com relação ao mercado aí é um ponto importante que a gente tem uma discordância em relação a isso a gente (os autores) não considera a arte e a literatura dentro da arte como um bem de consumo exclusivamente.

A gente entende como bem público, não existe povo, não existe civilização sem cultura. Quando você estrangula a produção cultural, a expressão artística de um país você está a um passo da barbárie, não existe na história da humanidade nenhum povo que não tenha uma expressão cultural seja ela: pelo teatro, pela poesia, pelas manifestações populares ou pela música.

Então a gente entende o mecanismo ao contrário. Não somos contra o mercado evidentemente, mas a gente entende que a arte e a cultura sendo um bem público de interesse público como a educação, a saúde e o transporte, ela (literatura) deve ter o poder público deve ter a responsabilidade no fomento a isso. Então a distinção entre o livro e a literatura, entre o produto e a criação literária, você vê hoje a indústria editorial no Brasil ela tá em expansão. A última Bienal do Rio que teve um investimento em torno de 18 milhões de reais e um retorno de 40 milhões de reais, mas se reduzirmos a arte ao mercado está empobrecendo, pois há muitas manifestações artísticas e culturais que não cabe dentro do mercado. Você colocar pra arte a obrigação de se colocar como moeda de troca pautada pelo consumo é uma coisa muito complicada como se a gente caminhasse toda educação do país para as escolas privadas – privatizar a saúde a gente entende que haja cultura e é um bem público e ela deve a participação e responsabilidade do poder público.

Adalberto – Levando-se em conta essa preocupação que você tem se não tiver retorno financeiro não é por isso que deixa de ter incentivo até porque as pessoas precisam conhecer, mas por exemplo: quando a gente fala de filme me permita essa comparação – Essa é a crítica de boa parte dos críticos de cinema fazem é o seguinte: o cineasta vai lá produz um filme da cabeça dele, com a ideia dele até aí faz parte do jogo, da liberdade de expressão, de criação é a arte dele tá fazendo arte, só que o cidadão, o cidadão contribuinte que bancou aquilo através de impostos pelo governo tem dificuldade de acesso daquela obra porque ele não consegue ver, sendo que já foi paga com o dinheiro de financiamento público.

Quando você fala dessa arte, de que maneira as pessoas, embora não sejam coisas que vão estar nas livrarias todo dia, nas bibliotecas todos os dias, as pessoas possam ter acesso e ah vão lá e compram e levam e ainda não está se fazendo relação de produto, apenas meramente produto, como é que há uma garantia, um retorno, uma contrapartida das pessoas terem acesso aos que elas financiaram por exemplo? Que é no mínimo justo do ponto de vista do cidadão.

Ademir – Sim, claro! O dinheiro público tem que ser utilizado com a máxima responsabilidade e transparência é só comentando esse caso do cinema que é uma coisa específica do cinema, ela tem umas características diferentes das outras áreas, mas eu entendo assim: não basta ter uma política de produção cinematográfica se você não tem uma política de difusão.

No caso da literatura está se congregando essas duas coisas. Por exemplo: eu não tenho nada contra várias religiões, mas por exemplo: o que aconteceu com o Brasil que muitos cinemas país a fora foram fechados e se tornaram templos evangélicos dificultando acesso das pessoas, pessoas de bairro era comum antes de você ter cinema nas cidades do interior, nos bairros das grandes cidades esses cinemas estão sendo fechados quer dizer aí não adianta você ter feito o raciocínio contrário daquele que fiz da agricultura, não adiantaria você ter o incentivo aí eu faço o raciocínio inverso daquele que eu fiz em relação a agricultura.

Não adiantaria você ter uma política de incentivo à produção agrícola se não tiver meios de escoamento dessa produção de alimentos chegar à mesa das pessoas inclusive no país e sendo exportada, ou seja, tem que ser uma coisa conjunta.

No nosso caso, da literatura a gente como falei no início como esta parte do PNLL o documento está muito bem estruturado pelo MinC a gente quer acoplar a outra parte quer dizer não existe escoamento sem produção, então para ser uma política completa ela tem que pegar todo esse [inaudível].

Eu concordo em parte como as críticas que são feitas, não se pode usar o dinheiro público para financiar produções que não chegam. Por outro lado, para completar o raciocínio também nas leis de incentivo e acho importante se falar muitas vezes transfere para a iniciativa privada a decisão sobre o que [quais] projetos vão ser incentivados e isso é feito com dinheiro público, quer dizer, há uma distorção nisso.

Se o dinheiro é público, no meu entendimento ele deveria ser gasto ser aplicado com um direcionamento direto do poder público se forma uma comissão, o mais transparente possível, que analise os projetos, que lancem os editais públicos e direcione as políticas para esse setor porque a gerência de uma multinacional por exemplo, o diretor de marketing decidir em que projeto ele vai financiar usando dinheiro público eu acho que isso é um pouco complicado.

Se a empresa quer usar dinheiro dela, dinheiro privado, qualquer um tem direito de fazer o que bem entender. Se a Coca-Cola quer patrocinar um festival de música eletrônica aí o dinheiro é deles e eles fazem o que quiserem. Agora se o dinheiro é público via renúncia fiscal eu acho que esse mecanismo precisa ser aperfeiçoado. Eu não sou contra as leis de incentivo, eu acho que esses mecanismos precisam ser aperfeiçoados e é nesse sentido parece que está se encaminhado a proposta da agência de cinema (ANCINE)

Adalberto – De qualquer forma a reunião é hoje à noite (30/05/2005) para saber exatamente de que maneira vai andar esse movimento literatura urgente agora que tem essa reunião marcada com o ministério da cultura.

Ademir Assunção – É que nós entregamos esse manifesto o *Temos Fome de Literatura* no final do ano passado e agora estamos tendo uma abertura, um diálogo muito grande com o Ministério, o próximo passo depois da reunião de hoje que é só com os escritores pra gente analisar essas novas propostas é marcar uma reunião com ministério pra saber como é que a gente pode encaminhar essas propostas que a gente apresentou e outra coisa importantíssima dentro desse raciocínio que eu estava falando das leis de incentivo e do fundo e de políticas para cultura Adalberto é que aqui em São Paulo amanhã vai estar sendo votado na assembleia legislativa um projeto importantíssimo que é a criação do Fundo Estadual de Artes e Cultura, um fundo pro Estado que estabelece a criação de um fundo para todo o Estado, para todas as linguagens artísticas com dotação orçamentária de 100 milhões de reais anuais. Esse projeto hoje ele é assinado por 67 deputados de todos os partidos e se for aprovado e sancionado pelo governador eu acho que vai virar um parâmetro de políticas públicas pro país inteiro.

Adalberto – Ademir Assunção é poeta, escritor e integrante do Movimento Literatura Urgente, Ademir obrigado e boa tarde.

Ademir – Eu que agradeço, um abraço a todos os ouvintes e a você também

ANEXO B

TEMOS FOME DE LITERATURA

Exmo. Sr.
Gilberto Gil
Ministro da Cultura do Brasil

Exmo Sr.
Galeno Amorim
Coordenador do Programa Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas

Temos acompanhado com interesse, entusiasmo e atenção as iniciativas do Ministério da Cultura para a criação de uma Política Nacional voltada para o Livro, Leitura e as Bibliotecas. As discussões públicas sobre o assunto e a abertura da equipe ministerial para ouvir a sociedade civil são realmente louváveis e estimulantes para os que participam da cadeia produtiva da literatura e do livro e para todos os interessados. Sobretudo em um país em que se lê pouco, muito embora tenha uma produção literária de altíssima qualidade, esses esforços se fazem necessários e urgentes. Como escritores, poetas e ensaístas, manifestamos nosso desejo e nosso interesse de contribuir nesse processo de discussão para o estabelecimento de políticas públicas o mais abrangente possível, que inclua todos os segmentos da cadeia produtiva da literatura e do livro.

No ABC da Literatura, entusiasmada e brilhante defesa da criação artística, poética e literária, o poeta Ezra Pound afirma: “Uma nação que negligencia as percepções de seus artistas entra em declínio. Depois de um certo tempo ela cessa de agir e apenas sobrevive. ” Não é preciso gastar tinta para evidenciar o papel fundamental da criação literária e poética no grande caldo vivo e orgânico que forma a arte e a cultura de um país. Também não é difícil perceber que, quando as condições para a criação e a circulação da arte e da cultura sofrem um processo de estrangulamento, logo se nota um empobrecimento das relações humanas. Daí para o desencanto, a paralisia e, em grau mais acentuado, a barbárie, são apenas alguns passos. Largos, por sinal.

Escritores e poetas são, como todos sabem, os artífices principais da criação literária. Sem eles, não existem os livros, nem a indústria editorial, nem as bibliotecas, nem os leitores. Paradoxalmente, são também o segmento menos profissionalizado do setor. Profissionalizado, não no sentido da excelência de sua

arte, mas na possibilidade de sobrevivência através de seu próprio trabalho criativo. Como também é do conhecimento de todos, muitos criadores literários, além de não contarem com nenhum, ou quase nenhum incentivo público, ainda assume as despesas de edição de suas obras com recursos próprios, ou, como dizia o compositor Itamar Assumpção: *As Próprias Custas S/A*. É, portanto, um segmento carente de políticas públicas que fomentem, incentivem e criem as condições objetivas para o desenvolvimento de seu trabalho criativo.

Em que pese todo o esforço do Ministério da Cultura em desenvolver políticas públicas para o setor ligado ao livro, temos percebido, com preocupação e desapontamento, a não inclusão, com maior ênfase e clareza, da criação literária nessas políticas. Notamos que a palavra Literatura jamais está incluída nas políticas para o livro, a leitura e as bibliotecas. Não se trata de uma simples questão semântica ou de nomenclatura. Trata-se, sim, da necessidade de Políticas Públicas de Fomento à Criação Literária. Trata-se sim do entendimento profundo de que, da mesma forma que o Brasil tem fome de livros, os escritores têm fome de políticas públicas para a literatura. Sem essa consciência, as políticas nacionais, estaduais ou municipais serão necessariamente incompletas.

Tendo em vista essas condições e o esforço da equipe ministerial em pensar e implementar medidas de desenvolvimento para o setor, decidimos tornar públicas, e trazer aos representantes do Ministério da Cultura, as seguintes reivindicações:

- 1) Inclusão do termo LITERATURA nos programas, leis, conselhos e câmaras setoriais relacionados ao livro, leitura e bibliotecas, que estão sendo propostos pelo Ministério da Cultura. Desta forma, teríamos o Programa Nacional da Literatura, do Livro, Leitura e Bibliotecas, a Lei da Literatura, do Livro, Leitura e Bibliotecas e a Câmara Setorial da Literatura, do Livro, Leitura e Bibliotecas;
- 2) Inclusão de artigo na Lei da Literatura, do Livro, Leitura e Bibliotecas criando o Fundo Nacional da Literatura, Leitura e Bibliotecas, com 30% das verbas destinadas diretamente ao Fomento à Criação e Circulação Literária e os outros 70% ao fomento à Leitura e Bibliotecas;
- 3) Inclusão do termo FOMENTO À CRIAÇÃO LITERÁRIA no § 2º do Artigo 1º da Lei da Literatura, do Livro, Leitura e Bibliotecas, ficando com a seguinte redação:

- § 2º A Política Nacional da Literatura, do Livro, Leitura e Bibliotecas objetivará a instrumentalização da implantação e o desenvolvimento da indústria editorial e o fomento à criação literária como bases de afirmação da nacionalidade e da cultura brasileira, com papel estratégico relevante na difusão e permanência da língua, das artes, da ciência e dos valores pátrios.;
- 4) Criação de um Programa de Compra Direta dos Livros do próprio autor, tendo em vista o fato de grande parte da produção literária brasileira, sobretudo a poesia, ser publicada, ainda hoje, às expensas dos próprios autores. A proposta tem inspiração no Programa de Compra Direta de Alimentos da Agricultura Familiar, fruto de uma parceria dos ministérios do Desenvolvimento Agrário, de Segurança Alimentar e Combate à Fome e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com o objetivo de garantir renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, além de abastecer os estoques reguladores do governo;
 - 5) Criação da Sub-Câmara Setorial de Fomento à Criação Literária, na Câmara Setorial da Literatura, do Livro, Leitura e Bibliotecas. Esta Sub-Câmara seria formada preferencialmente por escritores, poetas e ensaístas e representantes do Ministério da Cultura.

Como parte do esforço para contribuirmos com a formulação de programas públicos que incluam o fomento à criação literária e o contato direto do escritor com o público, trazemos também as seguintes propostas, que podem, objetivamente, ser implementadas em curto e médio prazo:

PROPOSTAS PARA UMA POLÍTICA PÚBLICA DE FOMENTO À CRIAÇÃO LITERÁRIA

- 1) PROGRAMA DE CIRCULAÇÃO DE ESCRITORES E POETAS I: em articulação do Ministério da Cultura com o Ministério da Educação, criar um Programa de Circulação de Escritores e Poetas pelas universidades do país. Caravanas de cinco escritores e poetas deverão circular pelas universidades das cinco regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro, Sudeste e Sul), para debates sobre literatura, leituras públicas e lançamentos de livros e revistas. Cada caravana deverá passar por, no mínimo, cinco cidades diferentes. Serão, portanto, cinco caravanas simultâneas, com cinco escritores cada. Total: 25 escritores. Essas

caravanas deverão ser trimestrais. Sugestão de nome: Projeto Waly Salomão.

- 2) PROGRAMA DE CIRCULAÇÃO DE ESCRITORES E POETAS II: Mesmo princípio do Programa anterior, mas, agora, em articulação do Ministério da Cultura com os governos estaduais e municipais brasileiros (através de suas respectivas Secretarias de Cultura). Desta forma, poderia-se ampliar o projeto para a rede de escolas estaduais e municipais. Sugestão de nome: Projeto Paulo Leminski.
- 3) PROGRAMA LATINOAMÉRICA DE LITERATURA: em articulação do MinC com os ministérios da cultura estrangeiros, embaixadas e universidades criar o Programa Latinoamérica de Literatura, para circulação mútua de escritores e poetas entre os países latino-americanos, promovendo debates, leituras públicas e lançamentos de livros e revistas. Poderia-se ampliar para um Programa de Intercâmbio de Escritores e Poetas Visitantes nas Universidades desses países.
- 4) PROGRAMA ENTRE-MARES DE LITERATURA: a mesma ideia do programa anterior, porém entre o Brasil, Portugal, e os países africanos e asiáticos de língua portuguesa.
- 5) PROGRAMA PRIMEIRO LIVRO: um incentivo do MinC (e eventuais e bem-vindos parceiros) para a publicação, divulgação e distribuição a escolas e bibliotecas do primeiro livro de escritores e poetas brasileiros.
- 6) FUNDO NACIONAL DA LITERATURA, LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS com 30% do orçamento destinado diretamente ao fomento de projetos independentes (publicação de revistas, CDs e DVDs de poesia e/ou prosa, recitais de poesia, festivais literários, co-edições, ciclos de discussões, pesquisas, etc..).
- 7) BOLSA CRIAÇÃO LITERÁRIA para desenvolvimento de projetos literários de escritores e poetas. A cada ano seriam concedidas 20 bolsas em todo o país, no valor de R\$ 3 mil mensais para cada contemplado pelo prazo de um ano. Os autores escolhidos não poderiam ter vínculo empregatício, dedicando-se integralmente ao projeto. Os recursos poderiam ser conseguidos em parceria com as empresas estatais e a iniciativa privada.

- 8) SISTEMA PÚBLICO DE DISTRIBUIÇÃO: Criação de um sistema público de distribuição de livros (em parceria com os correios) voltado para as pequenas editoras e a produção independente.
- 9) PUBLICAÇÕES LITERÁRIAS: Criação de veículos públicos de circulação para a literatura, tais como jornais e revistas (através da imprensa oficial), sites e programas de rádio e Tv na rede pública de comunicação.
- 10) JORNADA NACIONAL LITERÁRIA: Criação de um grande evento anual, reunindo escritores, poetas e ensaístas para leituras, debates, conferências, palestras e lançamentos. O evento será aberto preferencialmente à professores, estudantes e ao público em geral. Desta forma, os professores poderão se atualizar sobre a criação e a discussão literária do Brasil, servindo de agentes multiplicadores junto aos seus alunos. A cada ano a jornada será realizada em uma cidade diferente do País, privilegiando todas as regiões.

Para definir os critérios e a seleção de projetos e de autores para cada uma das propostas anteriores, reivindicamos a formação de uma comissão paritária com membros do Ministério da Cultura, dos escritores e da sociedade civil ligado ao setor literário e com comprovado conhecimento. Reivindicamos ainda que todos os programas sejam anunciados em editais públicos, de forma transparente e democrática, especialmente os que se referem ao Fundo Nacional da Literatura e à Bolsa Criação Literária.

Por fim, motivados pelo Programa Fome Zero, da Presidência da República, que compreende a necessidade de incentivo à agricultura familiar e ao pequeno produtor para a erradicação definitiva da fome no país, nos sentimos animados a participar ativamente de um programa que erradique a fome de livros e também a fome de incentivo à criação literária no país.

Cientes da importância da criação literária na formação cultural do País, temos certeza que nossas reivindicações e propostas encontrarão eco entre os interessados no problema da leitura, da equipe ministerial aos editores, livreiros, bibliotecários e sociedade em geral.

ANEXO C

LEI N° 4.439 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

“INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DO LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECA DO MUNICIPIO DE NOVA IGUAÇU”.

Autor: Prefeito Municipal

A CAMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU, POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS, DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) do Município de Nova Iguaçu, com o fim de assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda a população.

Art. 2º O PMLLLB tem como princípios fundamentais:

I – Priorizar ações de sucesso em andamento das bibliotecas e ações de leitura;

II – Qualificar as bibliotecas institucionais, com a nomeação de bibliotecários concursados;

III – Ampliar os horários de atendimento ao público, e garantir instalações condizentes com o uso a que os espaços voltados a leitura se destinam, bem como a manutenção e renovação de seus acervos e equipamentos;

IV – Construir uma imagem de cidade criativa da leitura e da literatura, partindo de um perfil que já apresenta;

V – Aparelhar Nova Iguaçu para que seja uma cidade realmente leitora, com políticas concretas e equipamentos condizentes, descentralizados em todas as regiões;

VI – Formar permanentemente os mediadores de leitura para o enfrentamento ao analfabetismo funcional para melhoria significativa dos índices de competência leitora;

VII - Promover ações de formação de professores leitores, de mediadores de leitura e de famílias leitoras;

VIII – Incentivar a produção editorial local;

IX – Dar acessibilidade as pessoas com deficiência aos equipamentos das bibliotecas e aos programas de leitura;

X – Assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda a população iguaçuana;

XI - Fazer de Nova Iguaçu uma cidade de leitores e de produção literária compatíveis com aqueles preconizados e mensurados por parâmetros internacionais.

Art. 3º O PMLLLB tem como objetivos específicos:

I – Ampliar o acesso ao livro e a leitura na Cidade de Nova Iguaçu conforme diretrizes do PNLL;

II – Descentralizar ações de promoção da leitura e criação literária;

III - Contribuir para formação de famílias leitoras;

IV - Sensibilizar as escolas para que elas sejam centros de formação de leitores culturais e científicos por excelência;

V - Formar leitores, buscando de maneira continuada o aumento do índice municipal de leitura em todas as faixas etárias;

VI – Implantar novas bibliotecas, qualificar as existentes públicas e comunitárias e expandir o número de salas e ambientes diversificados voltados a leitura;

VII – Garantir a formação e a atuação de mediadores de leitura;

VIII - Incentivara produção literária local: autoral e editorial;

IX - Fomentar núcleos voltados a pesquisas, estudos e indicadores nas áreas de leitura e do livro, por meio da parceria com Universidades locais, associações, entidades ligadas a área da leitura;

X – Identificar e cadastrar continuamente os agentes envolvidos na leitura existentes no Município, tais como: livreiros, distribuidores, editores, escritores, pontos de leitura, bibliotecas, coletivos de poesia, professores, bibliotecários, contadores de história e mediadores de leitura.

Art. 4º O PMLLLB tem como metas de curto prazo:

I – A modernização da Biblioteca Pública Municipal;

II – A contratação de profissionais relativos a área;

III – A ampliação da parceria com o Sistema Estadual de Bibliotecas;

IV – A descentralização das ações literárias das bibliotecas Públicas e Comunitárias;

- V – A criação de um calendário permanente de atividades públicas literárias;
- VI – A realização de Festivais Literários;
- VII — A criação de um Sistema de Identificação dos Pontos Culturais da cidade nas vias públicas;
- VIII – A valorização dos programas de distribuição de livros;
- IX – O lançamento de Editais;
- X – A criação do setorial do PMLLLB no Conselho Municipal de Cultura;
- XI – O apoio a publicação de autores.

Art. 5º O PMLLLB tem como metas de médio prazo:

- I – A instituição do Sistema Municipal de Bibliotecas de Nova Iguaçu (SMBNI);
- II – A instituição da Rede Municipal de Leitura;
- III – A criação de um Selo Municipal da Leitura;
- IV – A promoção de programas e projetos de leitura como contrapartida pelas empresas privadas;
- V – O levantamento de dados dos pontos de vendas de livros e livrarias.

Art. 6º O PMLLLB tem como metas de longo prazo:

- I – A implantação de no mínimo uma biblioteca pública em cada URG;
- II – A implantação de programas de acessibilidade nas bibliotecas do SMBNI;
- III – O estímulo a ampliação do número de livrarias;
- IV – A criação de uma gráfica pública.

Art 7º Ficam designados como órgãos executores desta Lei a Secretaria Municipal de Cultura, a Secretaria Municipal de Educação e a Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu.

Art.8º A Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu e a Secretaria de Cultura envolvidas na execução deste Plano destinarão respectivamente pelo menos 2% de seus orçamentos contemplados na Lei Orçamentaria Anual (LOA).

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NELSON ROBERTO BORNIER DE OLIVEIRA

Prefeito

Publicado no Diário Oficial de Nova Iguaçu, dia 20 de novembro de 2014.